

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - MESTRADO

ADRIANO CARVALHO MARTINS

**UM ESTUDO SOBRE A FEIRA DE SEMENTES NATIVAS E CRIOULAS DE JUTI,
EM MATO GROSSO DO SUL**

DOURADOS - MS

2020

ADRIANO CARVALHO MARTINS

**UM ESTUDO SOBRE A FEIRA DE SEMENTES NATIVAS E CRIOULAS DE JUTI,
EM MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de Pesquisa: *Cidadania, Diversidade e Movimentos Sociais*.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alzira Salete Menegat

DOURADOS - MS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M386e Martins, Adriano Carvalho

UM ESTUDO SOBRE A FEIRA DE SEMENTES NATIVAS E CRIOULAS DE JUTI, EM
MATO GROSSO DO SUL [recurso eletrônico] / Adriano Carvalho Martins. -- 2020.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Profª. Drª. Alzira Salete Menegat.

Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Sementes Crioulas. 2. Feira de Juti. 3. Autonomia. 4. Mulheres. 5. Resistência. I. Menegat,
Profª. Drª. Alzira Salete. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

TERMO DE APROVAÇÃO

ADRIANO CARVALHO MARTINS

**UM ESTUDO SOBRE A FEIRA DE SEMENTES NATIVAS E CRIOULAS DE JUTI,
EM MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados

BANCA EXAMINADORA:

**Prof.^a Dr.^a. Alzira Salete Mengat
Orientadora/presidente**

**Prof.^a Dr.^a. Maria Gabriela Guillén Carías
Membro Titular**

**Prof. Dr. Fabiano Coelho
Membro Titular**

APROVADO EM: 29/04/2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria Ferreira de Carvalho, que, mesmo sozinha, não poupou esforços para me oportunizar o estudo.

Agradeço à minha orientadora, Prof. Dr^a. Alzira Salete Menegat, por toda sua paciência, apoio e compreensão, o que foi de total importância para realização deste trabalho.

Agradeço aos professores Prof. Dr. Fabiano Coelho e à Prof. Dr^a Maria Gabriela Guillén Carías pelos apontamentos e sugestões feitos durante a qualificação.

Agradeço à professora Zefa Valdivina e à senhora Leila pelo zelo com que me receberam em Juti.

Agradeço ao CNPq pela bolsa, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender a Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti, município localizado no estado de Mato Grosso do Sul (MS), no âmbito da pequena produção de alimentos, analisando a rede de sociabilidades e de intercâmbio de saberes que vem produzindo, no resgate e propagação de práticas tradicionais de produção e troca de sementes crioulas. Buscamos compreender em que sentido a feira configura-se na autonomia do saber-fazer dos pequenos produtores que dela participam, dos quais parte significativa são dos assentamentos rurais e das comunidades indígenas de Juti. A feira acontece num evento anual, na cidade de Juti, reunindo um público e um conjunto de experiências heterogêneas, organizada numa rede de sujeitos para o resgate, a promoção e a propagação das sementes crioulas. Para a pesquisa, fez-se uma análise bibliográfica dos referenciais teóricos sobre o tema, bem como realizou-se uma pesquisa documental para inicialmente compreender o histórico da feira, que em 2019 esteve na décima quinta edição. Foram identificados e analisados também documentos, como os cartazes de divulgação de cada edição do evento, bem como fotografias e notícias veiculadas pelos jornais regionais, dentre eles O Progresso, compreendendo a organização das edições. Num segundo momento da pesquisa, realizaram-se entrevistas com 9 participantes e membros da organização da feira, sendo: quatro pessoas assentadas/organizadoras da feira; duas professoras universitárias, dois membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e um membro da Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul. As entrevistas foram gravadas e precederam de questionário com perguntas abertas, procurando compreender como vem sendo organizada a feira em suas diversas edições, analisar seu alcance para a pequena produção bem como identificar mudanças. No que toca às entrevistas, parte delas ocorreram na forma presencial, ouviram-se e gravaram-se os relatos, fazendo uso de roteiro semiestruturado. Já com as pessoas distantes de Dourados e que atuam/participam da feira, fez-se uso do sistema WhatsApp, garantindo ouvir sujeitos que têm feito o espaço da feira acontecer e/ou dele participam em suas diversas edições. Os resultados da pesquisa mostraram que a feira de Juti nasceu de uma rede de sujeitos, especialmente, da Comissão Pastoral da Terra, em conjunto com as pessoas de assentamentos rurais do município, sendo as mulheres suas principais protagonistas. No decorrer das edições da feira, houve a incorporação de novos sujeitos, dentre eles as pessoas das comunidades indígenas de Juti e de representantes institucionais, como da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A ampliação da rede fortaleceu as teias, propiciando meios para longevidade e periodicidade do evento, mas imprimiu também mudanças em sua estrutura. No entanto, mesmo com reorganização, a feira ainda mantém a finalidade de sua criação, isto é, a de propagar meios para a manutenção das sementes crioulas, numa prática de resistência e de visibilidade da pequena produção, demarcando autonomia sobre seus saberes e experiências, que, na feira, são compartilhadas e fortalecidas nos diversos espaços que constituem o evento, como: oficinas, trocas de sementes, palestras, relatos de experiências e conversas informais, entre participantes. É um evento que tem ainda as mulheres como protagonistas, colocando-as como as principais guardadoras de sementes, aquelas que nutrem a lógica da partilha. Enfim, o estudo aponta a feira como espaço de fortalecimento e de troca dos saberes, de quem produz sementes e também as compartilha nos dias da feira para que se tornem alimentos. Muitas são as partilhas que nos dias do evento acontecem e seus participantes se fortalecem e produzem resistências, combustíveis que revigoram para continuarem na pequena produção, garantindo seguridade para seus saberes e autonomia.

Palavras-chave: Sementes Crioulas, Feira de Juti, troca, mulheres, resistência, autonomia.

ABSTRACT

This research had as its objective to comprehend the seed fair “Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos” of Juti, a city located in the state of Mato Grosso do Sul (MS), regarding the small-scale food production, analyzing the network of sociability and the exchange of knowledge that it has been producing, in the revival and diffusion of traditional production practices and exchange of creole seeds. We aimed to understand how the fair can shape the autonomy of the know-how of the small producers that participate on it, a good amount of them being from rural settlements and Indigenous communities of Juti. The fair is held annually, in the city of Juti, gathering a heterogeneous public and experiences, organized in a network of actors to the revival, promotion and propagation of creole seeds. The research constitutes of a literature review on the theoretical references on the topic, as well as a documental research to, at first, comprehend the fair’s record that in 2019 was on its fifteenth edition. We also identified and analyzed documents, such as the poster of each edition of the event, as well as photography and news published by regional newspapers, among them *O Progresso*, to comprehend the editions’ organization. The second step of the research was to organize interviews with nine members of the fair’s organization: four people who live in rural settlements; two college professors; two members of Comissão Pastoral da Terra (CPT); and a member of the Mato Grosso do Sul Organic Producers Association. The interviews were recorded and preceded by open-ended questions, aiming to comprehend how the fair has been organized on its several editions, to analyze the extent of which it affects the small-scale production, as well to identify changes. Regarding the interviews, some of them happened on-site, when we heard and recorded the accounts, making use of semi-structured scripts. For people who live far from Dourados and act/participate in the fair, we used WhatsApp system, as so to hear actors that have been making the event to occur and/or participate on its several editions. The results show that the Juti’s fair was created by a network of actors, especially the Comissão Pastoral da Terra, along with people of rural settlements in the city, the women being its main protagonists. In the course of the fair’s editions, there was the addition of new actors, among of them the Indigenous communities’ people of Juti and institutional representatives, such as the Federal University of Grande Dourados (UFGD) and the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA). The widening of the network made the webs strength, providing means to the longevity and periodicity of the event, but it also forced some changes on its structure. However, even with the reorganization, the fair still retains its creation’s aim, i.e., the propagation of means to handle creole seeds, through a practice of resistance and visibility of the small-scale production, providing autonomy over its knowledge and experiences, which, in the fair, are shared and strengthen in the several spaces that constitute the event, such as: workshops, seed trade, lectures, background accounts and informal conversation, between the participants. It is an event that still has the women as protagonists, making them the main seed keepers, the ones who nourish the share logic. In short, the research understands the fair as space of strengthening and exchange of knowledge, from people who produce seeds and also share them in the fair days so as they become food. There are several shares that happen in the event days and its participants strengthen themselves and produce resistance, a fuel to reinvigorate the continuation of small-scale production, guarantying security to their knowledge and autonomy.

Palavras-chave: Crioula seeds, Juti’s fair, exchange, women, resistance, autonomy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Mato Grosso do Sul	43
Figura 3 – Cartaz de divulgação da primeira feira, em 2005	51
Figura 4 – Cartaz de divulgação da 2ª Feira, em 2006.....	53
Figura 5 – Reportagem do jornal O progresso sobre a Feira, de 20/07/2006.....	56
Figura 6 – Cartaz de divulgação da 3ª Feira, em 2007	57
Figura 7 – Reportagem Jornal O Progresso, de 24/07/2007	59
Figura 8 – Cartaz de divulgação da 4ª Feira, em 2008	61
Figura 9 – Cartaz de divulgação da 5ª Feira, em 2009.....	62
Figura 10 – Cartaz de divulgação da 6ª Feira, em 2010.....	63
Figura 11 – Cartaz de divulgação da 7ª Feira, em 2011	64
Figura 12 – Cartaz de divulgação da 8ª Feira em 2012.....	66
Figura 13 – Cartaz de divulgação da 9ª Feira, em 2013.....	68
Figura 14 – Programação da 9ª feira, em 2013.....	69
Figura 15 – Cartaz de divulgação da 10ª Feira, em 2014.....	71
Figura 16 – Programação da 10ª Feira, em 2014.....	71
Figura 17 – Cartaz de divulgação da 11ª Feira, em 2015	73
Figura 18 – Programação da 11ª Feira, em 2015.....	74
Figura 19 – Cartaz de divulgação 12ª Feira, em 2016.....	75
Figura 20 – Programação da 12ª Feira, em 2016.....	76
Figura 21 – Cartaz de divulgação da 13ª Feira, em 2017	77
Figura 22 – Programação da 12ª Feira, em 2017.....	78
Figura 23 – Cartaz de divulgação da 14ª Feira, em 2018	79
Figura 24 – Programação da 14ª Feira, em 2018.....	80
Figura 25 – Cartaz de divulgação da 15ª Feira, em 2019	81
Figura 26 – Programação da 15ª Feira, em 2019.....	82
Figura 27 – Solenidade de abertura da 15ª edição, em 2019	89
figura 28 – Minicursos de produção de doces, geleias e licores.....	90
Figura 29 – Minicursos na feira.....	90
Figura 30 – 14ª Feira de Sementes Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti MS	99
Figura 31 – As sementes no dia da feira.....	102

Figura 32 – Exposição das sementes disponibilizadas na feira.....	102
Figura 33 – Entrada do Evento	105
Figura 34 – Banco de Sementes de Juti.....	108
Figura 35 – Câmara de armazenamento de sementes.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS IMPACTOS.....	17
1.1. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA	18
1.2. AGRICULTURA ALTERNATIVA E AGROECOLÓGICA.....	25
1.3. POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO DA AGROECOLOGIA E DA PRODUÇÃO ORGÂNICA	31
CAPÍTULO II: A CRIAÇÃO DA FEIRA DE SEMENTES CRIOULAS DE JUTI (MS)	38
2.1. AS FEIRAS E AS SEMENTES CRIOULAS: ELOS DE SABERES TRADICIONAIS.....	38
2.2. A CRIAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DA FEIRA DE SEMENTES CRIOULAS DE JUTI (MS)	42
2.3. AS EDIÇÕES DA FEIRA DE SEMENTES CRIOULAS DE JUTI (MS).....	51
CAPÍTULO III: A FEIRA COMO ESPAÇO DA RESISTÊNCIA DE PEQUENOS PRODUTORES DE ALIMENTOS	84
3.1. A FEIRA E SEUS ELOS: O PROTAGONISMO DAS MULHERES E AS REDES DE APOIO	84
3.2. A FEIRA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E DE AUTONOMIA.....	92
3.3. AS SEMENTES FOMENTANDO SOCIABILIDADES E MÚLTIPLAS TROCAS	101
3.4. BANCO DE SEMENTE.....	107
3.5. O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA FEIRA	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS	123
ANEXO I – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS	128

INTRODUÇÃO

Quando uma sociedade se industrializa, o camponês se transforma em trabalhador; senhor feudal desaparece, ou passa a ser homem de negócios. Quando as classes ascendem ou caem, o homem tem emprego ou fica desempregado; quando a taxa de investimento se eleva ou desce, o homem se entusiasma, ou se desanima. Quando há guerras, o corretor de seguros se transforma no lançador de foguetes; o caixeiro de loja, em homem do radar; a mulher vive só, a criança cresce sem pai. A vida do indivíduo e a história da sociedade não podem ser compreendidas sem compreendermos essas alternativas. (C. WRIGHT MILLS)

Esta pesquisa teve como objetivo compreender a Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti, no estado de Mato Grosso do Sul (MS), analisando a rede de sociabilidades e de intercâmbio de saberes que vem produzindo, por meio do resgate e da propagação de práticas tradicionais de produção e utilização de sementes crioulas. Esses encaminhamentos configuram-se em autonomia no saber-fazer dos pequenos produtores que da feira participam, dos quais parte significativa são de pessoas dos assentamentos rurais e das comunidades indígenas.

A Feira de Juti transcorre numa dinâmica territorial/regional fortemente marcada pelo latifúndio com produção exportadora. É realizada anualmente no município de Juti, em Mato Grosso do Sul, a 310 Km de Campo Grande, capital do estado, num evento relevante para os assentados e demais agricultores familiares sul-mato-grossenses e das comunidades indígenas, que procuram resgatar e trocar sementes de variedades diversas. Parte das sementes deixou de ser cultivadas devido à imposição do pacote de mercado, o qual controla a comercialização de sementes com aquelas geneticamente modificadas, objetivando cada vez mais a rentabilidade na produção, desconsiderando aspectos voltados às características nutricionais e à resistência natural a pragas e doenças.

A legislação brasileira entende a semente crioula como uma variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, a qual apresenta características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) considera também os descritores socioculturais e ambientais na classificação das sementes

crioulas, visto que não se caracterizam como substancialmente semelhantes às aquelas das cultivares comerciais (BRASIL, 2003).

O tema da presente pesquisa nos parece necessário e desafiador para o contexto social nos dias atuais, visto a escassez de alimentos em virtude do controle e da distribuição dos alimentos e não pela falta de produção. Esse controle ocorre também com o tipo de alimento que é atualmente produzido, que associa mudança genética a altos índices de inseticidas e fungicidas, promovendo consequências na saúde dos consumidores, tanto nas pessoas como nos animais, bem como no meio ambiente em que ocorre a produção, assim coloca o tema na pauta do dia.

O desafio da pesquisa faz-se presente até mesmo para o pesquisador, ao analisar um espaço pelo qual pouco havia me atentado, pois, mesmo sendo oriundo de uma família proveniente do campo, nasci num contexto urbano, e por isso detenho pouca proximidade com os referenciais rurais. Durante o início de minha trajetória acadêmica, uma das maiores dificuldades esteve na escolha do tema de pesquisa. Há pessoas que possuem uma relação afetiva com seu objeto de estudo e o trazem para academia por meio de suas experiências de vida. No meu caso, esse interesse foi construído no contexto da graduação em Ciências Sociais, a partir do momento em que passei a fazer parte da equipe de um projeto de extensão o qual me proporcionou conhecer a rotina e a organização dos assentamentos de reforma agrária do estado de Mato Grosso do Sul. No decorrer das ações do projeto, ao final de cada atividade, durante o retorno para a cidade, ficava sentado à janela do carro olhando a paisagem. Por ela via passar imagens, na maior parte do tempo, aquelas que retratavam um deserto verde, configurado na produção do agronegócio, levando meus pensamentos para a ideia de que o sertão ainda não virou mar, como profetizara Antônio Conselheiro. Porém, o cerrado pode estar bem próximo de virar um deserto verde. Nessa experiência, suscitaram as indagações e foi quando ocorreu grande parte das reflexões que me levaram a propor esta pesquisa, ao olhar para a feira de Juti como espaço de resistência dos pequenos produtores.

Ao considerar esse cenário, um aspecto que sempre me chamou a atenção diz respeito à parte significativa dos assentamentos de Mato Grosso do Sul terem sido criados em lugares cercados pela produção agropecuária intensiva, muitas vezes, com lógicas de exploração divergentes daquelas empregadas nos lotes dos assentamentos, interferindo sobre eles. Nesse sentido, despertou-me o desejo de entender as contradições das forças geradas no embate desses dois modos distintos de exploração da natureza.

A Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti (MS) reúne em seu contexto um público e um conjunto de experiências heterogêneas, numa rede de

sujeitos com o objetivo de resgate e promoção das sementes crioulas, tradicionalmente, utilizadas na pequena produção. Contraditoriamente (ou não) o evento tem como localização geográfica uma região onde o agronegócio desempenha um papel hegemônico.

O local do evento nos leva a refletir, mediante as perspectivas teóricas, que a expansão global do capitalismo ocidental como meio de transformar os sujeitos em objetos passivos de sua própria história e através de relações econômicas tenderia a homogeneizar as diversas práticas e formas de ver o mundo, a partir da imposição de uma perspectiva racionalizada de exploração dos recursos naturais. No entanto, a Feira de Juti aponta que os homens e as mulheres são sujeitos de suas próprias histórias e atuam de maneira a produzirem resistências. Obviamente nem toda resistência produz a ruptura com a ordem, mas acreditamos que seja nesse tipo de experiência, efetiva ou não, que podemos encontrar caminhos possíveis para a ação política e a transformação da sociedade, especialmente, porque acreditamos que se torna extremamente necessário a construção de alternativas à sociedade capitalista.¹

Nesse sentido, consideramos fecundo entender a feira relacionando-a com o conjunto da totalidade social e com o conjunto histórico do momento, visto que esses aspectos tendem a influenciar significativamente a vida pessoal dos indivíduos que dela participam. Aqui podemos acentuar a máxima sociológica de que ninguém está fora da sociedade, nem mesmo o próprio pesquisador.

Essa perspectiva está muito presente na Sociologia, pois nos proporciona, por meio dos conhecimentos adquiridos, reviver nossa história de vida à sombra do conhecimento sociológico em uma espécie de sócio/análise. Reanalisar a partir daquilo que Mills (1975) chama de imaginação sociológica² e interpretar nossa história de vida procurando encontrar os condicionantes de nossas ações que no momento de nossas escolhas estavam invisíveis.

Como nos diz Bourdieu (1993, p. 435): “a sociologia não impede o sofrimento, mas permite-nos compreender por que sofremos”, já que muitas das condições que influenciam os aspectos mais íntimos da nossa vida têm origem de condições mais amplas. Assim, cabe ao

¹ Essencialmente quando presenciamos as inúmeras barbáries nascidas do cerne do sistema capitalista de produção, dentre elas a criminalização dos movimentos sociais, a diminuição das políticas sociais e a intensificação da violência contra pequenos produtores, assim como as formas de dominação e exploração semelhantes àquelas exercidas no século XV, que Marx descreve como o período de acumulação primitiva.

² “A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. Dentro dessa agitação, busca-se a estrutura da sociedade moderna e dentro dessa estrutura são formuladas as psicologias de diferentes homens e mulheres. Através disso, a ansiedade pessoal dos indivíduos é focalizada sobre fatos explícitos e a indiferença do público se transforma em participação nas questões públicas” (MILLS, 1975, p. 11).

sociólogo apontar, ao menos, para permitir àqueles que sofrem conhecer a origem social e arbitrária desse sofrimento.

Contudo, conhecer e denunciar os mecanismos sociais e econômicos que limitam nossas ações no mundo não proporcionam automaticamente a sua neutralização, mas possibilitam aos sujeitos conhecerem os fenômenos sociais produzidos historicamente pelas pessoas. Como são produtos da ação humana, também podem ser transformados por essa ação. Nesse contexto, o tema foi desafiador e proporcionou descobertas para as duas pontas: para o pesquisador e para as pessoas que fazem a feira. Assim, esperamos que este estudo gere contribuições sociais.

A feira é composta de um público majoritariamente de pequenos produtores de alimentos em áreas de assentamentos rurais e de sítios de colonização e comunidades indígenas, bem como de estudiosos que contribuem com o evento. Nela são desenvolvidas oficinas e palestras sobre temas diversos, envoltos à produção de alimentos e, especialmente, acontecem as trocas de sementes crioulas de diversos produtos.

No mês de julho, de 2019, ocorreu a 15ª edição da Feira, realizada em dois dias de intensas atividades. Reuniu pessoas da região e, também, de outras regiões de MS, assim como de estados e países vizinhos, apontando para longevidade e ampliação do alcance da Feira. Nesse sentido, temos como hipótese que a Feira configura-se como um espaço de resistências e autonomia dos pequenos produtores de alimentos, porque nela conseguem intercambiar conhecimentos, que compõem suas memórias e suas práticas experimentadas no fazer cotidiano, compartilhar saberes e experiências, bem como revigorar as energias pela sociabilidade.

Dessa forma, para analisar a Feira de Juti, é necessário associarmos sua criação a um processo mais amplo, o qual tem se manifestado nos dias atuais, que se trata do movimento em relação à agroecologia e à produção orgânica³. Esse movimento tem alcançado destaque justamente pela crítica ao modelo desenvolvido pela revolução verde⁴, e se expande como um modelo produtivo sustentável.

³ A política nacional de agroecologia e produção orgânica a caracteriza como um tipo de produção que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social (BRASIL, 2013).

⁴ Segundo Gooldman, Sorj e Wilkson (2008, p. 38-39), a Revolução Verde “representa um dos principais esforços para internacionalizar o processo de apropriação. A realização científica decisiva foi a difusão das técnicas de criação de plantas, desenvolvidas na agricultura de clima temperado, para o meio ambiente das regiões tropicais e subtropicais. Entretanto, a força que impulsionou este processo se manteve inalterada: controlar e modificar os elementos do processo biológico de produção que determinam o rendimento, a estrutura da planta, a maturação, a absorção de nutrientes e a compatibilidade com os insumos produzidos industrialmente.”

A Feira de Juti (MS) foi criada nesse contexto e esses aspectos estão nela assegurados, sendo organizada a partir das necessidades dos assentados da reforma agrária e de grupos das comunidades indígenas, contando com os mediadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em seu princípio, construindo um espaço para troca de saberes e de sementes. Por isso, consideramos a Feira como um espaço de resistências, porque nela ocorre a promoção da autonomia dos pequenos, na valorização de seus saberes e fazeres e, especialmente, das forças para continuarem na produção de alimentos, mesmo diante de cenários nada propícios para a pequena produção.

Para alcançar nossos objetivos, realizamos uma pesquisa exploratória a qual, segundo Gil (2008, p. 41), visa a “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Quanto à natureza, optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa, na medida em que “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 2001, p. 21-2).

O primeiro passo foi o levantamento e análise bibliográfica que, conforme Gil (2008, p. 50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e tem como principal vantagem “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.”

Utilizamos também a pesquisa documental, já que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51).

Os documentos analisados referem-se ao histórico da feira, que em 2019 esteve na décima quinta edição. Identificamos os cartazes para a divulgação do evento, compreendendo o que buscavam em cada ano, apontado nos slogans, bem como as fotografias das edições dos eventos, mostrando a reunião dos participantes e as diferentes redes constituídas pela feira. Ainda, nesse sentido, analisamos reportagens e notícias jornalísticas referentes ao evento, bem como fizemos entrevistas com diferentes sujeitos, da organização e de participação na feira.

Para a pesquisa de campo, entrevistamos 10 pessoas de diferentes lugares, envolvidas com a organização da feira, sendo: quatro pessoas assentadas/organizadoras da feira; duas professoras, uma da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e outra da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); um membro da APOMS; dois integrantes da Comissão Pastoral da Terra, e um representante de comunidades indígenas.

Para as entrevistas, elaboramos um questionário (anexo 1) com perguntas abertas, as quais foram gravadas. Assim, visamos à compreensão de como vem sendo organizada a feira em suas diversas edições, analisando o alcance e a importância para a pequena produção, bem como identificando possíveis mudanças em seus objetivos. Para a realização das entrevistas, em parte delas, realizamos na forma presencial, momento em que ouvimos, dialogamos e gravamos as entrevistas fazendo uso de roteiro semiestruturado. Já com as pessoas distantes de Dourados e atuantes/participantes da feira, fizemos uso do sistema WhatsApp, garantindo ouvir sujeitos que têm feito o espaço da feira acontecer e/ou dele participam em suas diversas edições.

Para a organização dos dados da pesquisa, estruturamos o texto em três capítulos. No primeiro, apresentamos uma reflexão sobre o processo de modernização pelo qual passou a agricultura brasileira, especialmente, a partir dos anos de 1960, analisando o impacto decorrente desse modo. Além disso, apresentamos reflexões da contestação dos pequenos produtores, que pautaram a emergência da agroecologia, inserindo-a na agenda governamental.

No segundo capítulo, analisamos o processo de formação e as diversas versões da feira de sementes crioulas e produtos agroecológicos de Juti (MS), em suas diferentes edições. Procuramos compreender a rede tecida em seu entorno, com a participação de diferentes sujeitos, garantindo a longevidade e a periodicidade do evento.

No terceiro, analisamos a feira como um espaço de resistência, e a forma com que ela contribui para a autonomia dos agricultores no que se refere à produção e preservação das sementes crioulas. Consideramos, ainda, a atuação das mulheres, as quais se constituem em elos fundamentais na teia do fazer da feira, estabelecendo parcerias para a organização do evento, fazendo e mantendo suas edições ao longo dos anos.

CAPÍTULO I: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS IMPACTOS

Assim como a devastação da floresta destrói definitivamente espécies vegetais úteis, a devastação ou a mutilação de grupos sociais diferentes do nosso suprime modos de viver e de pensar, bem como destrói saberes que representam um germe de alternativa para a desumanização acelerada que estamos vivendo. (José de Souza Martins)

Neste capítulo, apresentamos uma revisão histórica sobre o período de modernização pela qual passou a agricultura brasileira, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, comumente conhecido como modernização conservadora, em virtude da manutenção do modelo tradicional de estrutura fundiária e de produção. Refletimos, também, sobre suas principais implicações culturais, sociais e ambientais. Essas análises se fazem necessário para compreendermos o processo de dominação que o mercado imprime, especialmente, sobre os pequenos produtores, negando seus saberes e suas práticas, impondo novos referenciais para a produção. É nesse contexto que os pequenos produtores criam estratégias, como as das feiras, instituem canais de diálogos e de resistência ao predomínio do mercado e apontam, inclusive, suas mazelas.

A reflexão sobre as décadas da modernização aponta para a combinação dos fatores excludentes, que levaram a um processo de organização e de proposição de modelos de produção alternativos aos que vinham sendo encaminhados até então, dentre eles a agroecologia e a produção orgânica. Este será o tema da segunda parte deste capítulo, quando discutiremos especificamente a emergência do conceito de agricultura alternativa e agroecológica, suas características e polissemias.

Na terceira parte, ressaltamos a institucionalização da agroecologia por dentro do Estado, analisando como o tema das políticas públicas passa a compor a sua agenda, movido pela força social que os movimentos sociais rurais pautam no cenário social. Assim, chama-se a atenção para um problema emergente: os limites do meio ambiente e da necessidade de mudança na qualidade do alimento que se consome, assim como a água e a relação ambiental na produção.

Ao retomarmos à noção de modernização, podemos perceber que, ao longo da história, ela se vinculou à ideia de progresso, sendo entendida como uma etapa histórica pela qual todas as nações atravessariam, caso adotassem melhorias técnico-científicas. Nos países classificados como retardatários na instalação desse processo, em virtude de terem efetivado um desenvolvimento técnico tardio, houve acentuada contradição quando procuraram imitar o processo de industrialização daqueles considerados mais desenvolvidos. Em consequência disso, as políticas públicas foram pensadas e aplicadas de maneira uniformizante e universalizante, sem considerar as diferenças ambientais, econômicas, culturais, sobrepondo o global ao local (ALMEIDA, 1997).

1.1. Modernização da agricultura brasileira

A fase de modernização agrícola brasileira situa-se entre as décadas de 1960 e 1980, numa etapa que perpassou os governos militares, iniciados em 1964, quando o Estado brasileiro seguiu por um caminho de desenvolvimento agrário oposto àquele propagado nos debates políticos sobre reformas estruturais, que antecedeu a década de 1960. Foi desconsiderado o argumento dos movimentos sociais rurais, com respaldo acadêmico, quando argumentavam que a estrutura agrária brasileira, baseada no latifúndio improdutivo, era um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

No entanto, o caminho escolhido pelo Estado foi o de modernização técnica, mas sem reforma agrária, ou seja, o Brasil seguiu pela lógica apontada por Graziano da Silva (1982), incorporando ao processo de produção novas áreas, envolvendo novas fronteiras agrícolas, mas sem nelas mudar a estrutura existente, seguindo pela lógica existente nas regiões brasileiras já consolidadas produtivamente. Com isso, foram formados mais latifúndios sob base tecnológica, sendo por isso mesmo excludente, porque modernizou o campo pelo viés tecnológico, mas manteve a grande propriedade, dificultando a inserção dos despossuídos da terra.

Nesse sentido, a modernização foi dolorosa, como aponta Graziano, pois foi conservadora no quesito da estrutura fundiária. Além disso, a ênfase à promoção de pacotes técnicos de modernização, entendidos como necessários aos países subdesenvolvidos (como eram denominados os países com baixo ou regular desenvolvimento econômico/social, dentre os quais figurava o Brasil), com o argumento de que era necessário intervir no incremento técnico, nas máquinas e nos insumos de origem industrial, visto que atenderiam à demanda

crecente de alimentos e de matérias-primas. Dessa forma, seria possível contornar a fome que se agravava no mundo (DELGADO, 2005).

O fato é que essa equação fome-produção resultou apenas no sucesso de um lado desse modelo, aquele que visava ao aumento da produção (mas sem atentar para os limites do meio ambiente), mantendo o outro, a fome, ainda presente na atualidade, como um elemento a se resolver, a posteriori.

A pauperização de uma parcela da sociedade acabou sendo entendida como parte do processo de desenvolvimento e se transformou, por vezes, em elemento de barganha entre grandes produtores e o Estado, com sucessivas negociações de dívidas e encaminhamentos para implementação de novas políticas agrícolas. Essas políticas eram elaboradas sob a bandeira de promover maior volume de produção e, dessa forma, combater as desigualdades sociais. A produção veio e com ela veio também o controle do alimento, mantendo a distribuição de alimento em suspenso, como moeda para futuras barganhas entre mercado e Estado (SILVA, 1982).

O fato é que o Estado brasileiro passou a incorporar os pacotes tecnológicos e a promovê-los através de suas políticas, com maior fomento nas décadas de 1960/70/80. Esse período de modernização da agricultura foi caracterizado pela incorporação massiva de tecnologia na produção agrícola com a utilização de maquinários, insumos agrícolas, inovações genéticas, assistência técnica, extensão rural e financiamentos bancários. Nesse período, ocorreu progressiva mecanização no campo, uso de biotecnologia e intensa utilização de fertilizantes e agrotóxicos (inseticidas fungicidas e herbicidas).

No Brasil, entre 1967 e 1980, a utilização de fertilizantes aumentou mais de vinte vezes e a de tratores quase nove vezes. Esse aumento deve-se em grande parte ao incremento de políticas públicas de incentivo, por meio de créditos bancários, através da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, iniciado em 1965 (DELGADO, 1995, p. 36).

A partir desse período, ocorreu um aumento considerável da produção agrícola, impulsionada pelo Estado, pelo avanço da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste, abrangendo ainda parte da área da Amazônia, na faixa que envolve hoje o Maranhão, Amazonas, Pará, Bahia e Roraima (OLIVEIRA, 1991). Os créditos eram, por vezes, acompanhados de isenções em seu pagamento constituindo-se em verdadeiros “calotes”, consentidos pelo Estado, consolidando uma espécie de pacto entre Estado, empresas de capital nacional e internacional, conforme ressalta Martins (1994) sobre a ocupação da Amazônia:

O governo federal concedeu às grandes empresas, nacionais e multinacionais, incentivos fiscais, isto é, a possibilidade de um desconto de 50% do imposto de renda devido pelos seus empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país. A condição era a de que esse dinheiro fosse depositado no Banco da Amazônia, um banco federal, e, após aprovação de um projeto de investimentos pelas autoridades governamentais, fosse constituir 75% do capital de uma nova empresa, agropecuária ou industrial, na região amazônica. Tratava-se de uma doação e não de um empréstimo (MARTINS, 1994, p. 03).

Diversos programas de fomento foram implementados na Amazônia durante os governos militares, dentre eles o Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) () e reestruturação do Banco da Amazônia S.A. (BASA). Esses programas foram criados numa lógica extremamente vantajosa para empresas, isentas em 75% do que haviam financiado, um prêmio para quem (grandes) se aventurasse a ir para as novas áreas com a finalidade de “colonizá-las” (OLIVEIRA, 1991).

É interessante destacarmos que na expansão da fronteira agrícola, propagada para resolver a questão dos demandantes de terra, como no slogan criado pelo governo militar “levar os homens sem-terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia”, parecia indicar que o Estado resolveria o problema daqueles que se encontravam sem-terra. Isso aconteceria por meio da colonização das novas áreas, fato ocorrido com instalação de alguns poucos projetos de colonização, criados apenas no que tange ao acesso à terra, mas sem fomento bancário. Esse era para os grandes proprietários de terras. Daí o insucesso dos pequenos, fazendo com que famílias se mantivessem perambulando constantemente em busca de terras e, mais tarde, em meados da década de 1980, com a implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, fossem parcialmente assentadas.

O sistema de incorporação dos pequenos na nova fronteira agrícola não se consolidou, visto que poucos tiveram acesso à terra, e parte significativa das áreas foram destinadas às grandes empresas de capital nacional e internacional. Esse fortalecimento se deu porque parcela dos proprietários, vendo as possibilidades na especulação fundiária das novas terras, passaram a investir esses subsídios em mais terras como forma de reserva de valor, como aponta Martins (1994):

A fundação de fazendas (ou de indústrias) na Amazônia era o meio de obter os recursos dos incentivos fiscais. Mas isso dependia de mecanismos atrasados e arcaicos de exploração do trabalho e acumulação de capital, como a peonagem e a expropriação violenta dos ocupantes originais da terra, os índios e posseiros. A expansão territorial do capital não podia depender do capital propriamente dito, atraído para setores mais lucrativos, restabelecendo-se mecanismos e processos de acumulação primitiva. A

ocupação da fronteira se inseria marginalmente no processo de reprodução ampliada de capital. A expansão territorial do capital revelou-se, assim, uma forma diversa e peculiar de sua reprodução ampliada. O objetivo da expansão territorial não era a produção pecuária, mas a produção de fazendas. (MARTINS, 1994, p. 11).

O período do final da década de 1960 e ao longo da década de 1970 caracterizou-se pela precarização do pequeno produtor que produzia no campo, porque foi colocado para fora em virtude da tecnificação. Nesse bojo, foi sendo expulso e em seu lugar o trabalhador temporário, este que também não mantinha vínculos, sem ser fixo, passou a assumir o assalariamento temporário.

Como a concentração de terra estava em níveis bem altos e não houve intenção de modificar a estrutura historicamente constituída, essa política elevou ainda mais a exclusão dos pequenos, já que a propriedade da terra era o principal meio para ter acesso a tais subsídios de investimentos, ocorrendo o que apontamos anteriormente, uma “modernização dolorosa” como mostra Silva (1982), por ter sido conservadora. Mudou apenas as relações de produção mantendo a estrutura fundiária intocada, ou melhor, fortaleceu-a no modelo de latifúndio, bancado pelo Estado. Segundo o autor:

Cerca de 85% dos imóveis rurais têm áreas inferiores a 100 ha e possuíam, em 1972, pouco mais de 15% da área cadastrada. No outro extremo, os imóveis de mais de 100 ha, que não chegam a representar 15% do número total de imóveis, apropriam-se de quase 85% da área total dos mesmos. Tomando-se apenas os imóveis de mais de 1.000 ha, que representam apenas 1,5% dos imóveis do país, vê-se que eles se apropriam de mais da metade (51,5) da área total cadastrada (SILVA, 1982, p. 34).

Foi um período de êxodo em direção às cidades. De 1960 a 1980, estima-se que no Brasil aproximadamente 27 milhões de pessoas deixaram a área rural (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999, p. 01). Para Palmeira (1989), o êxodo rural tem como marco a década de 1930. Uma das características do esvaziamento do campo nesse período é a impossibilidade de reprodução dos pequenos produtores em outros espaços, conforme ressalta o autor:

O que há de novo no "êxodo rural" das décadas mais recentes é que, embutido nele, está à expulsão sistemática de trabalhadores rurais de diferentes categorias do interior dos grandes domínios. É verdade que a expulsão de trabalhadores dependentes (moradores, agregados, colonos ou semelhantes) também já ocorria no passado, mas o processo a que nos referimos tem características muito peculiares. Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes numa outra

propriedade, ou mesmo, num momento seguinte, reconstituía a primeira relação, na expulsão recente a saída da propriedade é definitiva e sem substituição ou, dito de outra maneira, é o mesmo tipo de contrato tradicional que é liquidado. (PALMEIRA, 1989, p. 89).

O processo descrito de “modernização” aumentou a produção das lavouras, mas causou impactos ambientais graves. A adoção de um modelo intensivo de monocultura potencializou o desmatamento e como consequência a erosão e a degradação dos solos. Com isso, criou um processo combinado e perverso, porque ao mesmo tempo promoveu a extinção da biodiversidade e também iniciou a extinção da diversidade cultural, pois as políticas de extensão rural adotaram uma perspectiva difusionista, ou seja, defendendo a ideia da produção a qualquer custo, destruindo modos culturais. A intenção era levar as inovações tecnológicas dos pacotes da revolução verde aos agricultores, sem considerar os aspectos ambientais, sociais e culturais, como enfatizam Caporal e Dambrós (2017):

De fato, o que se viu ao longo dos últimos 60 anos foi uma ação extensionista difusionista e excludente, que contribuiu, decisivamente, para a construção da agricultura industrial capitalista, enquanto deixou à margem uma expressiva população rural que se via impossibilitada de adotar as tecnologias recomendadas pelos extensionistas rurais ou, mesmo, impedida de ter acesso ao crédito rural que foi instituído como instrumento de apoio à adoção das tecnologias. Neste segmento de excluídos, encontram-se não só os agricultores de pequeno porte, como também os quilombolas, os indígenas, os ribeirinhos e tantas outras categorias sociais mais empobrecidas do meio rural (CAPORAL; DAMBRÓS, 2017, p. 276).

A modernização da agricultura no Brasil, das décadas de 1960 a 1980, teve êxito em alterar sua base técnica, num aumento da utilização de máquinas e insumos de origem industrial, incentivado por uma política de créditos e incentivos fiscais. Essa equação trouxe maiores resultados para a produção agrícola e destinou mão de obra para as cidades, num processo de migração que não se finda, ainda presente nos dias atuais. Assim, acelerou a urbanização, gerou um mercado para os produtos da indústria, possibilitou a expansão da exportação, alterou as relações de trabalho, reorganizou a posse da terra e levou à desvalorização dos saberes tradicionais em detrimento da técnica e com a intensificação do uso dos recursos naturais.

O processo de expansão da fronteira agrícola também se direcionou para o centro-oeste. O Mato Grosso do Sul, na década de 1970, passou por um processo de modernização e de integração produtiva semelhante ao descrito anteriormente, sendo parte da estratégia de expansão da fronteira agrícola para o centro-oeste. Nesse período, a Superintendência de

Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), que visava ao aproveitamento das potencialidades agrícolas da região sul do então Mato Grosso (ABREU, 2005), criou, em 1976, o programa de desenvolvimento da Grande Dourados:

As metas e objetivos do PRODEGRAN eram fortalecer as atividades produtivas da região e a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais. Nesse sentido, apareceriam algumas proposições como: incentivar o aumento da produtividade; utilizar práticas conservacionistas de maior tecnificação e modernização das práticas de comercialização; introduzir novas culturas; promover o combate à erosão urbana e intensificar a infraestrutura capaz de potencializar essas realizações (ABREU, 2005, p. 161).

A ideia era fomentar em Mato Grosso do Sul investimentos para o desenvolvimento de uma infraestrutura que aumentasse a produtividade e as áreas produtivas para a exportação, seguindo a mesma lógica da revolução verde.

Silva (2011, p. 177-78) aponta que, nesse período, em Mato Grosso do Sul ocorreu um aumento da produção em seu volume total, mas não em virtude do aumento da produtividade e sim devido ao incremento da área destinada à lavoura, que de 1970 a 1980 passou de 174.399 ha para 850.668 ha. Podemos observar também que de 1970 a 1985 as áreas de matas e florestas reduziram-se em mais de 45%. E, de 1970 a 1980, o número total de estabelecimento reduziu em 33%, passando de 20.940 ha para 14.040ha, sendo as pequenas propriedades (menos de 50 ha) reduzidas pela metade, o que indica uma concentração da terra (SILVA, 2011, p. 183-84).

No final do século XX, o destaque veio do setor canavieiro em Mato Grosso do Sul. Silva (2011, p. 189) aponta que, no ano de 2000, a região da Grande Dourados foi responsável por 99,6% da produção de cana-de-açúcar do Estado. O autor demonstra que a integração produtiva não foi direcionada a todos os produtores e municípios, devido a diferenças na qualidade do solo e, também, porque os investimentos priorizavam culturas específicas.

Para Silva (2011), ao mesmo tempo em que esses arranjos produziram um rápido crescimento econômico também foram os responsáveis pela desintegração da economia regional preexistente, já que as atividades tradicionais não possuíam referenciais técnicos para concorrerem com as modernas atividades agrícolas. Todas essas alterações levaram a um êxodo do campo e à concentração da estrutura agrária da região. Desde então, a região passou a ser reconhecida pela integração ao mercado agroexportador e pela produção em larga escala da soja e cana-de-açúcar para o setor sucroenergético (SILVA, 2011).

Cabe ressaltar que o processo de modernização no contexto brasileiro e de Mato Grosso do Sul não foi imediato e sem resistências, pois os pequenos passaram a denunciar os prejuízos desse “progresso técnico” e a propor um modelo alternativo de desenvolvimento. Isso gerou um longo processo de luta e articulação nas décadas subsequentes, entre os setores da sociedade que passaram a questionar o modelo da modernização da agricultura implementado pelo estado brasileiro. O grande número de conflitos no campo já indicava a não resignação dos pequenos agricultores e o início de um processo de organização política (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 1991).

Foi nesse bojo de exclusão e resistência que emergiram questionamentos do modelo produtivo até então empregado, encaminhados pelos movimentos sociais e por pequenos agricultores, numa defesa de modelo alternativo de produção. A partir da divulgação das experiências agroecológicas, o movimento agroecológico foi tomando força social e conquistou simpatizantes, construiu redes entre os movimentos sociais, especialmente, os rurais, facilitando uma força social para inserir a demanda da agroecologia e da produção orgânica na agenda governamental. O reconhecimento do estado em relação a essa demanda ocorreu, mais efetivamente, no raiar do século XXI, com a institucionalização, em algumas secretarias do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de uma política nacional de agroecologia e de produção orgânica.

Importa destacar que essa política ora é reconhecida ora é condenada pelo Estado, configurando-se mais como política de governo do que como política de Estado. Seu fortalecimento depende da plataforma de cada governante, por isso oscila no pilar estatal, assumindo ares de política de governo, como veremos adiante.

No entanto, o fortalecimento da produção orgânica e da agroecologia está em processo de constituição, encontrando limites para sua expansão, visto que o modelo fundiário, historicamente instituído, ainda se concentra no latifúndio e na monocultura, com base na exportação. Com isso, o agronegócio abocanha do estado brasileiro fatia significativa do fomento destinado a custear a produção, imprimindo uma espécie de rolo compressor que se estende e cria diversos problemas para a emergência e/ou consolidação de outro modelo produtivo.

O dilema está posto, visto o crescente debate do modelo avassalador de mercado e a defesa para que as mudanças não se processem. Mesmo assim, a interação pessoa-ambiente-produto-consumidor vem se constituindo numa meta desafiadora e de avanço e recuo, alcançando adeptos. Resta saber se a força social conseguirá concorrer com a lógica do

mercado e abrir brechas no predomínio do modelo vigente, numa ação fundamental para os dias atuais, e que se configura na necessidade de preservação do meio e da vida em seu todo.

1.2. Agricultura Alternativa e Agroecológica

A estagnação econômica brasileira⁵, do final da década de 1970, fez com que se perdesse o argumento de crescimento econômico, no qual o governo se apoiava para justificar essas transformações. Assim, tem-se a legitimidade em diversas correntes teóricas e em coletivos organizados por meio de movimentos sociais rurais, bem como a ideia da defesa da reforma agrária, implementada parcialmente pelo Estado, em 1985, com o I Plano Nacional de Reforma Agrária. No entanto, a reforma agrária foi criada de maneira regulada, como forma de acalmar ânimos (OLIVEIRA, 2007).

No bojo da criação de pequenos lotes de agricultura familiar emerge com maior força a discussão voltada para a forma de produzir, que até então se estruturava predominantemente na produção convencional e utilizava de todas as alternativas oferecidas pelo mercado, nem sempre adequadas ao meio ambiente e à produção saudável. Os movimentos sociais encaminharam a defesa de outra maneira, que leva em conta não só o quanto se produz, mas o lugar da produção, bem como a qualidade do produto.

A criação de assentamentos rurais, oriundos da reforma agrária, foi fundamental para isso, visto que com eles houve o aumento do número de pequenos produtores. Assim, criam-se múltiplas estratégias no cultivo agrícola, trazendo e aplicando saberes, dentre eles práticas agroecológicas. É fato que a criação dos assentamentos ocorreu mediante o fortalecimento da luta social, gestada por meio da força social que os movimentos sociais rurais imprimiram no contexto brasileiro, especialmente, na década de 1980. Os movimentos colocaram na pauta do Estado demandas que caminhavam na direção da mudança do modelo fundiário, ao criar assentamentos e, também, da modificação voltada à produção, com base nos saberes acumulados das pessoas assentadas em lotes.

Nesse acúmulo de sujeitos e demandas, a pauta da agroecologia vem sendo ampliada como estratégia para produção e permanência nos lotes, fato que tem fortalecido a rede de atores envolvidos a essa demanda. Iniciou-se, igualmente, o debate referente à sustentabilidade,

⁵ Os anos 1980 ficaram conhecidos como “a década perdida”. Ocorreu uma desaceleração econômica, com a redução das taxas de crescimento do PIB, a aceleração da inflação, e aumento da dívida externa. Porém, conforme argumenta Mallmann (2008), a década foi o ponto de partida para a mobilização dos grupos populares em prol da redemocratização.

o qual está ligado à preservação do meio ambiente, a não utilização de agrotóxicos e ao questionamento da produção extensiva com base nas monoculturas.

A emergência dos movimentos sociais, principalmente, com a abertura política, na década de 1980, trazendo como pautas o questionamento do modelo concentrador da estrutura agrária brasileira, aliada à pauta internacional, direcionada para o debate em torno das questões ecológicas, fez esses movimentos se fortalecerem, para nas décadas subsequentes denunciarem publicamente as mazelas provocadas por esse modelo de desenvolvimento. Isso unificou demandas com objetivos entrelaçados na luta pela sustentabilidade, pela segurança alimentar e pela soberania produtiva, que, mais tarde, reuniram-se com as pautas principais, como a de uma nova maneira de produzir com base agroecológica.

Dentre os fatores que impulsionaram a popularização da noção de agricultura alternativa, apontamos a ação contestatória à “revolução verde”, que os movimentos sociais do campo exerceram, ampliando a publicização da degradação ambiental provocada pela agricultura convencional.

Segundo Moura (2017), o debate no final da década de XX ocorreu principalmente nos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) e, também, através dos Projetos de Tecnologias Alternativas (PTA). Desses projetos participaram estudantes, pesquisadores, membros de Organizações não Governamentais, representantes de instituições públicas e privadas e, ainda, lideranças de movimentos sociais e agricultores. Dentre as principais críticas e propostas discutidas nesses encontros, a autora destaca:

As principais críticas referiam-se à poluição do meio ambiente, à contaminação dos alimentos e das pessoas por agrotóxicos, à erosão do solo e ao aumento do número de pragas e doenças. Apontavam-se como propostas alternativas, entre outras, as seguintes práticas agrícolas: adubação verde, cobertura morta, adubação orgânica, rotação de culturas, curvas de nível e manejo de pragas e doenças (MOURA, 2017, p. 28).

Na década de 1990, novas demandas foram trazidas pelos movimentos do campo, dentre elas a produção sustentável, aliada à segurança e à soberania alimentar que nos anos 2000 alcançaram centralidade. Cabe destacar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a qual ficou conhecida como Eco 92. Essa Conferência constituiu-se num encontro que marcou agendas relacionadas ao meio ambiente.

Para Moura (2017, p. 28), “fatores como a atenção com a degradação ambiental, aliados à expansão mundial da produção orgânica e à consolidação e expansão das experiências produtivas no Brasil colaboraram para a expansão da agroecologia”.

A agroecologia consolida-se como uma espécie de um termo guarda-chuva que congrega as diversas experiências de agricultura alternativas e a partir dela os movimentos sociais do campo têm se apoiado para reivindicar políticas públicas.

Segundo Gliessman (2000), a utilização do termo agroecologia teve início a partir dos anos 1930, como forma de caracterizar a ecologia aplicada à agricultura. No final dos anos de 1950, o termo ressurgiu por causa da ampliação do debate em torno do conceito de ecossistema. Já, durante os anos de 1970, foi gradativamente alcançando relevância por meio de pesquisas ecológicas em comunidades tradicionais, em países em desenvolvimento, quando passaram a ser reconhecidas como exemplos de sucesso de manejo sustentável dos agroecossistemas.

Houve, ainda, ampliação no número de ecologistas que passaram a incluir e a legitimar os sistemas agrícolas como objeto de estudo. Observou-se, também, que diversos profissionais das ciências agrárias passaram a incorporar a perspectiva ecológica em suas práticas. Assim, no início dos anos de 1980, a agroecologia já tinha uma metodologia e uma estrutura para o estudo de agroecossistemas (GLIESSMAN, 2000).

Gliessman (2000, p. 54) define agroecologia como uma ciência que tem como objetivo a “aplicação de conceitos e princípios da ecologia no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”. Para Altieri (1989, p.18), a perspectiva agroecológica procura “encarar os sistemas produtivos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas, investigadas e analisadas como um todo”. Mediante o enfoque sociológico, a agroecologia pode ser definida como o:

[...] manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representem alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante propostas surgidas de seu potencial endógeno. Tais propostas pretendem um desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica e social. (SEVILLA-GUZMÁN, 2001, p. 11, apud MOREIRA; CARMO 2006, p. 47).

Norder et al. (2016) apontam que a noção de agroecologia assumiu, nos últimos anos, diversos significados, sobretudo, por ser empregada por diferentes atores e instituições em

suas práticas e ações, muitas vezes com características, finalidades e prerrogativas diferentes, dentre elas: agências de pesquisa, movimentos sociais, órgãos governamentais, agências de assistência técnica, entre outras. Conforme os autores, a agroecologia é concebida pelos movimentos sociais frequentemente como um:

[...] estilo de agricultura a ser construído ou como princípios/ conceitos a serem aplicados com a finalidade de se constituir uma agricultura considerada sustentável. Essas organizações em geral reafirmam a necessidade de se levar em conta aspectos éticos e sociais e a importância das interações entre agricultores, consumidores e outros atores. (NORDER et al., 2016, p. 7).

Para os autores, a agroecologia é parte de uma estratégia de mobilização política e social de vários movimentos. No Brasil, há iniciativas para criação de inúmeras redes de agroecologia, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), que agregam um conjunto de organizações regionais, as quais se articulam entre si e, também, se estendem com redes transnacionais em prol da agroecologia.

Essa tendência assemelha-se aos estudos sobre os movimentos sociais na contemporaneidade. Scherer-Warren (2006) aponta que uma das principais características dos movimentos sociais contemporâneos é a articulação em formato de redes, pois cada vez mais emerge a necessidade de se estabelecer conexões com outros grupos com as mesmas identidades sociais e políticas, a fim de alcançar maior visibilidade e força social para as demandas que apresentam. Ressalta a autora:

Como resultado de todo esse processo articulatório vai se constituindo o que denominamos, enquanto conceito teórico, de rede de movimento social. Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. (SCHERER-WARREN, 2006, p.113).

Monteiro e Londres (2017, p. 78) demonstram que o movimento agroecológico, desde os anos de 1980, caracterizou-se pela construção e pelo fortalecimento de redes locais

atuantes em diversos territórios, nos quais enfrentam disputas com projetos distintos de produção. Essas redes atuam contra o modelo da agricultura convencional, que se expande e reivindica noções como desenvolvimento e progresso, com intenção de ocultar os impactos ambientais e sociais, ao mesmo tempo tenta deslegitimar a emergência de alternativas outras de produção.

No formato de rede, em meio ao cenário demandado com a agroecologia, foi sendo configurada a produção orgânica, que visa a produzir em larga escala, mas se diferencia da produção convencional por defender o uso de adubação e de inseticidas para os controles de pragas, oriundos de métodos naturais, recusando o pacote químico, presente na produção convencional.

Atualmente várias organizações e movimentos sociais do campo, como a Articulação Nacional de Agroecologia⁶ - - por congregar diversas outras organizações, bem como a Via Campesina⁷ (organização internacional de camponeses, que tem como meta a mobilização social dos povos do campo no mundo todo) -, têm travado um debate político em defesa de um projeto de desenvolvimento rural menos agressivo à natureza e com produtos de maior qualidade. Para isso, colocam a discussão em redes de movimentos sociais e mesmo na mídia, criando espaços de articulação e de compartilhamento de experiências e, ainda, divulgam a importância da agroecologia em nível mundial.

O desafio posto é desenvolver estratégias tanto no que diz respeito ao aumento de membros em torno dessas redes, na defesa por alimentos saudáveis e com práticas ambientalmente sustentáveis, como no que se refere ao enfrentamento ao modelo convencional de agricultura no cenário político, que ainda é hegemônico e difícil de ser superado, mas que tem trazido enormes custos sociais e ambientais.

No caso de Mato Grosso do Sul, a agroecologia encontra-se em fase de construção, com destaque para a Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul, com sede no município de Glória de Dourados (MS). A associação é constituída como uma organização

⁶ De acordo com o site da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), ela é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira, engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>, acesso em 05/05/2020.

⁷ Via Campesina é uma organização internacional de camponeses, composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. A organização visa a articular os processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) são exemplos de movimentos e comissões que fazem parte a Via Campesina.

da sociedade civil, que congrega uma rede de atores e atrizes do Estado e tem sido o meio de certificação da produção sem uso de defensivos.

Além da associação no município de Glória de Dourados, a agroecologia vem alcançando força social em outros espaços em Mato Grosso do Sul, como nos debates dos congressos acadêmicos, dentre eles o “Agroecol”. Esse congresso está em sua terceira versão, sendo organizado pela EMBRAPA em conjunto com a UFGD, a UFMS e a UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul). Também tem parcerias institucionais sobretudo no que se refere à assistência técnica, com a AGRAER, como ainda com a sociedade civil e pequenos produtores, os quais são, em boa parte, oriundos de áreas de assentamentos rurais.

Há, ainda, a formação de um Núcleo de Agroecologia na UFGD em Dourados, certificado e fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), assim como outro Núcleo de Agroecologia na UFMS, campus do município de Três Lagoas, também fomentado pelo CNPq. Esses núcleos propagam e fornecem suporte para divulgação de experiências agroecológicas, especialmente, aquelas provenientes de lotes de assentamentos rurais e/ou comunidades quilombolas e indígenas. As ações desses núcleos culminam, por exemplo, com a organização de espaços para a comercialização de produtos orgânicos em feiras das respectivas cidades e a divulgação os benefícios advindos desse processo produtivo.

É importante destacarmos que se encontra em fase de constituição um comitê estadual de agroecologia e produção orgânica, organizado pela Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar/SEMAGRO/MS, com vistas a fortalecer os encaminhamentos.

O grande desafio está em tornar o modelo de produção orgânica e da agroecologia uma política de Estado, de forma que este assuma a frente, com vistas a alcançar outros níveis, tanto de produtividade, como de conscientização das pessoas e de responsabilização das empresas. A pauta está na consciência de que o meio ambiente é finito principalmente quando a ação sobre ele provoca enormes alterações, trazendo sérias consequências, como as que vemos na atualidade. Essas consequências colocam em xeque a continuidade de qualquer sistema produtivo, bem como culmina no desaparecimento dos meios de acesso a água e da manutenção da flora e da fauna. Políticas ambientais de Estado são, nesse bojo, fundamentais para garantirem as condições necessárias e colocarem freio na avalanche avassaladora do mercado, dirigido apenas para o lucro.

Um dos atuais dilemas refere-se à questão da alimentação mundial. Nesse sentido, o principal desafio estabelecido é a construção de uma agricultura que seja altamente produtiva e, ao mesmo tempo, sustentável e, ainda, que produza alimentos saudáveis e nutritivos.

Assim, a agroecologia no Brasil e em Mato Grosso do Sul vem se constituindo com maior força, destacando-se e estabelecendo-se como base de um novo paradigma de organização social e de relações de produção no campo. Esse novo paradigma está pautado em iniciativas opostas à lógica da agricultura convencional de degradação e exploração. Assim, mantém-se uma estratégia de permanência na terra, por meio da conservação ecológica e da integração dos conhecimentos acadêmicos aos tradicionais. Isso promove novas formas de organização política e produtiva, como, por exemplo, as redes de agroecologia e produção orgânica, ambas alcançando a dimensão governamental, sendo fomentadas por recursos federais, como apontaremos na sequência.

1.3 Políticas de fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica

O movimento agroecológico e de produção orgânica nasce do questionamento à revolução verde durante as transformações estruturais provenientes da expansão tecnológica, no período de reestruturação produtiva, que potencializou os processos de desterritorialização nas sociedades contemporâneas. Nesse período, expandiu-se o capital financeiro na agricultura devido à diminuição de créditos e subsídios por conta da crise dos barris de petróleo em meados da década de 1970 (DELGADO, 1995).

O capital financeiro passou a transcender as fronteiras naquilo que ficou conhecido como mundialização do capital, deslocando-se para lugares onde havia recursos e mão de obra barata a ser explorada e, assim, impôs a liberalização e a desregulamentação da economia (CHESNAIS, 2001).

Essa tendência de crescimento a qualquer custo mostra seus limites especificamente com o surgimento de problemas socioambientais e o aumento da desigualdade. A partir desse período emergem críticas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, nascendo projetos que se apresentam como alternativos às mazelas sociais. Essas ideias compreendem diversas concepções de desenvolvimento e sustentabilidade conflitantes entre si. De um lado, a economia verde, que aponta apenas a adesão de tecnologias verdes com intuito de crescimento econômico, sem alteração da estrutura fundiária. De outro lado, uma perspectiva que aponta para a justiça social e para a redução da desigualdade econômica, considerando as especificidades locais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. Desse modo, esta

perspectiva procura valorizar a diversidade ambiental e a conservação da natureza, bem como das práticas tradicionais de manejo dos solos e das sementes crioulas. Com isso, é desmistificada a ideia da inevitabilidade da expansão capitalista sobre os indivíduos (ALTIERI, 1989).

No final do século XX, emergiu, com maior força social, no cenário brasileiro, a discussão sobre a utilização dessas tecnologias orgânicas e de novas alternativas para a produção de alimentos. O intuito era promover um modelo produtivo que reduzisse problemas ambientais, sociais, culturais, levando à produção de alimentos mais saudáveis, podendo resultar na melhoria da qualidade de vida da população. Essa meta alcançou força na primeira década do século XXI especialmente em seus primeiros anos, quando o Estado criou algumas políticas públicas voltadas a fomentar a produção orgânica e a agroecológica.

O que estava em pauta era a demanda encaminhada pelos movimentos sociais, que passava pela criação de condições para reduzir os efeitos nocivos gerados pelo modelo hegemônico (e que ainda se encontra na centralidade dos tempos atuais). Esse modelo caracterizava-se pelo pacote mercadológico, implicando na utilização, em larga escala, de insumos, adubos, fungicidas e máquinas de origem industrial, os quais não só causam danos ambientais, mas também às pessoas e animais que consomem alimentos advindos desse pacote.

Tal cenário suscitou debates em relação ao modelo de produção brasileiro, período em que os movimentos sociais, com maior ênfase nas pautas dos movimentos rurais e ecológicos, questionaram as mazelas advindas da produção com utilização de compostos químicos sobretudo, os danosos à saúde humana.

A pauta trazida pelos movimentos sociais resultou em força social, reunindo em seu entorno pessoas do campo, representações do Estado, intelectuais, consumidores e outros atores da sociedade civil, os quais trouxeram à cena mazelas decorrentes do aumento da produção, resultado da falta de atenção para as consequências que isso implicava sobre o meio ambiente e a vida de pessoas e animais.

É nesse bojo que vem sendo construído o processo da produção orgânica e da agroecologia e, por meio dele, redes de atores de diversas esferas da sociedade constituem-se. Com isso, foram e estão sendo criadas bases para pautar e também alcançar o cenário político em defesa de um projeto de desenvolvimento sustentável. Para isso, a preposição de políticas públicas voltadas para a população rural foi fundamental sobretudo aquelas com preocupação em relação ao meio ambiente e às pessoas.

Assim, a partir dos anos 2000, em virtude da mobilização social do movimento agroecológico, a agroecologia passou a ser reconhecida como produção de viabilidade econômica, social e ambiental, principalmente, ao considerarmos as diversas ações por parte do Estado em prol da agroecologia.

Esse processo articulatório resultou na realização dos encontros nacionais de agroecologia. Sua primeira edição foi realizada, em 2002, com objetivo de criar propostas de políticas públicas com enfoque agroecológico para serem entregues aos candidatos à presidência do Brasil daquele ano. Como desdobramento do encontro, ocorreu a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a qual passou a congrega diversos atores e atrizes, intelectuais e a sociedade civil em torno da promoção da agroecologia e do fortalecimento da agricultura familiar no Brasil (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Em 2003, no início do primeiro governo Lula, a agroecologia e a produção orgânica passaram a integrar a agenda governamental. Como pontapé inicial, houve a aprovação da Lei 10.831 que estabelecia as condições e os procedimentos a serem adotados para a produção e a comercialização de produtos orgânicos. Ainda, naquele ano, os princípios da agroecologia foram incorporados às diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que passou a ter como objetivo:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações. (BRASIL, Lei nº 12.188/2010).

Ainda, no ano de 2003, ocorreu a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como forma de garantir o direito à alimentação adequada e combater a fome, bem como diversas outras iniciativas dentro do programa Fome Zero⁸, criado pelo Governo Federal. Essas iniciativas convergiram para a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual possibilitava a compra de alimentos da agricultura familiar com recursos públicos para distribuição junto à população em situação de insegurança alimentar.

⁸ O projeto Fome Zero teve como objetivo “propor uma política nacional participativa de segurança alimentar e combate à fome. Sua elaboração envolveu alguns dos principais especialistas no tema, além de movimentos sociais e ONGs, nos diversos seminários e debates realizados ao longo de um ano de elaboração. “A partir dele novas políticas diferenciadas para a agricultura familiar são implementadas, e é construída uma legislação-base para a política nacional de segurança alimentar e nutricional” (SILVA; GROSSI; FRANÇA, 2010, p. 8).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passou a destinar 30% de seus recursos à aquisição de produtos da agricultura familiar (SAMBUICHI et al., 2017b, p.19). Esses programas deram um grande incentivo à agroecologia por criarem uma demanda significativa a esses produtos, tendo em vista a ausência de espaços regulares de comercialização.

Em 2004, foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que passou a exercer um importante papel no incentivo e na promoção de conhecimento científico em torno dos procedimentos de produção e, também, na divulgação de experiências agroecológicas no campo da Agroecologia.

As primeiras iniciativas de concessões de créditos voltados à agroecologia deram-se por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), responsável por oferecer linhas de créditos direcionadas à agroecologia e à produção orgânica, especialmente, no Plano Safra 2005/2006, quando se criou a linha PRONAF-Agroecologia (TROVATTO et al., 2017).

Em 2006, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) lançou o Marco Referencial em Agroecologia. Esta foi uma estratégia de institucionalização da abordagem agroecológica para pesquisas na Embrapa. Em seu documento, a agroecologia é entendida como um referencial teórico transdisciplinar e como uma orientação geral para as experiências da agricultura ecológica. Essas experiências só teriam sentido se levado em conta os aspectos socioeconômicos e ecológicos locais, pois como ressalta: “as experiências locais podem validar os princípios, ponderando cada qual e enriquecendo a própria concepção teórica da Agroecologia.” (EMBRAPA, 2006, p. 24).

Ainda, em 2006 foi criada a Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, dando início a uma política pública de fomento para criação de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica em instituições de ensino para formação de técnicos e profissionais em agroecologia (SAMBUICHI et al., 2017b, p. 20).

Esse processo de articulação e reivindicação dos movimentos sociais e da sociedade civil convergiu para a criação, por meio do Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). A partir dessa articulação, foi instituída, como instâncias de gestão da PNAPO, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). A Comissão era formada por 14 representantes do estado e 14 da sociedade civil. Também foi criada a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção

Orgânica (CIAPO) composta estritamente por membros dos ministérios envolvidos na sua execução. Na expressão do documento, essa política pública tem como objetivo:

[...] integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (BRASIL, DECRETO Nº 7.794/2012).

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) é o principal instrumento de execução dessa política e foi lançado, em 17 de outubro de 2013, durante a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Segundo Sambuichi et al. (2017), a construção do PLANAPO efetivou-se de forma participativa, através de um amplo debate entre Estado e organizações da sociedade civil. A autora ainda destaca que a elaboração da proposta ficou a cargo da CIAPO através das propostas debatidas pela CNAPO.

Siliprandi (2015) enfatiza que o movimento das mulheres do campo foi importante impulsionador da agroecologia, dentre eles a Marcha das Margaridas⁹, que ao longo dos anos mobilizou milhares de mulheres pautando essa bandeira. Além das reivindicações históricas das mulheres rurais, dentre elas o combate à violência de gênero no campo, as mulheres incluíram também a pauta da agroecologia, numa alternativa de produção, apontando para um novo modelo de produção no campo, que, a partir de 2011, passou a ter como lema “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade.”

De acordo com Siliprandi (2015, p. 33), a então presidenta Dilma Rousseff fez referência à Marcha das Margaridas, ao apresentar publicamente o PLANAPO. O plano representou um grande avanço à medida que o Estado passou a reconhecer a agroecologia como um modelo de desenvolvimento rural, que combina produção com sustentabilidade ambiental e social e assumiu o compromisso de fortalecê-la, através das metas, estratégias e iniciativas expressas no Plano.

Nesse sentido, é preciso salientar que o viés agroecológico foi assumido mais efetivamente pelo Estado nas primeiras décadas do século XXI, quando movimentos sociais organizados em rede de atores e atrizes construíram uma força social em torno do tema, traduzindo numa demanda política. Essa demanda foi assumida pelos governos Lula e Dilma, os quais passaram a acolher e a fomentar as demandas em relação às pautas de produção de alimentos com base agroecológica.

⁹ Marcha das Margaridas é uma manifestação realizada em Brasília, desde 2000, por mulheres trabalhadoras rurais do Brasil. Em sua última edição, em 2019, chegou a reunir mais de 100 mil mulheres, com objetivo de reivindicar os direitos das mulheres e dar visibilidade às mulheres do campo.

Citamos como exemplo a rede que o Estado brasileiro tentou criar com os movimentos sociais, cooperativas, associações de agricultores, universidades, encaminhando ações de fomentos por meio de editais públicos, direcionados a atender territórios, grupos organizados, pesquisas e ações de extensão universitárias, bem como de assistência técnica.

No caso da UFGD, foram muitos projetos e ações encaminhadas em parcerias com organizações de assentamentos, EMBRAPA, órgãos da extensão rural e órgãos de fomento, como o CNPq. Dentre os projetos destacamos a Residência Agrária: agroecologia, produção e extensão rural, um curso desenvolvido nos anos de 2013 a 2015, na UFGD, na modalidade de curso de especialização, sendo oferecido para 48 pessoas assentadas em projetos de assentamentos rurais. Outras ações referem-se à formação do Núcleo de Construção Participativa do Conhecimento em Agroecologia e Produção Orgânica, como também do Centro Vocacional Tecnológico de Agroecologia e Produção Orgânica, dentre outros.

Nesse sentido, o movimento agroecológico vem se destacando e colocando na agenda governamental suas reivindicações e obtendo conquistas significativas, como a criação de uma política nacional de agroecologia e produção orgânica. Porém, atualmente, o agronegócio possui uma grande hegemonia política e ideológica. Nesse aspecto, torna-se importante compreendermos quais são as principais dificuldades e as potencialidades da produção alternativa. Ademais, é fundamental entendermos os meios de propagação de seus resultados e as potencialidades efetivados com as feiras de sementes crioulas as quais, em sua atuação, estabelecem estratégias em torno da concretização de seus projetos. Compreender essa dinâmica pode possibilitar aos atores envolvidos, assim como o Estado, meios para se apropriarem desse conhecimento a fim de afirmarem e/ou repensarem suas próprias ações.

A Feira de Sementes Crioulas de Juti também foi beneficiada pelos projetos governamentais, como veremos no segundo capítulo, ampliando seu alcance por meio de recursos acessados em editais de fomento. Ela atuou e ainda atua como uma espécie de guarda-chuva para outros encaminhamentos, dentre eles a criação do Seminário Sobre o Uso e Conservação do Cerrado do Sul do Mato Grosso do Sul, no ano de 2012. Esse Seminário foi possível pelos incentivos do Governo Federal, por meio de editais de fomento para ações na produção alternativa e, também, de conservação ambiental, reunida no âmbito da Feira de Juti, fortalecendo primeiro o evento das sementes crioulas e estendendo-a para outras dimensões.

É fato que com a deposição da Presidenta Dilma, em 2016, ocorreram mudanças nas políticas de fomento voltadas à produção orgânica e agroecológica. Houve a partir desse momento a redução nos incentivos do Estado. No entanto, esse modo de produzir precisa ser

ampliado em relação aos fomentos a ele destinados, bem como na divulgação de seus benefícios. Assim, combatendo a força que impera no modo de produção com base nos elementos oferecidos pelo mercado, como insumos e pesticidas, os quais contaminam produtos e ambientes, sendo ainda largamente propagados e validados como necessários, visto que, por meio deles, ocorre o aumento de produção, sem considerar o custo ambiental. Assim, o POP (parafrazeado comercial de circulação televisiva) não está na quantidade e na beleza aparente dos produtos/alimentos, mas no processo que envolve sua produção. Por isso, requer considerar os seguintes elementos: o que se planta, como se planta, quem planta, onde planta, o que se come.

Nessa esteira de questionamento quanto aos modelos dominantes de produção, as feiras têm representado canais de propagação e comercialização da produção alternativa. Elas se constituem em espaços que compuseram as sociedades através dos tempos. No caso brasileiro, foram enfraquecidas pela emergência, nas últimas décadas do século XX, dos hipermercados, os quais prometem produtos que enchem os olhos em beleza, mas nem sempre em qualidade do alimento. Nesse sentido, nos primeiros anos do século XXI, tem-se o retorno e/ou fortalecimento das feiras de alimentos nas praças das cidades, nas vilas rurais. São lugares onde produtores comercializam diretamente sua produção, especialmente, a orgânica e agroecológica, alcançando cada vez mais adeptos no consumo desses produtos.

A feira de sementes crioulas de Juti é um desses espaços, que figura como lugar de trocas diversas, de saberes, de sociabilidades, de experiências e de produtos, como veremos na sequência deste estudo.

CAPÍTULO II: A CRIAÇÃO DA FEIRA DE SEMENTES CRIOULAS DE JUTI (MS)

Neste capítulo, apresentamos a criação da Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti (MS). Para isso, na primeira parte do texto, analisamos o processo de ressignificação das sementes crioulas como um instrumento de resistência e o papel das feiras agroecológicas com intuito de fortalecer a relação de preservação das variedades tradicionais.

Na segunda parte do texto, analisamos a criação da feira de Juti e discutimos cronologicamente a composição da feira, por meio da leitura dos cartazes de divulgação de cada ano do evento, associando análises das notícias veiculadas pelos jornais locais e, especialmente, relatos das pessoas envolvidas com o evento, as quais fazem a feira acontecer anualmente, numa longevidade e periodicidade, visto que no ano de 2019 ocorreu a 15ª edição da feira.

2.1. As feiras e as Sementes Crioulas: elos de saberes tradicionais

Como vimos no capítulo anterior, a partir da década de 1960, o Brasil passou por um processo de subordinação do campo à indústria, quando o Estado, em parceria com o capital nacional e internacional, esteve na dianteira desse processo por meio de políticas públicas de promoção a inovações tecnológicas e introdução de novas relações econômicas e sociais no campo. Estas foram políticas agrícolas de incentivo à incorporação técnica com objetivo de aumentar a produtividade sem resolver as condições de desigualdade no campo e os problemas dos trabalhadores rurais. Esse processo, descrito por nós como revolução verde, teve em sua essência a aplicação de pacotes tecnológicos com base na química, na genética e na mecânica.

O processo de mundialização do capital e de internacionalização da economia aprofundou ainda mais a dependência do campo em relação à indústria, observado por Florestan Fernandes (1973) na década de 1950. A utilização dos recursos naturais foi submetida a leis do mercado e do lucro.

A racionalidade para o aumento da produtividade tornou-se o caminho desse processo, medida adotada pela agricultura convencional, mantendo como base a compra periódica de

sementes geneticamente modificadas. Assim, quem planta se vê amarrado a essa lógica e a cada plantio passa a comprar novas sementes e todo o pacote que a acompanha, como agrotóxicos, adubos e insumos, necessários para produção dessa semente híbrida. Todos esses elementos tendem a aumentar os custos da produção e requerem um enorme volume de capital investido, que, na maioria das vezes, é adquirido através de financiamentos bancários, aspectos que dificultam a produção nos moldes tradicionais, sobretudo, para os pequenos agricultores. Esse modelo de produção se torna possível para os grandes produtores que detêm capital suficiente para arcar com os custos e possíveis prejuízos e possuem capacidade de requerer incentivos, empréstimos e subsídio estatal.

Além disso, como as sementes necessitam ser compradas a cada cultivo, negam a autonomia produtiva e insere o produtor em uma relação de dependência. O fato de a semente ser híbrida ou geneticamente modificada inibe sua reutilização e multiplicação, submetendo até mesmo o produtor a possíveis sanções legais.

As empresas transnacionais,¹⁰ que atuam e detêm fatias significativas do mercado em sementes e demais produtos da agricultura convencionais, mantêm como política de comercialização contratos, que o agricultor, ao adquirir as sementes assina. O termo assinado compromete o produtor a não reter sementes ou entregá-las a outras pessoas. Essa forma de adquirir sementes tende a inserir o agricultor em um sistema de dependência com essas empresas, o que não ocorre com a utilização de sementes naturalmente selecionadas e preservadas pelo próprio agricultor (CARVALHO, 2003, p. 123).

As sementes, fruto da manipulação genética, tornaram-se um produto comercial patentado, sujeito às mesmas normas que outros bens de comércio, devendo ser adquiridas a cada ciclo, pois não podem ser guardadas, trocadas ou conservadas pelos agricultores, sob pena de violar a propriedade intelectual daquele que as desenvolveu e se assim o fizer pode sofrer ações judiciais (ELSTE, 2017). Dessa forma, o mercado cria sólidos mecanismos de dependência entre ele e os agricultores através de leis de propriedade intelectual das sementes, o que impede os produtores rurais de plantarem livremente a cada ciclo, pois devem adquiri-las novamente.

Essa dependência foi consagrada na nova fase da “modernização da agricultura”, iniciada na década de 1960, que atingiu seu auge na década de 1990. Com isso, além de

¹⁰ Em 2013, Monsanto, Syngenta, DuPont, Dow Agrosiences, Bayer, Basf, que eram as seis maiores corporações de produção de químicos, controlavam 75% do mercado mundial de agroquímicos e 63% do mercado mundial de sementes. Além disso, 75% de toda a investigação e desenvolvimento (I&D) no setor privado sobre cultivos (MAYER e GREENBERG, 2017, p.76). Cabe destacar que, no ano de 2017, ocorreu a fusão entre Dow e Dupont e, em 2018, a Monsanto foi adquirida pela Bayer.

aprovar a liberação dos organismos geneticamente modificados, recebeu a proteção internacional através de acordos multilaterais de natureza jurídico e comercial, inaugurando um período de ampliação da dominação das empresas criadas no decorrer da Revolução Verde (WILKINSON; CASTELLI, 2000).

No entanto, essa lógica de modificação genética, principalmente com os transgênicos, levanta, nos dias atuais, diversas polêmicas e tem suscitado debate entre grupos favoráveis e contrários ao seu plantio. Nesse bojo, o uso de sementes crioulas vem sendo ressignificado em termos sociais, numa aceitação e adoção ou preservação.

A semente crioula tem uma importância significativa para os pequenos produtores, fazendo parte de suas práticas e de seus conhecimentos tradicionais. O ato de guardar sementes combina-se, ainda, com saberes quanto ao armazenamento, ao período de plantio, de colheita, de preservação e seleção das sementes para futuras semeaduras, conseguindo garantir a reprodução das lavouras.

A seleção e o armazenamento das sementes são um processo importante, pois garante a reprodução de forma mais produtiva. É uma prática histórica e partir dela se desenvolveu grande parte das variedades que temos hoje. Risso (2017) destaca o importante papel das mulheres no início desse processo, as guardadoras e propagadoras de saberes tradicionais:

Com o início da agricultura, os seres humanos, especialmente as mulheres, começaram a selecionar as plantas de acordo com as características que mais lhes agradavam; frutos e sementes maiores, sabor agradável, época de colheita, ciclo da planta, etc. Esse processo de domesticação fez com que as plantas que consumimos para nossa alimentação passassem a depender do ser humano para sua continuidade de reprodução. As variedades de plantas que chegaram até os dias atuais na agricultura são resultado não apenas do meio ambiente, mas também de todo um conhecimento e prática milenar das mulheres e homens em seu melhoramento natural. A domesticação das plantas resultou numa grande diversidade de variedades. Nesse desenvolvimento, grande parte se deve a observação das mulheres por um caráter cultural, foram as protagonistas desse grande avanço que a humanidade pode desfrutar. Compreendemos os processos de produção como elementos culturais e coletivos, esse como forma de impulsionar as várias culturas existentes no desenvolvimento da sociedade. (RISSO, 2017, p. 26).

As sementes crioulas configuram-se como um elemento essencial de resistências e permanências na terra. O manejo sustentável do solo por meio da agroecologia tem feito os agricultores apropriarem-se dos conhecimentos que pareciam perdidos. Ao mesmo tempo, tem funcionado como uma ferramenta política importante para aglutinar suas pautas em nome de um projeto de desenvolvimento. Nessa proposta, os pequenos, em especial, aqueles ligados

aos movimentos sociais, estão passando por um processo de transição e reaprendendo a cuidar da terra.

Ainda que cada família, comunidade e povo domine determinados conhecimentos e detenha saberes sobre sementes, que são parte de sua cultura e tradição, a troca tem sido um elemento que, além de ocorrer por circunstâncias práticas e materiais, ocorre por meio de aspectos religiosos e culturais, fortalecendo o ato da troca.

A troca de sementes não está no passado, mas tem se manifestado nos dias atuais, ainda que associado às dificuldades, como, por exemplo, as mudanças culturais que, diante do avanço da agricultura industrial, química e mecanizada e, ainda, da orientação agroexportadora imposta à economia dos países emergentes, da concentração da terra e da consequente expropriação das terras dos pequenos produtores, intentaram aniquilar referenciais culturais envoltos às práticas de guardar sementes. (CARVALHO, 2003).

Desse modo, os movimentos sociais do campo têm adotado e promovido o debate através das jornadas de luta, jornadas de agroecologia, seminários, feiras, construção de bancos de sementes, entre outros. Estes espaços são como meios para ressignificar práticas que ainda estão presentes nas memórias de antigos guardiões de sementes. Nesse contexto, são criadas as feiras de sementes crioulas que, no caso de Mato Grosso do Sul, passaram a congrega diversos atores e atrizes, com diferentes objetivos. Por meio desses eventos, esses atores sociais reforçam e/ou retomam o plantio de espécies vegetais que estavam sendo esquecidas ou perdidas, aprimorando as técnicas tradicionais.

As feiras são uma tradicional forma de comércio e trocas, cada qual com as suas características específicas. Por isso, identificar a sua origem é seguramente se perder em um passado distante. Mesmo que nos anos de 1960, com a consolidação da indústria agroalimentar – alavancada pela internacionalização do capital e liberalização dos mercados – tenha havido diminuição do papel exercido pelas feiras, ainda hoje elas têm importante dimensão econômica e social, especialmente, para os pequenos agricultores. As feiras representam um espaço socioeconômico e cultural, dinâmico e diversificado. Em relação aos estudos sobre as feiras, Godoy e Anjos destacam que:

Apesar da importância socioeconômica das feiras, raros são os trabalhos de pesquisa nesta área, e quando existem na maioria das vezes possuem um caráter estritamente mercadológico, perdendo de vista os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Porém o que se percebe é que a feira se configura um espaço de trocas econômicas e de sociabilidade entre produtores e consumidores sem perder de vista o aspecto político, que representa para uma parte da população preocupada em adotar um novo

sistema de produção e consumo, como o caso específico das feiras agroecológicas (GODOY E ANJOS, 2007, p. 364).

As feiras são compostas por uma complexa teia de relações que representam um diversificado conjunto de ocupações, fluxos, mercadorias e relações sociais. Também promovem o desenvolvimento econômico e social, fomentando a economia das pequenas cidades. Quanto menor o município, mais importante é o espaço da feira para o seu desenvolvimento local, pois garante a comercialização de produtos da agricultura familiar do lugar.

Além disso, a feira não é apenas um espaço de compra e venda de mercadorias, mas também de encontros e lazer. Trata-se de um local onde as pessoas se encontram, trocam informações, no caso específico da feira de Juti, trocam sementes, fazem articulações políticas ou simplesmente compartilham experiências. Nela, os feirantes expõem seus produtos agroecológicos, gerados a partir do seu próprio trabalho, assim criam-se canais de interação direta entre produtores com variedade de produtos agroecológicos e sementes, os quais se concentram no mesmo lugar.

2.2. A criação e a organização da Feira de Sementes Crioulas de Juti (MS)

A feira de sementes nativas e crioulas acontece anualmente no município de Juti (Figura 01), que compõe a região da Grande Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, uma região que, se considerada a divisão utilizada pelo programa de desenvolvimento territorial territórios da cidadania, do Governo Federal, é composta por 12 municípios, sendo eles: Dourados, Rio Brilhante, Itaporã, Caarapó, Glória de Dourados, Jatei, Fátima do Sul, Deodápolis, Douradina, Vicentina, Juti, Nova Alvorada do Sul. Vejamos a localização de Juti no âmbito de Mato Grosso do Sul:

FIGURA 1 – MAPA DO MATO GROSSO DO SUL



Fonte: Adaptado de Wikipédia, 2020¹¹.

A ocupação do território que hoje compreende Juti, destacado no mapa, se considerado a lógica do mercado,¹² deu-se a partir do final do século XIX com a atuação da Companhia Matte Laranjeira na região. Essa companhia possuía a autorização para explorar a erva-mate em grande parte da região que hoje compreende o sul do estado de Mato Grosso do Sul. Em muitas dessas áreas existiam territórios dos Guaranis e Kaiowás, que foram gradativamente expulsos à medida que ocorreu a ocupação dessas áreas. Um dos pontos importantes de povoamento efetivou-se a partir do esgotamento dos ervais na região do município de Porto Murtinho, migrando a exploração para Juti.

Nesse contexto, a Companhia Matte Laranjeira dirigiu a exploração para mais ao sul do então Mato Grosso, o que gerou a necessidade de mudança do processo de escoamento da

¹¹ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MatoGrossodoSul_MesoMicroMunicip.svg Acesso em: 26/02/2020.

¹² Na região, anterior à atuação da Matte Laranjeira, viviam comunidades indígenas, que ainda ocupam a área, mas atualmente em aldeias, que envolvem pequena área da região, demarcadas pelo Governo Federal.

produção, passando do Rio Paraguai para o Rio Paraná (SILVA, 2006). Em Juti, é possível encontrar antigas construções no Porto Felicidade, localizado abaixo dos Saltos Pirapó e Itú. São construções que eram utilizadas para embarcar a produção ervateira, que seguia para a Argentina, como apontam Nascimento e Santos et al. (2013, p. 33):

Ainda hoje existem antigas instalações, que eram usadas para o escoamento da produção ervateira. Isto é, um galpão de madeira, escadarias de concreto para o acesso ao rio, onde eram carregadas as embarcações que transportavam a erva mate com destino ao rio Paraná e dali seguiriam sendo transportadas até à Argentina.

A atuação da Companhia influenciou a vida dos povos indígenas que viviam no Sul do então estado de Mato Grosso. Os indígenas foram utilizados como mão de obra na colheita e preparação da erva-mate. Nesse mesmo período, ocorreu a criação de Reservas Indígenas. Ao todo, no período de 1915 a 1930, foram criadas seis Reservas Indígenas no Sul do Mato Grosso, evidenciando a atuação do Estado brasileiro na consolidação do poder econômico regional representado pela Cia Matte Laranjeira (SILVA, 2006, p. 34).

A Companhia Matte Laranjeira, que manteve a concessão de exploração dos ervais nativos na região por quatro décadas - desde o final da última década do século XIX, até início da década de 1940 -, detinha um grande poder político. No período do governo Vargas (1930 – 1945), houve a ação para desestruturar o poder da Cia Matte Laranjeira, proporcionada por políticas de Estado especialmente no que se chamou de “Marcha para o Oeste”. Por meio dessa política, o governo visou a intensificar a ocupação populacional nas áreas brasileiras que se apresentavam fragilizadas nos limites geográficos, como o era o caso da fronteira Brasil-Paraguai.

A Marcha para Oeste incentivou a migração de pessoas para a região. Como incentivo de migração, o Governo Federal criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), iniciada a partir do discurso de nacionalização das fronteiras, o que viabilizou o povoamento da região com a distribuição de terra e o assentamento de colonos. Assim, expandiu-se a fronteira agrícola e demarcaram-se os limites do território brasileiro.

Segundo Silva (2016, p. 37): “Os ideais do governo não consistiam apenas na nacionalização da fronteira, mas no avanço das relações capitalistas para essa região num processo produtivo pautado na policultura que atendessem aos interesses do setor industrial e que integrasse o mercado interno”.

O assentamento dos migrantes na área da CAND não foi totalmente efetivo, considerando que não se propôs políticas favorecedoras do processo produtivo e da

permanência dessas pessoas em suas propriedades. Ainda é importante considerar que a quantidade de terras recebida não foi suficiente para incluir todos, fazendo com que muitos filhos de colonos se inserissem na luta pela terra, como é apresentado no estudo de Nascimento et al. (2013) ao citar histórias de assentados da reforma agrária em Juti, que são filhos de antigos colonos da CAND.

A CAND, bem como as demais colônias¹³, criadas no antigo Mato Grosso, não foi suficiente para atender à quantidade de pessoas excluídas do campo brasileiro devido à concentração de terras, associada à tecnificação da produção, que foi colocando no campo máquinas em lugar de pessoas, como apontado anteriormente. Com isso, nos primeiros anos da década de 1980, o movimento de pessoas reivindicando terras para viver cresceu.

No ano de 1984, alcançam maior expressão as primeiras organizações de sem terras, com a ocupação da fazenda Santa Idalina, onde foi criado o assentamento Novo Horizonte (atualmente Município de Novo Horizonte do Sul), o qual assentou a maioria de brasiguaios¹⁴ que retornavam ao Brasil, movidos pela possibilidade da reforma agrária. Ocupada com mais de mil famílias, é considerada a primeira grande ocupação de terras de Mato Grosso do Sul e, também, as primeiras organizações de acampamentos acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Logo depois, entra em cena o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e na sequência a ampliação da rede de movimentos sociais rurais e federações, envoltos ao processo de reforma agrária, dentre os quais: a Federação dos trabalhadores na agricultura (FETRAGRI), a Central Única dos Trabalhadores (CUT Departamento Rural) e a Federação dos (as) Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar (FAF).

Segundo Borges e Kudlavicz (2008), com a ocupação da fazenda Santa Idalina, os agentes da CPT passaram a acompanhar os ocupantes nos acampamentos, inclusive, posteriormente sendo assentados junto com eles, passando a desenvolver ações dentro dos assentamentos. A região de Juti participou desse processo de organização dos trabalhadores sem-terra, conforme nos relata Nascimento e Santos *et al.* (2013, p. 38-39):

O município de Juti não ficou fora do processo de organização dos agricultores familiares sem terras. Estes, por meio dos diversos movimentos que se organizaram, como no caso do primeiro assentamento - Sebastião Rosa da Paz (antiga fazenda São João), com o início do acampamento no

¹³ Citamos a criação, em 1946, da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (envolvendo o atual município de Itaporã), em área que havia sido reservada para colonização. Houve também a criação de colônias de iniciativa de particulares, como foram as de Naviraí, Ivinhema, Nova Andradina, dentre outras, que visaram ao povoamento da região do sul do então Mato Grosso.

¹⁴ Brasiguaios é a denominação atribuída aos brasileiros que saíram do Brasil, nas décadas de 1960/70, em busca de melhores condições no Paraguai. A esse respeito, ver o estudo de Sprandel (1992).

ano de 1998 e havendo a desapropriação da área no ano de 2001, quando foram assentadas 51 famílias, sendo nove famílias no município de Juti e 42 no município de Amambai. [...] No ano de 2002, foi criado no município de Amambai o assentamento Guanabara, onde foram assentadas 98 famílias. Essas famílias têm um sentimento de pertença ao município de Juti, uma vez que todas têm vida social neste município, pois se encontram a 16 km do mesmo e a 90 Km de Amambai. A distância torna inviável aos assentados irem até Amambai para qualquer necessidade. [...] Por fim, temos no município de Juti, no ano de 2004, o reassentamento de 51 famílias que foram, na época da CAND, assentadas em terras indígenas, as quais, depois de muitos anos de conflitos, foram retomadas pelos índios. O Governo reassentou essas famílias no município de Juti e com o restante da área, assentou mais 80 famílias. Esse assentamento foi denominado de Padre Adriano Van de Vem. O assentamento conta com uma história de pessoas que passaram mais de sete anos acampadas, saindo de Sete Quedas, vindo para Juti. (NASCIMENTO, SANTOS, *et al.*, 2013, p. 38-39).

Conforme os autores, a reforma agrária em Juti iniciou-se nos últimos anos do século XX, com maior ênfase nos primeiros anos de 2000, assentando famílias sem-terra, que passaram a ampliar a produção familiar no município. A atuação da CPT esteve presente e isso é apontado até mesmo na denominação de um dos assentamentos que leva o nome do Padre Adriano, atuante na luta pela terra.

A CPT esteve na ação direcionada ao apoio para a fixação dos sem-terra e com o passar dos anos mudou as estratégias, afastando-se das ações de acampamentos e ocupações e fortalecendo sua atuação na luta pela terra com o objetivo de “fortalecer a luta pela fixação do homem no campo e, apoiar e acompanhar os trabalhadores assentados para a melhoria de vida e fortalecimento do senso comunitário” (BORGES E KUDLAVICZ, 2008, p. 99 apud CPT, 1998, p. 1).

A CPT mudou sua orientação pastoral de enfrentamento para uma ação pastoral que Borges e Kudlanicz (2008) chamaram de “prática das negociações”. Isso se deu em virtude das diretrizes eclesiais do vaticano, direcionando a “luta pela terra” para a “luta na terra”, dedicando-se a fomentar aquelas pessoas já assentadas. A partir desse contexto, a CPT também passou a se preocupar em organizar os assentados “para resistirem ao modelo agrícola neoliberal, partindo para uma alternativa de produção fundada nos sistemas da agroecologia e da diversificação da produção das pequenas propriedades” (BORGES e KUDLAVICZ, 2008, p. 108).

A atuação da CTP, na região de Juti, efetivou-se por meio de trabalhos pastorais da Irmã Lucinda nos assentamentos e nas comunidades indígenas principalmente o trabalho com

grupos de mulheres. A Irmã Lucinda¹⁵ foi uma das fundadoras da Comissão Pastoral da Terra em Mato Grosso do Sul. Em entrevista concedida à pesquisadora Mirian Severo (2016), no ano de 2007, Irmã Lucinda relatou como ocorria seu trabalho pastoral:

Então, o nosso trabalho com as mulheres aqui em Juti começou no seguinte, eu pessoalmente vim da Rondônia pra cá e fui visita, já era acampamento, quase assentamento no Sebastião Rosa da Paz, tava na terra, mas todo mundo acampado ainda, aí a gente começo a conversar, trocar ideias, a se encontrar como grupo, pequeno grupo. Teve o grupo do Guanabara que era acampado na época, eu lembro que a primeira reuniãozinha lá no Guanabara foi embaixo daquele pé de bambu que tem ainda hoje ali na esquina, tava todo mundo acampado na beira da estrada e a gente começo a trocar ideias. O objetivo de trabalhar com as mulheres nasceu pela necessidade de saúde preventiva, remédios caseiros, todo esse processo e depois começo, assim, elas quererem se organizar então nós estávamos ali tentando mostra o valor da mulher camponesa hoje, a mulher da roça, porque se a gente for vê ela não tem o valor que deveria ter. Então, nós pensamos assim, tentando mostrar que ela é capaz, que ela tem condições de crescer, de desenvolve e assim fomos continuando esse trabalho nos três assentamentos [...] e estou tentando faze um pequeno trabalho com as mulheres índias também pra elas começarem a sentir os seus valores, mas o básico que nós trabalhamos é o valor da mulher, remédios caseiros: pomadas, xarope, multi-mistura pra trabalha com as crianças e a própria mãe também e incentivando a agricultura orgânica, horta orgânica, que a gente não quer que entre veneno, então ali a gente vai, faz, volta, umas acreditam outras não acreditam. (Lucinda Moretti. Entrevista concedida no dia 03/04/2007 apud SEVERO, 2016, p. 62-63).

Os trabalhos pastorais desenvolvidos pela irmã Lucinda foram importantes para mobilizar as mulheres desses assentamentos. A assentada Leila Dorce, que participou desde o início do grupo de mulheres e hoje é uma das organizadoras da feira, em entrevista, relata-nos como era feito esse trabalho:

Ela fazia esse trabalho de divulgar, de ensinar a plantar, de ensinar a cuidar da semente, de ensinar a fazer coisas nutritivas. Fizemos vários cursos e ela trouxe várias pessoas para ensinar derivado de mandioca, como aproveitar as frutas do Cerrado. Muita coisa assim para as pessoas ter tanto uma rendinha, como conseguir vender alguma coisa e ter uma qualidade de vida melhor. A preocupação dela era isso e é uma pessoa assim acho que enviada por Deus mesmo, que fez muita falta, faz muita falta (Entrevista como Leila Cristini Dorce, em 20/12/2019, em Juti).

¹⁵ Natural de São Sebastião do Cai (RS), nasceu em 16 de novembro de 1942 e tornou-se missionária da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry do Brasil. A irmã Lucinda faleceu aos 70 anos de idade, vítima de acidente automobilístico, na BR-163 em Juti, MS, no ano de 2013.

A região em que se situa Juti abarca um contexto de municípios onde predomina a produção agroexportadora, tendo a pequena produção de criar estratégias diversas para viabilizar meios para produzir. Nessa região, convivendo com esse contexto de produção agroexportadora, encontram-se agricultores e agricultoras de assentamentos rurais. Há, ainda, povos de comunidades indígenas, que procuram seguir por outra lógica de produção, guiados pelo cultivo de produtos de primeira necessidade. Para isso, contam com escassos fomentos do Governo Federal e com apoio dos mediadores, como os movimentos sociais, em especial, a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A partir dos trabalhos desenvolvidos pela CPT, nasceu a ideia de criar uma feira para que as pessoas da pequena produção pudessem compartilhar saberes e, também, vender parte de sua produção, conforme relato de Leila Dorce:

A irmã Lucinda fazia reuniões de mulheres para desenvolver as mulheres lá no assentamento. Nessas reuniões houve a questão de que a gente produzia as coisas e não conseguia vender, pelo fato de ser longe, pelo fato de não ter transporte. Daí surgiu a ideia das irmãs de tentar fazer uma feira, mas como essa feira e Juti era muito pequena então se pensou numa feira que fosse anual, porque semanal não iria funcionar. Daí, começamos a pensar nessa feira. Essa feira nasceu de dentro do assentamento Guanabara, pelo anseio das mulheres de consegui vender alguma coisa e a irmã, essa irmã que tá aí na foto que o banco leva o nome dela, ela andava com uma sacolinha de semente de um lugar para o outro. Ai, o que não tinha você falava para a irmã “eu preciso de semente de quiabo”. Ela ia e conseguia. Levava de um, trocava com outro. Os indígenas chamavam ela de irmãzinha da semente porque aonde ela ia, ela ia com uma sacolinha, cheia de sementes. Ela levava semente, muda, levava de um, trocava. Então ela fazia esse trabalho de divulgar, de ensinar a plantar, de ensinar a cuidar da semente, de ensinar a fazer coisas nutritivas. Aí nós fizemos vários cursos e ela trouxe várias pessoas para ensinar derivado de mandioca, de como aproveitar as frutas do Cerrado muita coisa assim para as pessoas ter tanto uma rendinha. Como conseguir vender alguma coisa e ter uma qualidade de vida melhor. A preocupação dela era isso e é uma pessoa assim, acho que enviada por Deus mesmo, que fez muita falta, e faz muita falta. (Entrevista como Leila Cristini Dorce, em 20/12/2019, em Juti).

No relato da assentada, percebemos a importância dos movimentos sociais, especificamente a da CPT, por meio da atuação de sua representante, a Irmã Lucinda. A Comissão desenvolve ações que visam à melhoria das condições dos povos do campo, estimulando processo de produção com ênfase nos saberes tradicionais, trocando sementes, mudas e, assim, viabilizando produção. Nesse contexto de fomentar a produção local, um grupo de assentados e assentadas da região sul de Mato Grosso do Sul, juntamente com a CPT, reuniram-se, em 2004, para iniciar uma discussão sobre os desafios da pequena

produção e da importância no uso das sementes crioulas. Foi dessa reunião que decidiram criar uma feira que promovesse a troca das sementes e, também, de experiências através de cursos e oficinas.

A criação da feira, segundo Wagner José da Rosa, um dos idealizadores da feira, em entrevista, ocorreu a partir do momento em que conheceram uma feira de sementes crioulas no estado de Paraná, o que despertou a ideia de reproduzir o modelo em Juti:

No ano de 2004 fomos convidados pela Pastoral da Terra para fazer uma visita a uma feira de sementes crioulas e sementes nativas no extremo de Santa Catarina, em São Miguel do Oeste. Lá conhecemos um pouco mais da feira e como se organizava os agricultores, sobre as sementes. Em uma reunião, no retorno dessa feira, no Mato Grosso do Sul, fomos, eu e irmã Lucinda, que trabalhava em Juti, fomos desafiados a fazer uma feira em Juti, pois já tinha alguns agricultores que trabalhavam com orgânicos, com sementes. Fomos desafiados a iniciar. Então, no ano de 2005 nós realizamos a primeira feira através da CPT, com a ajuda da Pastoral da Terra para locomoção, para as atividades e também para articulação com os agricultores familiares, assentados, tradicionais, acampados e também indígenas. (Entrevista com Wagner José da Rosa, gravada em 24/09/19).

A fala de Wagner, filho de assentados no município de Juti, demonstra que na criação da feira houve uma rede de iniciativas, com os movimentos sociais e com a própria Igreja Católica, à qual a CPT é ligada, e que, naquele momento, oferecia suporte à pequena produção. A escolha do município de Juti para sediar a feira deu-se pela presença de uma quantidade de famílias assentadas e grupos indígenas na região e, também, pela presença e atuação da Irmã Lucinda, a partir dos encontros das Comunidades Eclesiais de Base. De acordo com o relato de Wagner:

A primeira feira se dá com os agentes da Pastoral da Terra, com dois assentamentos que tínhamos em Juti, pessoas que já estavam conosco, envolvidas nas atividades de articulação, também dos encontros que nós fazíamos de bíblia, de CEB'S, Comunidades Eclesiais de Base, e também do acampamento. Grupo de mulheres que a irmã Lucinda trabalhava nos assentamentos ensinando a fazer sabão, levando sementes para os povos indígenas que a gente visitava e levava sementes de hortaliças em um projeto que a irmã tinha também. Já fazia essa distribuição de sementes de hortaliças apesar de não serem as sementes crioulas, mas era uma forma de incentivar que as mulheres indígenas tivessem sua pequena horta em casa. Isso foi o que motivou a primeira feira. E as pessoas que iniciaram foram assentados, acampados, indígenas e a Pastoral da Terra. Foi assim que nós começamos com a primeira feira em Juti. (Entrevista com Wagner José da Rosa, gravada em 24/09/19).

Entre os assentamentos onde a irmã Lucinda desenvolvia projetos, criou-se um processo de articulação e discussão, levando à organização das famílias que buscavam os mesmos objetivos. A feira nasceu como produto dessa articulação e procura concentrar esses anseios em sua atuação. Perguntado sobre o que buscavam quando organizaram a feira, Wagner da Rosa nos responde:

Com essa feira a gente queria demonstrar que a agricultura familiar vale a pena, que ela pode ser diferente do agronegócio e que ela é vantajosa para o município porque produz alimentos. Nós queríamos demonstrar que os agricultores poderiam conhecer as sementes não ficar dependente das sementes de mercado e que também nos poderíamos utilizar esses produtos da reforma agrária e que são produtos saudáveis e que pode ser cultivado de uma forma diferente. Então a primeira feira tinha essa proposta de apresentar para a sociedade as sementes e os produtos e dizer para os agricultores “continuem porque vocês têm nas mãos a possibilidade de mudar o mundo também, fazendo suas pequenas coisas e que tem outros agricultores em outros lugares que estão fazendo isso também”. Então podia fazer esse intercâmbio entre os agricultores e com a sociedade local também. (Entrevista com Wagner José da Rosa, gravada em 24/09/19).

A partir do relato, podemos observar que a feira tinha como objetivo ser um espaço de articulação desses agricultores e de divulgação de suas experiências. A primeira feira ocorreu no ano de 2005, no dia 28 de julho, na quadra de esportes da Escola Municipal Doraci de Freitas Fernandes, em Juti, sob o nome de 1ª Feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos. Tratou-se de uma edição tímida, utilizando as carteiras da escola como mesa e, segundo o site de divulgação do evento, contou com a participação de cerca de 250 pessoas. Sobre a primeira edição, Leila nos diz:

Nós fizemos a primeira bem pequenininha. O pessoal da CPT apoiou. Na época a faculdade ainda não estava com a gente. Foi bem pequena e foi só na parte da manhã. Aí encerrou com o almoço. Eles conseguiram umas sementes para doar na feira e a gente levou um pouco também para trocar. Aí nós levamos produto para vender. Então foi bom assim, sabe o pessoal gostou muito. (Entrevista com Leila Cristini Dorce, em 20/12/2019, em Juti).

A feira, que começou de forma bem tímida, logo tomou uma grande proporção, impactando significativamente o município de Juti. Essa transformação será por nós observada na análise que faremos dos cartazes de divulgação do evento, na próxima seção.

2.3 As edições da Feira de Sementes Crioulas de Juti (MS)

Os cartazes de divulgação de cada edição da feira nos permitem ter uma noção da transmutação que a feira sofreu ao longo de suas quinze edições.

FIGURA 2 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA PRIMEIRA FEIRA, EM 2005



Fonte: Cartaz exposto na parede da sede do Banco de Sementes Crioulas Lucinda Moretti, instalado na cidade de Juti. Foto registrada pelo pesquisador, em 2019.

Ao observarmos o cartaz de divulgação (Figura 03) da primeira feira, podemos perceber que o aspecto sagrado está presente quando observamos a frase: "Só após a última árvore ser cortada. Só após o último rio ser envenenado. Só após o último peixe ser pescado. Só então o homem descobrirá que dinheiro não pode ser comido". O pensamento expresso no cartaz direciona-se a convidar as pessoas do município a participarem da feira. Nele observamos a importância atribuída à preservação do meio ambiente e aos recursos naturais, em contraposição ao caráter simplesmente quantitativo do dinheiro. Destaca também que o dinheiro em si não pode satisfazer nossas necessidades, mas um intermediário nos possibilita supri-las. Nesse sentido, quando os meios pelos quais conseguimos nosso alimento deixarem

de existir, o dinheiro se mostrará inútil. A frase expressa no cartaz é atribuída a uma tribo indígena americana.

Pelo cartaz, percebemos que, naquele momento, a feira já contava com apoio da Prefeitura Municipal de Juti e da Federação da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (FAF-MS). A feira apresentava como objetivo a promoção do intercâmbio de sementes e de saberes entre agricultores familiares de assentamentos da região.

Ainda quanto ao cartaz, temos uma imagem que exhibe abundantes quedas de águas, elemento precioso para a religiosidade, visto que sem água não existe vida plena. Assim, a ênfase está na natureza, estabelecendo relação entre a produção, os saberes tradicionais configurados nas sementes e o respeito com a natureza pelo viés das águas, num apelo para a conservação do que essa natureza oferece; no caso da água, sabemos que nas últimas décadas vem acirrando as disputas por este bem em todos os cantos do planeta. No caso de Juti, lá existem o Salto Itu e o Salto Pirapó, lugares que podem ter inspirado a organização do evento quando da elaboração do cartaz.

Importa ressaltar que a CPT guia suas ações pela defesa de valores envoltos à relação pessoa-meio ambiente, correlacionando ambos aos referenciais bíblicos, à religiosidade. Nesse bojo, a terra assume a dimensão de terra mãe, aquela que dá de comer e beber aos que dela cuidam.

A segunda edição da feira, que ocorreu nos dias 15 e 16 de julho de 2006, deu continuidade à temática das sementes crioulas e produtos orgânicos, como podemos observar no cartaz a seguir (Figura 4).

FIGURA 3 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 2ª FEIRA, EM 2006.



Fonte: Cartaz exposto na parede da sede do Banco de Sementes Crioulas Lucinda Moretti, instalado na cidade de Juti. Foto registrada pelo pesquisador, em 2019.

Podemos observar que há uma mudança no nome da Feira em relação a sua primeira edição, agora apresenta-se com o nome de 2ª Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos. Na representação visual das imagens, o cartaz traz uma mão segurando sementes de feijão, além de sacos com sementes de leguminosas, frutas e legumes, todos alimentos considerados saudáveis. Nesse contexto, temos a mão de um agricultor, aqui representando a figura da agricultura familiar, cercada pela produção de algumas variedades alimentícias.

Podemos observar que da primeira edição para a segunda, há uma mudança no sentido da feira por meio dos cartazes de divulgação (Figuras 3 e 4). Se na primeira edição, a feira trazia uma frase de incentivo a comportamentos coletivos e solidários, com o objetivo de chamar a atenção para a relação destrutiva da ação humana no meio natural, o cartaz da segunda edição passa a colocar a ênfase não na preservação de uma “natureza intocada”, mas em formas de produzir que possam corrigir essa relação sobre o meio ambiente. Procura-se, assim, fazer do agricultor familiar o sujeito social de construção de um novo modo de relação entre sociedade e natureza. O lema da feira esteve: “É a agricultura familiar alimentando saudavelmente o Brasil”.

O ano de 2006 também é paradigmático para a agricultura familiar, porque nele foi promulgada a Lei nº 11.326, de 24/07/2006, que forneceu o marco legal da agricultura

familiar¹⁶, permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais. Dentre essas estatísticas, podemos citar o Censo Agropecuário de 2006, o qual incluiu a agricultura familiar como uma categoria de pesquisa.

A ideia de existência de um campesinato se faz presente nas práticas dos movimentos sociais e de intelectuais. Cabe destacar que não adotamos esse conceito em nossa pesquisa, por entendermos que este estudo não dará conta da identidade do todo dos sujeitos com os quais dialogamos na Feira de Juti, evento em que encontramos assentados, sitiantes e comunidades indígenas. Todos esses sujeitos, em suas práticas cotidianas, mantêm como pano de fundo a mesma condição, que é a lida com a terra, mas as relações identitárias que cada grupo estabelece com a terra, são distintas. Por isso, são nomeados como pequenos produtores.

Outro aspecto a destacar com a segunda versão da feira refere-se à rede de parcerias que ela ampliou. Isso pode ser observado no apoio recebido para que o evento fosse possível. Podemos perceber pelo cartaz a participação de instituições diversas e que não estiveram presentes na primeira edição, dentre elas, citamos: EMBRAPA, MDA, CONAB, SDA, IDATERRA. Aparecem, ainda, representações políticas como o deputado estadual Pedro Kemp e, também, uma empresa de propaganda, Iris Comunicação e Arte. Além dessas, notamos novamente o apoio da CPT e uma nova parceira com a FAF-MS na realização do evento. Outro aspecto que cabe destaque no cartaz da 2ª feira é o fato de que, naquele evento, a CPT, que coordenava a edição, com a atuação da Irmã Lucinda, estava comemorando 30 anos de ações junto às famílias assentadas, quilombolas e de comunidades indígenas.

Se comparar a segunda versão com a primeira, veremos diferenças. Na primeira, as parcerias eram de âmbito local, envolvendo assentados, comunidades indígenas e prefeitura, fazendo com que o evento fosse acontecendo, no “improviso”, como manifestado por Vanilton Camacho da Costa, representante da CPT:

As barracas eram simples, não sei se tinha dez barracas, barracas simples mesmo, cavalete, tabua, outras eram mesas, o pessoal mesmo se ajudou. Com participação praticamente só de agricultores. No início era apenas a CPT que organizava, aí depois já começou a Irmã Lucinda correr atrás da

¹⁶ Essa foi uma categoria adotada pelo Governo Federal, a partir de pesquisas acadêmicas, especialmente, estudos de Abramovay (1998), Veiga (1991), que em anos anteriores haviam desenvolvido investigações sobre as relações na produção, dos pequenos produtores. Nelas os autores observaram que a produção dos pequenos se dava a partir do envolvimento da mão de obra familiar, nomeando-os de agricultores familiares. Esse termo passou a compor as políticas de fomento direcionadas aos pequenos produtores, sendo configurada como categoria também na acadêmica. No entanto, isso não significa dizer que todos os intelectuais nela se reconheçam nem mesmo os pequenos produtores. A esse respeito, ver as diversas produções acadêmicas que apresentam esse debate, dentre elas citamos: Shanin (2005), Wanderley (2001; 2003).

prefeitura, da câmara de vereadores. (Vanilton Camacho da Costa, entrevista realizada em 27/07/2019).

A partir da segunda edição, podemos observar que a feira passou de algo “pequeninho” e “simples” para algo grandioso. Essa edição traz à cena figuras do âmbito político e, também, de diversas instituições públicas. Esse fato, conforme Vanilton, assustou a comissão organizadora do evento, visto que fugia da ideia de compartilhar saberes com base nos sujeitos que produziam alimentos na região, pessoas que também eram as organizadoras do evento no sentido de compartilhar.

A presença de políticos atuando no fomento necessário para o planejamento da feira não agradou parte da comissão responsável, por ficarem temerosos de que o evento fosse utilizado como palanque político, como apontam Vanilton e Leila respectivamente:

Na terceira ou na quarta feira ela já teve um caráter de um grande evento [...] eu lembro que cheguei lá, era uma baita de uma lona, dessas lonas enormes, era um negócio grandioso, tinha um palanque, estava até o André Puccinelli [então governador do estado]. (Vanilton Camacho, entrevista realizada em setembro 27/07/2019.)

Na avaliação a feira tinha perdido a sua origem. Não tinha nada mais de semente, era uma feira política praticamente. Aí houve meio que uma avaliação e voltamos a ficar pequeno e fazer pequeno. (Leila Dorce, entrevista gravada em 20/12/2019).

Considerando a fala dos interlocutores, quando resgatamos as reportagens do jornal O Progresso (Figura 5) sobre a segunda e a terceira edição, podemos compreender a dimensão tomada pela feira, pois a matéria chama a atenção para esse fato, dizendo: “um verdadeiro salão de exposição foi especialmente montado na quadra da Escola Municipal Doraci Fernandes, onde aconteceu o evento, além de uma enorme barraca montada na frente do colégio.”

Associado ao tamanho do salão, podemos observar a fala de diferentes representantes da política estadual, os quais, naquele evento, fizeram-se presentes. Esse fato assustou a comissão organizadora da festa, não pela presença das representações, porque é uma festa com dimensão de resistência, o que a torna de aspectos político. Esse é um fator essencial, mas o susto esteve nas autoridades tomarem para si o protagonismo do evento, fazendo do palanque o placo principal, quando o objetivo dos organizadores da festa deveria estar centrado nas sementes e naqueles que as produzem. Vejamos a reportagem apresentada pelo jornal O Progresso:

FIGURA 4 – REPORTAGEM DO JORNAL O PROGRESSO SOBRE A FEIRA, DE 20/07/2006

Orgânicos

Juti faz feira estadual de produtos orgânicos

Divulgação

JUTI – A II Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos foi realizada com sucesso nos últimos dias 15 e 16, em Juti. Segundo os organizadores, o encontro superou as expectativas e contou com representantes de movimentos sociais, sindicais e de assentamentos rurais de vários municípios do Estado, além dos diretores da Embrapa, Conab, Ministério do Desenvolvimento Agrário, do vice-governador Egon Krakchec, deputados Pedro Kemp (estadual) João Grandão (federal), vereadores, prefeito Neri Compagnoni e grande número de pequenos e médios produtores. Um verdadeiro salão de exposição foi especialmente montado na Quadra da Escola Municipal Doraci Fernandes, onde aconteceu o evento, além de uma enorme barraca montada na frente do colégio.

Segundo Paulo Cezar, que foi um dos organizadores da feira, a finalidade de discutir e trocar idéias com as pessoas que trabalham no campo foi alcançada. “Eles puderam expor seus produtos, participaram de oficinas, discutiram e conheceram novos métodos de produção sem o uso de produtos químicos”, explicou. agrade-



Prefeito elogiou e agradeceu a presença dos agricultores

cendo o apoio do prefeito Neri Compagnoni.

O deputado João Grandão também deu o seu depoimento, dizendo que sempre defendeu o uso de matéria orgânica na produção de alimentos. “Tive este tipo de experiência quando era criança e este deve ser o caminho, ou seja, produzir sem destruir o meio ambiente através de uso de produtos orgânicos”, enfatiza.

O vice-governador Egon, também fez referência ao uso de produtos orgânicos. “A preservação do meio ambiente deve ser uma preocupação constante de um governo que

quer o bem estar de sua gente e nós estamos trabalhando para que isso seja realidade”, aponta.

O prefeito Neri Compagnoni, elogiou os idealizadores da feira dizendo que esta troca de experiência pode se tornar uma opção a mais no calendário do município. “Tivemos a presença de várias autoridades, representantes do inúmeros municípios e para nós é motivo de orgulho”, elogiou o prefeito, agradecendo o empenho de toda equipe. “É uma prova de que os pequenos municípios também tem seus valores”, encerra.

Fonte: Centro de Documentação Regional - UFGD, Acervo do Jornal O Progresso. Edição: 20.07.06.

A 3ª edição da Feira integrou a Semana da Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul, ocorrida de 18 a 22 de julho de 2007, sendo conjuntamente realizada a 1ª Mostra de

Agricultura Familiar da Embrapa. Nessa edição, a feira continuou com o nome de 3ª Feira Estadual das Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, tendo como lema: “Agricultura Familiar alimentando a vida”. Como ressaltado, a agricultura familiar integrou o censo agropecuário, de 2006, e mostrou o papel importante desse seguimento na produção de alimentos.

FIGURA 5 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 3ª FEIRA, EM 2007



Fonte: Cartaz exposto na parede da sede do Banco de Sementes Crioulas Lucinda Moretti, instalado na cidade de Juti. Foto registrada pelo pesquisador, em 2019.

No que refere à rede de parceiros para a organização da feira, percebemos que se estendeu de forma significativa. Além da FAF-MS e da CPT, entraram novas instituições, como a COOPERFAMILIAR JUTI/AMANBAI e a Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS). Na colaboração do evento estavam a prefeitura municipal de Juti, a EMBRAPA, a AGRAER, a Escola Estadual 31 de Março e as Escolas Família Agrícola (EFA). No apoio, estavam Ministério do Meio Ambiente, Governo Federal, Caixa Econômica Federal e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Podemos observar que, com o aumento da participação de órgãos estatais, a feira tomou um caráter mais institucionalizado. Fato esse percebido e mencionado pelos entrevistados, como na fala de Wagner:

Chegou um ponto que a feira cresceu tanto e teve um tom político (partidário) e nós não gostamos muito disso. Numa das reuniões de avaliação da feira nós colocamos isso. Alguns dos parceiros da época queriam que ela se expandisse, mudasse de município e nós dissemos que mesmo que ela fosse pequena como na primeira nós iríamos continuar realizando em Juti. (Entrevista com Wagner José da Rosa, gravada em 24/09/19).

Quando analisamos a reportagem do jornal O Progresso (Figura 7), que abre o caderno cidades e ocupa quase uma página inteira, conseguimos ter a noção da proporção tomada pela feira, que contou com a participação de quase 2000 pessoas e incluiu a participação do então governador do estado André Puccinelli e do chefe da Casa Civil do Governo Federal, Osmar Jeronimo. Nessa edição, foram discutidos o Plano Safra daquele ano e os impactos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) para a agricultura familiar, e o biodiesel, assim como houve o lançamento de obras dos governos federal, estadual e municipal.

Considerando a proporção tomada pela feira, é compreensível que se tenha produzido esse sentimento, já que a feira nasceu dos anseios dos próprios agricultores, juntamente com a CPT; nasceu da essência de participação das bases e do protagonismo dos agricultores. A chamada da matéria “Neri recebe governador e lança obras” tem tom político e de propaganda, deixando a feira em segundo plano. Vejamos a reportagem:

FIGURA 6 – REPORTAGEM JORNAL O PROGRESSO, DE 24/07/2007



Juti

Neri recebe governador e lança obras

Município recebeu a 3ª Feira Estadual das Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar

JUTI - O prefeito Neri Muncio Compagnoni (PDT), em companhia do diretor-presidente da Federação de Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, Paulo César Farias, lideranças de entidades locais, regionais e aproximadamente duas mil pessoas de Juti e outras regiões do Estado e do País, receberam, no último sábado, no Aeroporto de Juti, o governador de Mato Grosso do Sul André Puccinelli (PMDB), que chegou acompanhado dos deputados federais Geraldo Rezende, Waldemir Moka (PMDB), deputado estadual Onevni de Matos (PDT), diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), José Antônio Roldão e o Chefe da Casa Civil Osmar Jerônimo.

O governador André Puccinelli e lideranças participaram da solenidade de abertura da 3ª Feira Estadual das Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar (FAF-MS), Comissão da Pastoral da Terra (CPT), Associação dos Produtores Orgânicos (APOMS), Prefeitura de Juti, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), Escola Estadual 31 de março, Escolas Famílias Agrícolas (EFAS-MS) e Embrapa, através das Unidades - Embrapa Agropecuária Oeste e Embrapa Escritório de Negócios de Dourados.

O evento foi realizado nos últimos dias 21 e 22 (sábado e domingo) na Escola Municipal Doraci de Freitas Fernandes e outros locais públicos e privados do município, que foram utilizados para a reali-



Prefeito e governador durante assinatura de termos de lançamentos de obras em Juti

zação de doze oficinas temáticas que debateram assuntos relacionados ao dia-a-dia dos agricultores; estandes e vitrines tecnológicas; exposição de produtos orgânicos e artesanatos; painéis sobre etanol, Plano Safra, o impacto do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para a agricultura familiar e biodiesel e apresentações culturais.

A 3ª Feira Estadual das Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos contou com a participação de delegações de agricultores familiares e tradicionais dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

De acordo com dados estatísticos a agricultura familiar de Mato Grosso do Sul, conta atualmente com 20.060 famílias de agricultores tradicionais; 24.621 famílias de agri-

cultores familiares assentados; 59.143 famílias de pequenos produtores indígenas e 2.157 famílias de agricultores familiares assentados por meio do extinto Banco da Terra.

Na oportunidade, o governador André Puccinelli, inaugurou a obra de reforma e ampliação do Hospital Municipal Santa Luzia e participou juntamente com o prefeito Neri Compagnoni, deputados, ven-

dozadores, secretários e demais lideranças do ato de lançamento de um pacote de obras de pavimentação asfáltica de mais de cinquenta por cento da Avenida Antônio Inácio Freire e importante trecho da Rua Celestino Fernandes; obra de ampliação da rede galerias de captação de pluviais da BR-163 no perímetro urbano de Juti; obras de construção do Núcleo Esportivo Jonas Libert e obras de construção de 90 casas populares pelo Projeto

Meu Cantinho e Caixa Econômica Federal. A soma dos recursos destinados à execução das referidas obras são de R\$ 1.877.518,73 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil, quinhentos e dezoito reais e setenta e três centavos), recursos provenientes do Governo Federal, Estadual, Prefeitura de Juti e através de emendas parlamentares dos deputados federais Waldemir Moka (PMDB), Geraldo Rezende (PMDB), Vander Loubet (PT) e do senador Delcíbio do Amaral (PT).

A Prefeitura de Juti entregou aos representantes das Reservas Indígenas Jararã e Taquara, um veículo Uno Mille zero quilômetro, adquirido com recurso da secretaria de Assistência à Saúde - SAS, do Ministério da Saúde. Também foram entregues os seguintes implementos agrícolas: uma máquina mata broto, uma concha calcariadeira e uma plantadeira de quatro linhas, adquiridas com recursos de emenda parlamentar de autoria do deputado Waldemir Moka (PMDB).

Saúde

Itaporã discute saúde em Conferência da Cidade



Prefeito Marcos Paccó discursa na abertura da conferência

ITAPORÃ - Com a participação de um grande público representando as mais diversas classes e entidades, além de inúmeras autoridades, a cidade de Itaporã realizou a terceira conferência Municipal das Cidades nos dias 19 e 20 de julho com grande êxito.

A abertura da Conferência aconteceu no Salão de eventos da Assistência Social, com apresentações culturais e entre as autoridades estiveram presentes o prefeito Marcos Paccó e esposa Lourdes Paccó, presidente da Câmara, Roberto Marsura, vice-prefeito Lindomar, Antônio César Ramos representante do Ministério das Cidades, deputados Geraldo Rezende, e Ze Teixeira, Jordaci Vieira representante da Confederação Nacional de Moradores, Cido Miranda da comissão executiva, e Argemiro Almeida presidente da comissão preparatória.

A comissão executiva

misterio das Cidades, que preferiu a palestra "Desenvolvimento Urbano com a Participação Popular e Justiça Social" e Jordaci Vieira de Matos da Confederação Nacional dos Moradores que explanou sobre o Programa Nacional de Habitação.

Mais uma vez os grupos discutiram as prioridades de atuação e avaliação de programas em andamento, e das legislações vigentes nas áreas de habitação, saneamento, trânsito e infra-estrutura urbana.

Dentre as mensagens das autoridades o prefeito Marcos Paccó falou da importância da participação popular, e da disponibilidade do executivo em fazer valer o anseio coletivo, buscando recursos e alternativas para a melhoria das condições de vida da população da cidade. Nesta conferência houve a composição da mesa diretora da Plenária e em seguida as associações de

Fonte: Centro de Documentação Regional - UFGD, Acervo do Jornal O Progresso. Edição: 24.07.2007

Ao analisarmos a reportagem, identificamos também nesse evento a tentativa de fazer da feira palanque político por parte dos representantes de diferentes partidos políticos, o que também não agradou a comissão organizadora, visto que esse aspecto se sobrepunha à finalidade primeira da feira, tendo as sementes e os seus guardiões como elo a costurar o

evento. O fato de a feira, nessa edição, envolver em seu bojo outros dois eventos de cunho estadual, como a semana da agricultura familiar e uma ação da EMBRAPA, o evento adquiriu maior visibilidade, trazendo para a feira diversos representantes do Estado, sobrepondo pautas àquela de maior importância, as sementes.

A 4ª edição da feira ocorreu no dia 29 de junho de 2008. Nessa edição, a feira retomou o nome da primeira edição e voltou a se chamar Feira das Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos de Juti, MS. A 4ª edição não incorporou os eventos estaduais que compuseram as duas edições anteriores.¹⁷

Ao observarmos o cartaz da 4ª Feira das Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos de Juti MS, vemos que o lema é “Intercâmbio de saberes e sabores valorizando o conhecimento tradicional”. Na imagem presente no cartaz (Figura 8), podemos ver uma roda de conversa, uma criança com aspectos de felicidade, sementes e frutos típicos do cerrado, numa alusão aos saberes locais e à ação coletiva.

No cartaz, temos a rede de parcerias que continua significativa, porém há um menor número de órgãos governamentais e agentes políticos presentes em relação às últimas duas edições. A única novidade é a Agência de Desenvolvimento Territorial da Grade Dourados (ADT-GD). Vejamos o cartaz da 4ª Feira:

¹⁷ A feira estadual continuou sendo realizada, mas passou a ocorrer de forma itinerante em outros municípios do estado de Mato Grosso do Sul, como na edição de 2008, realizada no município de Dourados, sob o nome de 4ª Feira Estadual de Sementes Crioulas, sendo organizada pela Federação da Agricultura Familiar do Estado de Mato Grosso do Sul (FAF/MS).

FIGURA 7 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 4ª FEIRA, EM 2008



Fonte: Cartaz exposto na parede da sede do Banco de Sementes Crioulas Lucinda Moretti, instalado na cidade de Juti. Foto registrada pelo pesquisador, em 2019.

Em relação ao lema das edições anteriores que deram ênfase ao papel da agricultura familiar na produção de alimentos para o consumo, essa edição pauta a valorização do conhecimento tradicional. Assume uma visão crítica dos processos de modernização pelos quais passam os países em desenvolvimento, em virtude da exclusão social decorrente da revolução, assim como as consequências geradas para a desvalorização do conhecimento tradicional. Daí decorre, em grande parte, a revalorização das tradições, não como freio às transformações sociais, e sim como base para a recuperação de valores próprios para fundar novos modos de vida, alternativos aos que a revolução verde impunha.

Os saberes na agricultura traziam, neste sentido, um apelo especialmente adequado, pois consistiam no resgate de um saber tradicional, o que se reproduz a partir do intercâmbio entre os agricultores, ou seja, em uma sociabilidade proporcionada pelo espaço da feira, fazendo parte de uma cultura da resistência.

A 5ª Feira das Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos de Juti MS ocorreu no dia 5 de julho de 2009 e teve como lema: “Sementes patrimônio dos povos, fonte da vida”. Nela podemos observar a ampliação das parcerias com a entrada da Comissão Estadual de Produção Orgânica de Mato Grosso do Sul (CEPORG/MS), da Câmara Municipal de Juti, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo (SEPROTUR), do Governo do Estado de MS e dos Jovens Rurais e Urbanos de Juti.

FIGURA 8 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 5ª FEIRA, EM 2009.



Fonte: Cartaz exposto na parede da sede do Banco de Sementes Crioulas Lucinda Moretti, instalado na cidade de Juti. Foto registrada pelo pesquisador, em 2019.

Nessa versão da feira, além da ampliação da rede de parcerias, percebemos no cartaz (Figura 10) a intenção de apresentar produtos diversos da pequena produção, apresentando preocupação com a reutilização, expressa no uso de garrafas pet para o armazenamento das sementes, bem como de imagens da equipe de atuação na feira, evidenciando a importância do esforço coletivo. Aliado àquelas representações ligadas diretamente à pequena produção,

voltaram à cena representações institucionais que dialogam com assentados e comunidades indígenas, por meio de representações, como a da Câmara Municipal, do Governo do Estado de MS, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR), dentre outras.

A 6ª Feira ocorreu nos dias 03 e 04 de julho de 2010. Nas três edições anteriores, o nome da feira era: “Feira de Sementes Crioulas e Produção Orgânica de Juti MS”. Nessa edição, o termo “produtos orgânicos” foi substituído por “produtos agroecológicos”, ficando “Feira de Sementes Crioulas e de Produtos Agroecológicos”. Essa mudança advém do fato de nem todos os produtos comercializados na feira serem propriamente orgânicos. Nesse sentido, o termo agroecológico foi adotado por abranger diversos tipos de produtos. A Figura 10 apresenta o cartaz:

FIGURA 9 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 6ª FEIRA, EM 2010

Na natureza existe harmonia dentro da diversidade

A harmonia dos homens se constrói por meio do diálogo

6ª Feira das Sementes Crioulas e Produtos Agroecológicos

03 e 04 de Julho de 2010
Juti - Mato Grosso do Sul

Apresentações artísticas, culturais e comidas típicas

Palestras
Oficinas
Troca de sementes
Espaço da biodiversidade
Comercialização de produtos
Intercâmbio de saberes

É a Agricultura Familiar mostrando o que faz

Realização: Cooperfamiliar Juti/Amambai

Apoio: ADT-GD APT Prefeitura Municipal de Juti Câmara Municipal de Juti Entidade Apropriada Oeste Agraer

SINTRAF JUTI Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Escola Estadual 31 de março
Escola Municipal Doraci de Freitas Fernandes
Jovens Rurais e Urbanos de Juti
SDT MDA

Sementes, alimento rico e fonte de vida

Fonte: Cartaz exposto na parede da sede do Banco de Sementes Crioulas Lucinda Moretti, instalado na cidade de Juti. Foto registrada pelo pesquisador, em 2019.

O cartaz apresenta um maior número de imagens de grupos coletivos em debates, o que é enfatizado com a frase “A harmonia dos homens se constrói por meio do diálogo”. Apresenta também imagens de sementes com diferentes tonalidades, comparando-as à realidade vivida pelas pessoas, destacando que na “natureza existe harmonia dentro da diversidade”. É dado destaque, ainda, à programação do evento.

O lema dessa edição foi “É a agricultura familiar mostrando o que faz”. Em relação às parcerias apoiadoras da edição de 2010, parece ter ocorrido uma redução dos apoiadores, mantendo-se aqueles mais ligados à pequena produção, sem tanta representação política.

A 7ª Feira de Sementes Crioulas e Produtos Agroecológicos ocorreu nos dias 9 e 10 de julho, em 2011. Essa edição teve como lema “A Agricultura Familiar mostrando seu potencial criativo”. Podemos observar no cartaz diversas variedades de sementes e imagens das edições anteriores, com a participação de assentados. Nessa edição, foram oferecidas sete oficinas com os temas “integração agricultura e pecuária”; “alimentação do gado leiteiro na seca”; “educação ambiental”; “educação em solo”; “apicultura racional”, “confeção de artesanato com matéria prima do cerrado” e “aproveitamento de frutos do cerrado”.

FIGURA 10 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 7ª FEIRA, EM 2011



Fonte: Cartaz exposto na parede da sede do Banco de Sementes Crioulas Lucinda Moretti, instalado na cidade de Juti. Foto registrada pelo pesquisador, em 2019.

Quanto às parcerias para o evento, notamos que se mantém a relação da anterior, incluindo os antigos parceiros e, agora, acrescentando a nova parceria feita com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) na comissão organizadora da feira, que aparece pela primeira vez como parceira. A UFGD a partir dessa edição passou gradualmente a desempenhar papel de destaque na feira. A professora Zefa Valdivina passou a compor os trabalhos na feira como representante da UFGD, primeiro como colaboradora de ação na feira, com palestra, como ela nos fala em entrevista:

No primeiro ano eu fui dar uma palestra só. Ai depois eu comecei a participar com eles. A gente iniciou um trabalho de recuperação lá no córrego Santa Luzia, junto com a irmã Lucinda. E aí foi que eu comecei a participar de toda a feira com ela, dando ideias. Aí a gente já envolveu os alunos para participar. Eu comecei, devagar, ajudando-a e depois quando ela acabou falecendo a gente acabou assumindo completamente a feira. (Entrevista com Zefa Valdivina Pereira, gravada em 17/12/2019).

A parceria com a universidade, que passou a desenvolver projetos de extensão universitária em Juti, voltados especialmente à conservação do solo, fortaleceu a organização da feira, incorporando ao evento novos referenciais, que modificaram até mesmo a estrutura da feira quanto ao formato que vinha sendo realizada, como analisaremos no capítulo III.

A 8ª edição da feira de Juti ocorreu nos dias 14 e 15 de julho de 2012. Essa edição teve como lema: “As flores e frutos de amanhã são as sementes de hoje”. Participaram da realização do evento a Comissão Pastoral da Terra (CPT/MS), o Instituto Cerrado Guarani e a Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais da Universidade Federal da Grande Dourados (FCBA/UFGD). Estão no apoio: AGRAER, APOMS, Cooperfamiliar, Embrapa, Funai, Irmãs de São José de Chambery, Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DFDA/MS), SFA/MS, Prefeitura Municipal de Juti, Radio Criativa FM, Sintraf/Juti, Sindicato Rural de Juti, Anhanguera, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX), CNPq e UFGD.

Nessa edição, aconteceu o 1º Seminário sobre Uso e Conservação do Cerrado, uma ação que vinha sendo desenvolvida pela UFGD na comunidade, passando a fazer parte da programação da 8ª Feira das Sementes Nativas e Crioulas de Juti.

O evento foi representativo e contou com a participação de agricultores, comunidades tradicionais, acadêmicos e pesquisadores inclusive de outros estados. Contou com a participação de 720 pessoas, conforme dados do site da feira de sementes nativas e crioulas de Juti, MS.

É interessante observar que, a partir dessa edição, a feira que antes se chamava “Feira de Sementes Crioulas e Produtos Agroecológicos”, passou a se chamar “Feira de Sementes Nativas e Crioulas e de Produtos Agroecológicos”. A inclusão do termo “nativas” aponta para uma preocupação em restaurar as variedades nativas da região do cerrado.

A palestra de abertura teve como título “Uso e conservação do cerrado” e foi apresentada pelo pesquisador da EMBRAPA Cerrados, Dr. José Felipe Ribeiro. As oficinas ofertadas foram: Produção de mudas de espécies nativas; Sistema de cultivo de espécie nativas do cerrado; Confecção de artesanato e bijuteria com matéria prima do cerrado; Irrigação e adubação de pastagens; Adubação verde; Educação ambiental; Plantas medicinais e condimentares; Confecção de doces geleias e licores com matéria prima do cerrado. A Figura 12 apresenta o cartaz da 8ª edição:

FIGURA 11 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 8ª FEIRA EM 2012



Fonte: Cartaz exposto na parede da sede do Banco de Sementes Crioulas Lucinda Moretti, instalado na cidade de Juti. Foto registrada pelo pesquisador, em 2019.

Com o 1º seminário sobre uso e conservação do cerrado, a feira passou a assumir uma dimensão mais forte de formação científica, especialmente, quando analisamos a presença no cartaz de novos apoios, dentre eles: Anhanguera, Proex, CNPq e a própria UFGD, por meio da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais (FCBA), que passou a coorganizar o evento. Em entrevista, a professora Zefa Valdivina nos relatou que a inclusão do Seminário foi um meio de aumentar as formas de parcerias envolvidas com o tema e, também, de captação de recursos para estruturar o evento e fazer a feira acontecer:

Era só feira o nome, com feira você não consegue recurso... Por isso que a gente começou a pensar no seminário. Feira não é um evento de formação, você vê feira como comércio, como exposição, mas não na parte de formação. O seminário foi pensando porque a gente fez alguns anos sem, mas se a gente inclui o seminário, a gente aumenta a parte de formação. Ficou Uso e Conservação do Cerrado, mas a gente envolve desde as sementes crioulas e agroecologia. Hoje eu penso que ele não precisava ter esse nome podia ser outra coisa, mas na época que começamos a gente estava com foco no cerrado, mas o uso e conservação toda agroecologia faz parte. Só conseguimos ter recurso do FUNDECT quando incluímos o seminário porque aí é a parte de formação. Foi pensando nisso porque a feira ela não é só o negócio de comércio que tem toda parte do comércio. Ela tem toda parte de formação. (Entrevista com Zefa Valdivina Pereira, gravada em 17/12/2019).

Foi a partir da inclusão do Seminário que a feira foi gradativamente aumentando, assim como o número de minicursos oferecidos. Além disso, passou a incluir a apresentação de trabalhos técnicos e científicos e relatos de experiências. Essa inclusão configurou-se como uma possibilidade de incorporar novos parceiros quanto ao quesito fomento e, assim, atender aos quesitos necessários em relação à infraestrutura necessária para o evento, que a cada ano tem sido maior em virtude do aumento no número de participantes.

A 9ª edição da feira aconteceu de 12 a 14 de julho de 2013, no salão paroquial. Essa versão foi organizada também em conjunto com o 2º Seminário sobre o Uso e Conservação do Cerrado e, também, passou a incluir a apresentação de trabalhos técnicos e científicos e relatos de experiência. Nesta edição, foram 845 pessoas participantes e contou com a apresentação de 20 trabalhos sobre o tema da feira, dos quais parte significativa eram de autoria de acadêmicos de cursos da UFGD, os quais estavam envolvidos na organização da feira e nas ações envoltas a ela. Também pesquisadores do tema das sementes crioulas expõem suas pesquisas. A palestra de abertura foi “Promoção do manejo comunitário da agrobiodiversidade: sementes, saberes e sustentabilidade”, proferida pela pesquisadora da

EMBRAPA Terezinha Aparecida Borges. Vale destacar que a EMBRAPA é uma instituição que também tem assumido a comissão de organização do evento.

Os minicursos trouxeram temas diversos, entre eles: Plantas medicinais e condimentares; Cultura da mandioca; Boas práticas para produção higiênica de leite; Recuperação de áreas degradadas e produção de mudas de árvores nativas do cerrado; Artesanato com fibra de taboa; Produção da farinha de macaúba; Higiene e manipulação alimentos; Reforma de pastagem, Confecção de bijuteria com matéria-prima do cerrado e Educação ambiental e confecção de doces, geleias e licores com frutos do cerrado.

O tema central do encontro foi “Por uma Terra sem males, livre de Transgênicos e Agrotóxicos”, demarcando a relação cultural e até mesmo bíblica, a qual está próxima à prática dos organizadores, parte deles integrantes da Comissão Pastoral da Terra. Diferentemente das edições anteriores, 9ª feira começou a ser realizada em três dias, aproximando-se do formato de evento acadêmico. Vejamos o cartaz dessa edição:

FIGURA 12 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 9ª FEIRA, EM 2013

Venha participar !! traga suas sementes, leve conhecimentos e amizades....

9ª Feira

Sementes Nativas e Crioulas e de Produtos Agroecológicos

2º SEMINÁRIO SOBRE USO E CONSERVAÇÃO DO CERRADO DO SUL DE MATO GROSSO DO SUL

Juti - Mato Grosso do Sul

12 a 14 de julho de 2013

Salão Paroquial

Apresentação de Trabalhos Técnicos Científicos e Experiências até dia 26/05/2013

<http://www.sementescrioulasjutims.blogspot.com.br>

PALESTRAS . OFICINAS . TROCAS . CULTURA SEMENTES . PRODUTOS AGROECOLÓGICOS

REALIZAÇÃO CPT Instituto Cerrado Guarani UFGD

APOIO

FUNDECT	SFAMS
AGRAER	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI
APOMS	RADIO CRIATIVA FM
COOPERFAMILIAR	SINTRAF-JUTI
EMBRAPA	SINDICATO RURAL DE JUTI
FUNAI	CNPQ
IRMãs DE SÃO JOSÉ DE CHAMBERY	
DFDAMS	

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

FIGURA 13 – PROGRAMAÇÃO DA 9ª FEIRA, EM 2013

PROGRAMAÇÃO		
12/07/2013		
16:00 - Inscrições e entrega de materiais	Plantas medicinais e condimentares Dra. Andréia Sangalli - UFGD	Confeção de doces geléias e licores com frutos do cerrado Jucineis de Souza Araujo Luciana Pogliesi Fernandes Associação Sabores do Cerrado do Assentamento Lagoa Grande - Dourados
19:00 - Solenidade de Abertura	Cultura da Mandioca Dr. Auro Akira Otsubo - EMBRAPA CPAO	Educação ambiental Caroline Q. Fróes - Instituto Cerrado Guarani Carmen Beatriz Reiss Zavala - UFMS
20:00 - Palestra Promoção do manejo comunitário da agrobiodiversidade: Sementes, saberes e sustentabilidade Dr. Terezinha Aparecida Borges Dia Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia	Boas práticas para produção higiênica de leite Dra. Rosalinda Arévalo Pinedo - UFGD	Confeção de bijuteria com matéria prima do cerrado Carla Tais Nevoleti Correia Lima - LABRA Juliana Almeida Clementino - LABRA
21:30 - Confraternização	Recuperação de áreas degradadas e produção de mudas de árvores nativas do cerrado Dr. José Felipe Ribeiro - Embrapa Cerrado	Artesanato com Fibra de Taboa Tecelã Barbara Gomes
13/07/2013	Artesanato com Fibra de Taboa Tecelã Barbara Gomes	Artesanato com Fibra de Taboa - Continuação Tecelã Barbara Gomes
8:00 - Café com Prosa	Produção de Farinha de Macaúba Grupo GEPPAC - UFGD	Reforma de Pastagem Roberto Sanches Nakaiana - AGRAER - Juti
9:00 - Mesa Redonda Agrotóxicos e Saúde Humana - Estratégias de enfrentamento Convidados: Dr. Alberto Feiden - Embrapa Pantanal Rosângela Pedrosa - Produtora Rural Wiliam Santos Barreto - FEAB Mediador - Olácio M. Komori - APOMS	Higiene e Manipulação de Alimentos Dra. Kelly Mari Pires de Oliveira - UFGD Monyque Palagano da Rocha Cleber Daniel Martins Alvarenga Nayara Halimy Mara	12:00 - Almoço
12:00 - Almoço	19:00 - Jantar	13:00 - Relato oral das experiências
13:00 - Apresentação de trabalhos em pôster	20:00 - Apresentação cultura Apresentação cultural - Orquestra de Violão da Aldeia Tey kué	15:00 - Encerramento
14:00 - Oficinas e Minicursos	14/07/2013	TODOS OS DIAS HAVERÁ TROCA E DOAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS
	8:00 - Café com Prosa	Trazer talheres para alimentação Para quem for pernoitar, trazer colchonete e cobertor
	9:00 - Oficinas e Minicursos	

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

Nessa edição da Feira de Sementes Crioulas de Juti, também foi aprovada pelos participantes, no dia 13 de julho, uma carta de apoio à Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida¹⁸. A carta foi elaborada durante o 2º Seminário sobre Uso e Conservação do Cerrado do Sul de Mato Grosso do Sul e nela ficou estabelecida a linha de ação para combater os agrotóxicos. Do documento, destacamos os seguintes pontos:

- 1) Massificar a consciência sobre os males causados pelos Agrotóxicos e sobre os benefícios proporcionados pela Agroecologia.
- 2) Promover Alianças Populares entre produtores e consumidores de alimentos Livres de Transgênicos e Agrotóxicos, bem como fortalecer cada vez mais a Aliança entre Movimentos Sociais do Campo e os Povos Tradicionais.
- 3) Fazer denúncia sistemática de todos os crimes cometidos pelo agronegócio através de suas empresas e latifundiários contra a população, encaminhando ações ao poder judiciário, denúncias aos Ministérios Públicos Estaduais e Federal, através da imprensa quando possível, bem como em todos os espaços públicos onde se possa levar estas denúncias.
- 4) Exercer maior pressão política sobre os governos para que permitam o acesso dos agricultores agroecológicos a linhas de Crédito, Financiamento e Incentivos, bem como para que adequem as legislações que dificultam o reconhecimento – certificação da produção agroecológica e ainda para que se restrinjam os enormes e absurdos privilégios financeiros e burocráticos concedidos ao Agronegócio.
- 5) Encampar a Luta Política dentro de todos os espaços institucionais, disputando com seriedade espaços de decisão e formação, como por exemplo, Poder Legislativo, Universidades, Instituições de

¹⁸ Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/participantes-da-ix-feira-de-sementes-crioulas-de-juti-ms-approvam-carta-de-apoio-a-campanha/> Acesso em: 20 out. 2019.

Pesquisa, etc. (PARTICIPANTES DA IX FEIRA DE SEMENTES CRIOULAS DE JUTI MS, 13 DE JULHO DE 2013).

É importante verificar que a feira também incorporou a campanha contra o uso de agrotóxicos e pela vida e, ainda, estabeleceu linhas de ações para o enfrentamento, como aquelas envoltas a divulgar os benefícios da agroecologia e enfatizar os males causados pelos agrotóxicos. Essa edição da feira foi a última que contou com a presença da Irmã Lucinda da CPT, que a havia idealizado em conjunto com pessoas assentadas.

A 10ª edição foi organizada em memória da irmã Lucinda Moretti, idealizadora da feira, que faleceu no dia 16 de agosto de 2013, vítima de acidente automobilístico na BR 163. Com a morte dela, a UFGD, por meio de um grupo de acadêmicos e professores, coordenados pela Professora Zefa Valdivina Pereira, contando também com participação de pessoas dos assentamentos e comunidades indígenas de Juti, especialmente de mulheres, lideradas pela assentada Leila Cristini Dorce, passaram a assumir os trabalhos para a realização do evento e, assim, dar continuidade ao “sonho da irmã Lucinda”.

A feira ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de julho de 2014, no Salão Paroquial de Juti. Além das trocas de sementes e experiências, contou também com a realização do 3º Seminário sobre Uso e Conservação de Cerrado, uma ação que a UFGD vinha desenvolvendo em alguns lotes de assentamentos e comunidades indígenas do município. Os participantes da feira puderam participar de palestras, oficinas e apresentação cultural que foi assegurado no evento, conforme apresentado na programação abaixo. Toda a programação esteve centrada no debate de práticas agroecológicas, na valorização de produtos sem agrotóxicos e no conhecimento tradicional dos pequenos produtores. O lema da edição foi “Cuide da mãe-terra que gera vida”. A Figura 15 apresenta o cartaz da 10ª edição da feira de Juti.

FIGURA 14 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 10ª FEIRA, EM 2014

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

FIGURA 15 – PROGRAMAÇÃO DA 10ª FEIRA, EM 2014

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

As palestras oferecidas, divulgadas no banner da programação (Figura 16), tiveram como temas centrais: Sistemas agroflorestais em base agroecológica e Sementes crioulas: Estratégias de manutenção do patrimônio genético. Já os minicursos oferecidos tiveram como temas a produção de mudas de espécies nativas, a produção e processamento de plantas

medicinais do Cerrado, Biojoias com matéria-prima do Cerrado; viveiro e produção de mudas do Cerrado; produção, beneficiamento e armazenamento de sementes crioulas; educação ambiental; produção diversificada em base agroecológica; aproveitamento dos frutos do Cerrado para a confecção de doces e geleias; plantas medicinais e condimentares, e confecção de doces, geleias e licores com matéria-prima do cerrado.

Observamos que, a partir dessa edição, o número de minicursos aumentou, passando de 11 para 17 minicursos oferecidos. Ao mesmo tempo, foi mantido o espaço das palestras e dos minicursos oferecidos para a comunidade, bem como os momentos de trocas de sementes, trocas de saberes e experiências. Reis et al. (2014), em relato de experiências sobre essa edição, observam que:

Momento importante da realização dos minicursos e que vem sendo observado em todas as edições da feira Juti já realizadas é que assentados que receberam os minicursos em edições seguintes do evento estão voltando como ministrantes e passando os conhecimentos adquiridos para frente. Ressalta-se também a participação maciça dos assentados e indígenas que a cada ano de realização da feira trazem seus produtos para trocarem e venderem, além de levarem novas sementes e experiências para seus lares. Além disso, muitos dos que participaram da feira, já a incluíram em seus calendários, para virem todos os anos, com intenção de conhecer novidades e novas sementes para cultivarem, e ao virem também trazem suas experiências e suas sementes. (REIS et al, 2014, p. 4).

Um aspecto a ser destacado é que, a partir de cada edição da feira, a aproximação das instituições técnicas e científicas, como universidades federais e estaduais, EMBRAPA, dentre outras, intensificou os diálogos com as comunidades assentadas e indígenas. Isso fica evidente quando analisamos a que instituições os ministrantes dos minicursos vinculam-se. Podemos observar que os membros da EMBRAPA ofereceram seis dos 17 minicursos oferecidos durante a feira, assim como foi responsável pela palestra de abertura do evento.

Nessa edição, ocorreu a apresentação de cerca de 60 trabalhos sobre o tema da feira. Em relação ao número de participantes, o evento contou com a participação de 920 pessoas provenientes de várias localidades do país. Cabe destacar que em todos os eventos vem sendo oferecidos aos participantes alimentos e alojamento para pernoite, o que implica em dedicação da comissão organizadora para viabilizar local do alojamento, garantir a doação de alimentos *in natura*, cadastrar os voluntários para a feitura das refeições, assim como do material das oficinas, do acondicionamento das sementes e de outros aspectos que detalharemos no capítulo III, tudo oferecido pela organização durante os dias da feira. Vale ressaltar que a

alimentação servida aos participantes é composta majoritariamente por alimentos doados pelos assentados, demonstrando um envolvimento deles em relação à feira.

A 11ª edição da Feira ocorreu entre os dias 10 e 12 de julho no ano de 2015. Nessa edição, foi inaugurado o Banco Comunitário de Sementes Crioulas de Juti, que recebeu o nome da Irmã Lucinda Moretti, idealizadora da Feira de Sementes Nativas e Crioulas, como forma de homenagear seu trabalho em defesa da agricultura familiar e da agroecologia.

O Banco representou grande importância para os agricultores, à medida que possibilitou o armazenamento e a conservação de sementes para serem ofertadas durante todo o ano. A implantação do Banco de Sementes ocorreu por meio de uma parceria entre a universidade, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Prefeitura Municipal de Juti, aspectos que destacaremos no capítulo III. A Figura 17 apresenta o cartaz dessa edição, acompanhado da programação da feira:

FIGURA 16 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 11ª FEIRA, EM 2015

Convite
11ª Feira
de Sementes Nativas e Crioulas e de Produtos Agroecológicos

Lucinda Moretti
In Memoriam
Eterna Guardiã do Cerrado e das Sementes Crioulas

REALIZAÇÃO.....

UFPA
Universidade Federal do Pará

JUTI
Município de Juti

Embrapa
Agropecuária Oeste

REDE DE AGROECOLOGIA
APOIMS
Associação de Produtores Orgânicos do Sul de Mato Grosso do Sul

CPT
Centro de Pesquisa em Tecnologia e Inovação

Instituto
Cerrado Guarani

APOIO.....

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Agraer
Agência de Regulação e Defesa Agropecuária

PROEX
Programa de Apoio à Pesquisa

Anhangueira
Associação de Produtores Rurais

SINDICATO RURAL DE JUTI

SINAF - ASS. Sindicatos e Agricultores Familiares

Tratorman

DFDA/MS
Secretaria de Defesa Agropecuária

SFA/MS
Secretaria de Fomento Agrícola

Cooperfamiliar Juti Amambal

AAPS
Associação de Agricultores e Produtores de Sementes

4º SEMINÁRIO SOBRE USO E CONSERVAÇÃO DO CERRADO DO SUL DE MATO GROSSO DO SUL

JUTI 10 a 12 Julho de 2015
MATO GROSSO DO SUL

Endereço eletrônico - www.sementescrioulasjutims.org

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

FIGURA 17 – PROGRAMAÇÃO DA 11ª FEIRA, EM 2015

PROGRAMAÇÃO

<p>10/07/2015</p> <p>14h às 16h – Inscrições e entrega de materiais 19h às 20h – Solenidade de abertura 20h às 21h30 – Troca de sementes, saberes e experiências Apresentação da Orquestra de Violão da Aldeia Teykue</p> <p>11/07/2015</p> <p>8h às 9h – Café com prosa 9h às 11h30 – Mesa Redonda - Comercialização de produtos da Agricultura Familiar: produtos agroecológicos e sementes crioulas Mediador - Milton Parron Padovan – Embrapa Agropecuária Oeste Convidados - Representante da Conab Enelvo Felino - Presidente da Agraer Gerson Faccina – Delegado do MDA Experiências de venda de Associações e municípios de MS</p> <p>11h30 às 13h – Almoço 13h às 14h – Apresentação de trabalhos em pôster 14h às 17h30 – Oficinas e minicursos</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Aproveitamento dos frutos do cerrado para confecção de doces – Associação Sabores do Cerrado Assentamento Lagoa Grande - MS ■ Restauração Ecológica no Cerrado – José Felipe Ribeiro - Embrapa Cerrados ■ Homeopatia de resultado: do preventivo ao tratamento para produção Animal - Leandro Ferreira Teodoro – Real H ■ Práticas de enxertia e clonagem de plantas – Vadecir Sebastião da Silva e Teonília Pereira da Silva - Agraer/vinhema ■ Avaliação de sustentabilidade de propriedades em transição agroecológica - Alberto Feiden – Embrapa Pantanal ■ Produção de orquídeas - Alisson T. Biazussi – Orquidário Rainha da Paz ■ Potencialidade de uso da automação em pequenas propriedades rurais – Luciano Oliveira Geisenhoff – UFGD ■ Espaço Agraer: Gerenciamento da propriedade rural da Agricultura Familiar – Agraer ■ Artesanato com fibras – Adriana dos Anjos Oliveira – Associação Caapotyra de Artesanato ■ Educação ambiental e aproveitamento de resíduos sólidos – Simone Secom – UFGD <p>19h às 23h – Apresentação cultural</p>	<p>12/07/2015</p> <p>8h às 9h – Café com prosa 9h às 12h – Minicursos</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Artesanatos com matéria-prima do cerrado – Instituto Cerrado Guarani ■ Coleta, armazenamento e produção de mudas do Cerrado – Roberto Ogata – Projeto Biomas ■ Produção de insumos agroecológicos – APOMS ■ Plantas medicinais do Cerrado e etnoconhecimento – Andréia Sangalli – UFGD ■ Diversidade de Plantas companheiras – Aurelio Vinicius Borsato – Embrapa Pantanal ■ Banco Comunitário de Sementes Crioulas – Valter Loeschner – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ■ Cuidados com a produção de peixes comerciais – Projeto CEPEXP – UFGD ■ Sistema de Alternativo de Irrigação de Baixo Custo – Adriana Feiden – bolsista ATP da UFMS ■ Sustentabilidade e a vida das mulheres – Marcha Mundial das Mulheres ■ Produção de adubos orgânicos e substratos para mudas – Ivo de Sá Motta – Embrapa Agropecuária Oeste <p>12h às 14h – Almoço</p> <p>Todos os dias haverá troca de sementes e de experiências</p> <p>Inscrições</p> <p>1 kg de alimento ou sementes crioulas, entregue no dia do evento As inscrições podem ser realizadas no local ou pelo site: www.sementescrioulasjutims.org</p> <p>IMPORTANTE</p> <p>Trazer pratos e talheres para alimentação. Para quem for pernoitar, trazer colchonete e cobertor.</p>
---	---

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

Em 2015, durante a 11ª edição, foram apresentados 56 trabalhos nas modalidades de trabalho completo e relato de experiência. O evento contou com um público de 986 pessoas de diferentes regiões do país e nele foram oferecidos 20 minicursos/oficinas, com a troca de 500 quilos de sementes crioulas e de 1500 mudas de espécies nativas. (SITE DA FEIRA DE SEMENTES CRIOULAS DE JUTI MS¹⁹).

Na 11ª edição, a mesa redonda de abertura do evento discutiu sobre o tema “Comercialização de produtos da agricultura familiar: produtos agroecológicos e sementes crioulas”. A mesa foi composta por representantes institucionais da EMBRAPA, da CONAB, do presidente da AGRAER, e de um delegado do antigo MDA. Dentre os 20 minicursos oferecidos, podemos observar que em relação à edição anterior ocorreu um aumento de ministrantes vinculados à UFGD e à AGRAER. A prefeitura municipal de Juti apareceu também como realizadora do evento. Esse modelo demonstra o formato de evento acadêmico mais fortemente, sobretudo, pelas parcerias que foram sendo realizadas, até mesmo para viabilizar financiamentos e manter as edições da feira.

A 12ª edição do evento foi realizada entre 15 e 17 de julho de 2016. A organização desse evento contou com a Universidade Federal da Grande Dourados, a Comissão Pastoral da Terra, a Prefeitura Municipal de Juti, a EMBRAPA Agropecuária Oeste, o Instituto

¹⁹ Disponível em: <http://sementescrioulasjutims.org/historico/>. Acesso em: 29.02.2020.

Cerrado Guarani e Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul, contribuindo para o crescimento deste evento. O lema da edição foi “Sementes crioulas a serviço da soberania alimentar”. Cabe destacar que a defesa da soberania alimentar fazia parte de diversas políticas públicas fomentadas pelo antigo MDA, além de ser um tema debatido pelos movimentos sociais e pela Via Campesina.

A mesa redonda de abertura do evento teve como tema o “manejo e conservação de sementes crioulas” e diferente da edição anterior, quando ocorreu maioria de representações institucionais, a mesa dessa edição foi composta por agricultores guardiões de sementes, especialmente, os dos estados da Paraíba e de Santa Catarina, levando a visibilidade da feira em sua rede ampliada. Vejamos os cartazes dessa edição:

FIGURA 18 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO 12ª FEIRA, EM 2016

SEMENTES CRIULAS A SERVIÇO DA SOBERANIA ALIMENTAR

REALIZAÇÃO

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 JUTI - Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul
 Embrapa - Agropecuária Oeste

REDE DE BIODIVERSIDADE APROIMS
 CPT - Cerrado Guarani

APOIO

Fundect, CNPq, SEPAF, Agraer, Anhanguera, Juti, Câmara Municipal de Juti, PROEX, SINDICATO RURAL DE JUTI, DREHOL, DFDAMS, SFAMS, AAPS, Cooperfamiliar Juti/Amambai, SINTRAF JUTI

IMPORTANTE
 Inscrição - um quilo de sementes ou de alimentos não perecíveis ou R\$ 5,00.
 Alimentação: R\$ 3,00 cada refeição (almoço e janta).
 Crianças até 12 anos não pagam.
 Trazer pratos e talheres para alimentação.
 Para quem for pernoitar, trazer colchonete e cobertor.

Convite
12ª FEIRA
Sementes Nativas e Crioulas e de Produtos Agroecológicos

5º SEMINÁRIO SOBRE USO E CONSERVAÇÃO DO CERRADO DO SUL DE MATO GROSSO DO SUL

JUTI | 15 a 17 Julho de **2016**
 MATO GROSSO DO SUL

Endereço eletrônico - www.sementescrioulasjutims.org

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

FIGURA 19 – PROGRAMAÇÃO DA 12ª FEIRA, EM 2016

PROGRAMAÇÃO	
<p>15/07/2016</p> <p>14h às 16h – Inscrições e entrega de materiais 19h às 20h – Solenidade de abertura 20h às 21h30 – Troca de sementes, saberes e experiências Apresentação da Orquestra de Violão da Aldeia Teykue</p>	<p>- Diversidade de plantas companheiras – Aurelio Vinicius Borsato – Pesquisador Embrapa Pantanal - Agricultura familiar e criação de abelhas sem ferrão. Uma ferramenta para garantir polinização, produção e rentabilidade – Samuel Boff – UFGD</p> <p>19h às 23h – Apresentação cultural</p>
<p>16/07/2016</p> <p>8h às 9h – Café com prosa 9h às 11h30 – Mesa Redonda: Manejo e Conservação das Sementes Crioulas Mediador – Milton Parron Padovan – Embrapa Agropecuária Oeste Convidados: Emanuel Dias da Silva ASPTA – Borborema – Paraíba - Paulo Alexandre da Silva – Agricultor guardião das Sementes da Paixão e coordenador de um banco comunitário de sementes - Natália Almeida – UFSC – Narrativas do milho crioulo em SC 11h30 às 13h – Almoço 13h às 14h – Apresentação de trabalhos em pôster 14h às 17h30 – Oficinas e minicursos - Conservação <i>in situ/on farm</i> de sementes Crioulas - Natália Almeida – UFSC - Produção de orquídeas – Alisson T. Biazussi – Orquidário Rainha da Paz - Manejo de Pomar – Airton José Garcez – Agraer/ Bodoquena - Perspectivas para o cultivo de tilápia em pequenas propriedades no MS – Projeto CEPEXP – UFGD - Planejamento da produção e sustentabilidade em sistemas de transição agroecológica – Alberto Feidem – Pesquisador Embrapa Pantanal - Práticas de enxada e clonagem de plantas – Vadezir Sebastião da Silva e Teonília Pereira da Silva – Agraer/Vinhema - Produção de Biofertilizantes – Pedro Caxambu – CPT - Análise de viabilidade financeira de Sistemas Agroflorestais – Marcelo Franca Arco-Verde – Pesquisador Embrapa Floresta - Agricultura Urbana – Alejandro Lasso – UFMS - Espaço AGRAER – Visita estrutura de produção de leite – Opção de alimentação de vaca leiteira no inverno - Quintais produtivos – Irmãs Pedrosa – Sítio 4R</p>	<p>17/07/2016</p> <p>8h às 9h – Café com prosa 9h às 12h – Oficinas e minicursos - Confeção de Biojórias – Associação Sabores do Cerrado Assentamento Lagoa Grande – MS - Aproveitamento dos frutos do cerrado para confeção de doces – Associação Sabores do Cerrado Assentamento Lagoa Grande – MS - Manejo agroecológico dos solos: compostagem e vermicompostagem – Ivo Motta – Pesquisador Embrapa Agropecuária Oeste - Produção de orquídeas – Alisson T. Biazussi – Orquidário Rainha da Paz - Permacultura – Adriana Galbati – Instituto Pantanal Sul - Produção de mudas de espécies florestais – Shaline Sáfara Lopes Fernandes – UEMS - Restauração Ecológica e o nova Lei Florestal Brasileira – José Felipe Ribeiro – Pesquisador Embrapa Cerrado - Produção de caldas de bactérias e produção de M₁ – APOMS - Educação Ambiental – Simone Secon – UFGD - Sistema de Alternativo de Irrigação de Baixo Custo – Adriana Feiden – bolsista ATP da UFMS - Artesanato com fibras – Adriana dos Anjos Oliveira – Associação Caapotyra de Artesanato - Espaço Cresol – Crédito rural com interação solidária - Manejo e Conservação do solo – prevenção de erosão – Elaine Reis Pinheiro Lourente e Eloise Mello Viana de Moraes – UFGD - Visita ao Banco Comunitário de Sementes Crioulas Lucinda Moretti 12h às 14h – Almoço 14h30 – Encerramento</p>

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

Nessa edição, observamos um aumento na quantidade de minicursos e oficinas ofertadas, passando de 20 para 27, e seus temas apontam para a produção com atenção ao meio ambiente. Discutiram-se, por exemplo, sobre o manejo correto do solo e o controle de pragas com produtos naturais e produzidos em âmbito doméstico, como a oficina de calda bordalesa. Cabe destacar que o manejo com as flores e o artesanato compõem o conjunto das oficinas, articulando produção e transformação de alimentos, associados ao cuidado com o solo, indicando preocupação com os elementos que constituem a vida no campo. É possível observar a reedição de minicursos, como o de “Aproveitamento de frutos do cerrado”, oferecido pela Associação Sabores do Cerrado do Assentamento Lagoa Grande (ASCALG), que está presente desde a sétima edição.

Na sua 13ª edição, realizada de 14 a 16 de julho de 2017, a feira teve como tema o “Impacto dos agrotóxicos sobre a agrobiodiversidade do Mato Grosso do Sul”. Essa edição foi bastante representativa, contando com a participação de agricultores, comunidades tradicionais (indígenas), acadêmicos e pesquisadores, inclusive, de outros estados. O total de inscritos foi de 749 no local, provindos de diversas regiões de Mato Grosso do Sul e de outros estados, conforme destacado no site do evento.

Nessa edição da feira, foram ofertados 26 minicursos, com uma variação de 25 a 30 pessoas, e foram apresentados 21 trabalhos científicos, bem como relatos de experiências, como podemos ver nos dados divulgados no site oficial do evento²⁰.

A ampliação da feira foi enfatizada pela organizadora professora Zefa Valdivina, a qual destacou que “A Feira é construída por um monte de mãos, como foi o legado que a irmã Lucinda sempre deixou. Todo mundo contribui com um pouquinho, todo mundo se dedica um pouquinho e a gente tem esse evento”²¹. Vejamos os cartazes da edição:

FIGURA 20 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 13ª FEIRA, EM 2017

Impacto dos Agrotóxicos sobre a Agrobiodiversidade do Mato Grosso do Sul

REALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE **JUTI** Construindo o Futuro!

UFMS Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFPA Universidade Federal do Paraná

Embrapa Agropecuária Oeste

APOIO

SEMAGRO

GOVERNO DO ESTADO

Agraer

Banco

Câmara Municipal de Juti

PROEX

SINDICATO RURAL DE JUTI

FOCRULZ

UFMS

FOM

Anhanguera

São José Chambery

AADS

Cooperfamiliar Juti/Amambai

REAL

CRESOL

SINTRAF JUTI

Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

NATURAECON

CONVITE

13ª FEIRA DE SEMENTES NATIVAS E CRIOULAS E PRODUTOS AGROECOLÓGICOS

6º SEMINÁRIO SOBRE USO E CONSERVAÇÃO DO CERRADO DO SUL DE MATO GROSSO DO SUL

14 a 16 Julho de 2017

JUTI - MS

IMPORTANTE

Inscrição - Um quilo de sementes ou de alimentos não perecíveis ou R\$ 5,00.

Alimentação: R\$ 3,00 cada refeição (almoço e jantar). Crianças até 12 anos não pagam. Café da manhã não será cobrado. Trazer pratos e talheres para alimentação.

Endereço eletrônico - www.sementescrioulasjutims.org

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

²⁰ Disponível em: <http://sementescrioulasjutims.org/historico/>, acesso em 29.02.2020.

²¹ Disponível em: 13ª Feira de Sementes Crioulas atraiu centenas de pessoas para Juti, em <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/13-feira-de-sementes-crioulas-atrui-centenas-de-pessoas-para-juti>, acesso em 29.02.2020.

FIGURA 21 – PROGRAMAÇÃO DA 12ª FEIRA, EM 2017

14/07/2017

8h às 16h - Oficina:
Raças de Milho como Estratégia de Conservação da Diversidade de Variedades Crioulas - Nathalia Almeida – UFSC, Flaviane Malaquias Costa - USP e Rafael Vidal - Fagro-Uruguaí

14h às 16h - Inscrições e entrega de materiais
19h às 20h - Acolhida e apresentação cultural
20h às 22h30 - Troca e Exposição de Sementes

15/07/2017

7h às 8h30 - Café com prosa
8h30 às 9h30 - Solenidade de abertura
9h30 às 12h - Mesa Redonda:
Impacto dos Agrotóxicos sobre a Agrobiodiversidade do Mato Grosso do Sul Mediador - Milton Parron Padovan – Embrapa - CPAO
Convidados: Marco Antônio Delfino de Almeida - Procurador da República Fernanda Savick Almeida – FIOCRUZ e Representante da campanha permanente contra o uso de agrotóxicos e pela vida do MS
Experiência da APOMS na Luta contra a Pulverização Aérea
Representante de Agricultores Familiares

12h às 13h30 - Almoço
13h30 às 14h30 - Apresentação de trabalhos em pôster
14h30 às 17h30 - **Oficinas e Minicursos:**

- Experiências motivadoras do PNAE e PAA – Gilberto Macedo – AGRAER Itaporá
- Aproveitamento integral de Alimentos - oficina prática – Inês Aparecida Monteiro Ortega – AGRAER - Itaporá
- Aproveitamento dos frutos do cerrado para confecção de doces – Associação Sabores do Cerrado Assentamento Lagoa Grande – MS
- Crédito para a agricultura familiar - CRESOL
- Atualidades sobre os impactos dos Agrotóxicos - Marco Antônio Delfino de Almeida - Procurador da República e Fernanda Savick Almeida – FIOCRUZ
- Sistemas agroflorestais em bases agroecológicas: planejamento, implantação e manejo - Milton Parron Padovan - Embrapa - CPAO
- Controle de mosca de estábulo – Samir Oliveira Kassab - UFGD
- Produção agroecológica de substrato para mudas e adubo orgânico utilizados na horticultura – Ivo Motta – Embrapa - CPAO
- Produção avançada de hortaliças em estufa - APOMS
- Homeopatia na agropecuária - REAL H
- Como Fazer a Transição Agroecológica em Propriedades Rurais? - Alberto Feiden - Embrapa Pantanal
- Produção artesanal de Fitoterápico e Condimentares - Andreia Sangalli – UFGD

• Como avaliar a rentabilidade financeira dos sistemas agroflorestais? - Marcelo França Arco Verde – Embrapa Floresta

• Viveiro e produção de mudas – Shaline Sáfara Lopes Fernandes - Instituto Cerrado Guarani

19h às 22h - Apresentação cultural
22h - Baile

16/07/2017

7h às 8h - Café com prosa
8h às 9h - **Debate:**
Estratégia para conservação das Sementes Crioulas – Bancos Comunitários de Sementes Crioulas
Mediadores: Francimar Peres Matheus da Silva - SEMAGRO
Alberto Feiden - Embrapa Pantanal
Convidados: Representantes da Agricultura Familiar e Indígenas

9h às 11h30 – **Oficinas e Minicursos:**

- Biojóias – Associação Sabores do Cerrado Assentamento Lagoa Grande – MS
- Produção de Urucum – Rosângela Pedrosa - Sítio 4R
- Educação Ambiental – Simone Cecon - UFGD
- Produção de inseticidas naturais e biofertilizantes - APOMS
- Criação de abelhas nativas - Jovelina Maria de Oliveira e Vera Lucia de Oliveira - AGRAER - Campo Grande
- Cultivo agroecológico de plantas medicinais - Fernanda Savick Almeida – FIOCRUZ e Alejandro Lasso – CCHS – UFMS
- Suplementação animal produzido na propriedade – Roberto Nakaiama - AGRAER - Caarapó
- Manejo de Pomar Velho – Ailton Garcez – AGRAER - Bodoquena
- Artesanato em Fibra - Organização Capolyra
- Cultivo de orquídeas - Orquidário Rainha – Mundo Novo
- Diversidade e uso de PANCS (Plantas Alimentícias Não Convencionais) como alternativas de produção e quebra da monotonia alimentar: oficina prática e dialogada: Denise de Miranda AGRAER - Campo Grande e Neuza Durães - ORGANOCOOP
- Manejo de Insetos pragas ou benéficos em hortas e pomares – Manoel Aécio Uchôa Fernandes - UFGD
- Recuperação de solo a partir de uma experiência com homeopatia e outras práticas agroecológicas – Viviane Mallmann
- Visita ao Banco de Sementes Crioulas de Sementes Crioulas – Instituto Cerrado Guarani

11h30 às 12h - Carta de Juti contra o uso de agrotóxicos
12h às 13h30 - Almoço
13h às 16h - Trocas de sementes
17h - Encerramento

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

Importa ressaltar que os temas das oficinas e minicursos versaram sobre produção, transformação de produtos, manejo com o solo, recuperação de áreas degradadas, cultivos de flores e, também, no crédito rural, como meio de fomentar a produção.

Nesse ano, foram entregues pelos agricultores mais de 50 variedades de sementes, destacando-se: milho vermelho, branco, preto, roxo, amarelo da palha roxa, amarelo listrado, amarelo asteca, amarelo pixurum, pipoca preto, pipoca vermelho, pipoca branco; feijão roxo colombiano, feijão branco colombiano, feijão arroz, feijão preto; mudas de cana caiana e roxa; mudas de rama de batata doce branca, laranja e roxa; mudas de inhame roxo, amarelo e branco; e mudas de caramoela. (LOBTCHENKO et al, 2017).

Entre os dias 13 e 15 de julho de 2018, ocorreu a 14ª edição da Feira de Sementes Nativas e Crioulas e de Produtos Agroecológicos. O Evento contou com a participação de 1500 inscritos de 3 países, 5 estados brasileiros e 34 municípios de Mato Grosso do Sul. (FERNANDES et al., 2018).

O evento contou com uma programação bastante diversificada e teve como palestra de abertura o “Manejo da agrobiodiversidade em sistemas agroecológicos”, que ocorreu numa mesa-redonda com o tema “Experiências no cultivo de sementes crioulas e agroecologia”. Conforme a programação, foram oferecidas também oficinas e minicursos, intercalados aos momentos de trocas de sementes, trocas de saberes e experiências.

Podemos notar em relação às oficinas, que essas contaram com assentados como monitores, os quais haviam participado de cursos em outros anos, passando a deterem conhecimentos sistematizados, que associados às suas próprias experiências, passaram a serem ministrantes dos cursos na feira. Isso demonstra que os conhecimentos têm sido gerados e as famílias estão aptas a passar essa experiência adquirida para frente. Além de ministrantes das oficinas, também participam de outras oficinas, gerando um círculo de aprendizagem. Na organização do evento, aparece como novidade a participação da AGRAER, da SEMAGRO e do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul. A seguir, a Figura 23 expõe o cartaz de divulgação da 14ª edição:

FIGURA 22 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 14ª FEIRA, EM 2018

"Partilhar saberes e sementes em busca do bem viver"

REALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI
JUTI
 Construindo o Futuro!

FCG
 Fundação de Cultura de Juti

UFGD
 Universidade Federal do Grande Sul

SERVIÇO DE AGRICULTURA FAMILIAR
APOMS
 Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul

CPT
 Centro Popular de Tecnologia

Agraer
 Agência Nacional de Regulação e Defesa Agropecuária

SEMAGRO
 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

GOVERNO DO ESTADO
 Mato Grosso do Sul

APOIO

Embrapa
 Agropecuária Oeste

Fundect
 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso do Sul

CNPq
 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Anhanguera
 Associação dos Produtores Rurais de Juti

CREA-MS
 Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

Cooperfamiliar Juti/Amambai

SINDICATO RURAL DE JUTI

PROEX
 Programa de Extensão Universitária

Câmara Municipal de Juti

ORTEC
 Organização de Regulação e Defesa Agropecuária

SINTRAF JUTI
 Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

NATURAECON
 Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul

PROEX
 Programa de Extensão Universitária

VEREADOR WELLINGTON ROCHA

CONVITE
14
Feira de sementes
 NATIVAS E CRIOLAS
 E PRODUTOS AGROECOLÓGICOS DE JUTI

7º SEMINÁRIO SOBRE USO E CONSERVAÇÃO DO CERRADO DO SUL DE MATO GROSSO DO SUL

13 a 15
 Julho de 2018
 JUTI - MS

Inscrição - Um quilo de sementes ou de alimentos não perecíveis ou R\$ 5,00.
 Alimentação: R\$ 3,00 cada refeição (almoço ou jantar).
 Crianças até 12 anos não pagam.
 Café da manhã não será cobrado.
 Trazer pratos e talheres para alimentação.
 Para quem for pernoitar temos alojamento, trazer colchonete e cobertor.
 Endereço eletrônico - www.sementescrioulasjutims.org

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

FIGURA 23 – PROGRAMAÇÃO DA 14ª FEIRA, EM 2018

13/07/2018

8h às 16h - Construção e Validação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de Mato Grosso do Sul
 14h às 16h - Inscrições e entrega de materiais
 19h às 22h - Solenidade de abertura e atividades culturais

14/07/2018

7h às 8h30 - Café da manhã
 8h30 às 9h30 - **Palestra Magna** - Manejo da Agrobiodiversidade em Sistemas Agroecológicos - *Altair Toledo Machado* - Embrapa Cerrado - Brasília - DF
 9h30 às 12h - **Mesa Redonda: Experiências no cultivo de Sementes Crioulas e Agroecologia**
 Mediadora: Rosângela Pedrosa - APOMS
Convidados:
 Sítio 4R Mato Grosso do Sul
 Banco de Sementes Crioulas Familiar da Família Santos - Fernandes Pinheiro - PR
 Grupo de Intercâmbio em Agroecologia de Mato Grosso - GIAS
 Roca Agroecológica da Aldeia Jaguapuru - Dourados - MS
 Guardião das Sementes Crioulas - Marechal Cândido Rondon - PR

12h às 13h30 - Almoço
 13h30 às 14h30 - Apresentação de trabalhos em pôster
 14h30 às 17h30 - **Oficinas e Minicursos**

- **Sementes, sociobiodiversidade e agroecologia: Caminhos necessários para a Saúde Pública** - *Fernanda Savick Almeida* - FIOCRUZ
- **Produção de doces, geleias e licores** - Associação Sabores do Cerrado Assentamento Lagoa Grande - MS
- **Cultura da Mandioca** - *Auro Otsubo* - Embrapa Agropecuária Oeste
- **Criação de abelhas nativas** - *Jovelina Maria de Oliveira* - Agraer - Campo Grande
- **Manejo Agroecológico do solo em hortas** - *Ivo Motta* - Embrapa Agropecuária Oeste
- **Manejo conservacionista de pastagem em sistemas agroecológicos** - *Gustavo H. L. Mota Piesanti* - Colégio Maxireino - Unigran-Net
- **Arte Indígena** - *Arlido Cebalho* - Aldeia Lagoinha - TI Cachoelrinha - Miranda MS
- **Arte em Couro - Guasqueria** - *Ricardo Moreira da Silva* - Konocho Country
- **Insetos benéficos e pragas da cultura da goiaba (*Psidium guajava*)** - *Manoel Aécio Uchôa Fernandes* - UFGD
- **Produção artesanal de Fitoterápico e Condimentares** - *Flávio de Oliveira Ferreira* - Agraer - Dourados
- **Produção de tomates orgânicos em estufa** - *Valtair Gonçalves Prata* - APOMS

15/07/2018

7h às 8h - Café da manhã
 8h às 9h - **Mesa Redonda: Projetos Sustentáveis de Base Agroecológica em Mato Grosso do Sul**
 Mediador: Cezezmundo Ferreira Gomes - Anhanguera Dourados
Convidados:
 Mulheres e Agroecologia: práticas sociais como perceptiva para desenvolvimento sustentável no Assentamento Canaã - Bonito - MS
 Turismo de base comunitária, Educação Ambiental e Agroecologia

9h às 12h - **Oficinas e Minicursos:**

- **Biojóias** - Associação Sabores do Cerrado Assentamento Lagoa Grande - MS
- **Educação Ambiental** - *Simone Cecon* - UFGD
- **Insumos Agroecológicos** - *Valtair Gonçalves Prata* - APOMS
- **Cooperativismo de Crédito Solidário** - *Olácio Komori* - Cresol
- **Como cultivar orquídeas** - *Orquidário Rainha* - Mundo Novo - MS
- **Coleta de sementes e produção de mudas florestais de Cerrado** - *Maria do Carmo Andrade Santos* - Instituto Quintas do Sol
- **Sistema de alternativo de irrigação de baixo custo** - *Aberto Feiden* - Pesquisador Embrapa Pantanal
- **Produção de alimentos em abundância e geração de renda o ano todo com Sistemas Agroflorestais Biodiversos** - *Milton Parron Padovan* - Embrapa Agropecuária Oeste
- **Impacto dos agrotóxicos na Agrobiodiversidade** - *Fernanda Savick Almeida* - FIOCRUZ
- **Ecoteologia: pontos de encontro entre ecologia, justiça social e espiritualidade** - *Breno Herrera da Silva Coelho* - Instituto Chico Mendes - Ministério do Meio Ambiente
- **Plantas PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais)** - *Marcelo Rigotti* - Instituto Federal - Ponta Porã - MS
- **Manejo de recuperação de áreas degradadas** - *Gustavo H. L. Mota Piesanti* - Colégio Maxireino Unigran-Net
- **Visita ao Banco de Sementes Crioulas de Juti** - Instituto Cerrado Guarani

12h às 13h30 - Almoço
 13h às 16h - **Trocas de sementes**
 17h - Encerramento

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

Além das palestras e oficinas, os minicursos oferecidos tiveram como temas a produção de mudas de espécies nativas, a produção e processamento de plantas medicinais do cerrado, as biojóias com matéria-prima do cerrado, o viveiro e produção de mudas do cerrado, as sementes, sociobiodiversidade e agroecologia, caminhos necessários para a saúde pública, a educação ambiental, cultura da mandioca, criação de abelhas nativas, plantas PANCs, o aproveitamento dos frutos do cerrado para a confecção de doces e geleias, as plantas medicinais e condimentares e confecção de doces, geleias e licores com matéria prima do cerrado, a produção de inseticidas naturais e biofertilizantes, o manejo conservacionista de pastagem em sistemas agroecológicos. Nessa edição notamos também a participação dos assentados e indígenas que trouxeram seus produtos para trocarem e venderem, além de levarem novas sementes para suas casas. Outro ponto observado durante a feira foi uma maior aproximação entre a universidade e as comunidades assentadas e indígenas, numa troca de conhecimentos com vistas à melhoria no manejo da terra, melhorando a qualidade de vida e do meio em que vivem.

Nessa Edição, foram apresentados 23 trabalhos científicos e relatos de experiências. Durante a Feira de Juti, foram resgatadas mais de 100 variedades de sementes crioulas, destacando as sementes de milho e feijão (FERNANDES et. al., 2006). A manutenção e o livre intercâmbio de sementes de cultivares crioulas representa uma estratégia fundamental no

desenvolvimento de cultivares mais produtivas e resistentes a diversos tipos de solos, proporcionando alternativas viáveis para a manutenção da pequena produção.

Entre os dias 12 e 14 de julho de 2019, ocorreu a 15ª edição da feira. A organização do evento aconteceu de forma participativa com a distribuição de tarefas de acordo com as possibilidades. A alimentação, servida para os participantes, foi fruto de doação dos agricultores e agricultoras e do trabalho de todos da organização. Além das sementes de milho, feijão, arroz, trigo e da adubação verde, também foram distribuídas sementes de plantas nativas como, ipê, angico, jatobá, cedro, entre tantas outras.

A feira teve como lema “Multiplicar e Partilhar Sementes e Saberes”. As Barraquinhas com a venda de produtos agroecológicos e artesanatos foram também um ponto alto da Feira, compondo e problematizando este ambiente de saberes e práticas. Aconteceu também a palestra de abertura com o tema “Plantas alimentícias não convencionais”, além de 28 oficinas e minicursos com temas variados. Vejamos o cartaz da edição:

FIGURA 24 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA 15ª FEIRA, EM 2019

«*Multiplicar e Partilhar Sementes e Saberes*»

REALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI
 CCG
 CPT
 REDE DE SOBEREQUILOGIA AROMS

Agraer SEMAGRO GOVERNO DO ESTADO Embrapa UFMS
 Pantanal

APOIO

Embrapa Agropecuária Oeste CNPq
 SINDICATO RURAL DE JUTI Câmara Municipal de Juti
 PROEX ANHANGUERA Cooperfamiliar Juti/Amambai
 CRENOL SINTRAF JUTI Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
 GOVERNO DO ESTADO GOIÁS GOVERNO DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL GOVERNO DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL GOVERNO DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL
 Conab Banco NATURAECON

Endereço eletrônico - www.sementescrioulasjultims.org

IMPORTANTE

Inscrição - Um quilo de sementes ou de alimentos não perecíveis ou R\$ 5,00.
 Alimentação: R\$ 5,00 cada refeição (almoço e jantar). Crianças até 12 anos não pagam. Café da manhã não será cobrado.
 Trazer copos, pratos e talheres para alimentação.
 Para quem for pernoitar - temos alojamento, trazer colchonete e cobertor.
LOCAL DO EVENTO - Escola Municipal Escola Doraci de Freitas Fernandes

15ª feira de Sementes de Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti

8º Seminário Sobre Uso e Conservação do Cerrado do Sul de Mato Grosso do Sul

12 à 14 - Julho 2019
JUTI - MS

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

FIGURA 25 – PROGRAMAÇÃO DA 15ª FEIRA, EM 2019

PROGRAMAÇÃO

12/07/2019

8h às 16h - Inscrições e entrega de materiais
9h às 17h - Oficina:
Identificação de Plantas Alimentícias não Convencionais: Campo e Cozinha - Dr. Valdely Ferreira Kinupp – IFAM-CMZL

19h às 20h - Solenidade de abertura
20h às 22h30 - Troca e Exposição de Sementes

13/07/2019

7h às 8h30 - Café com prosa
8h30 às 10h00 - **Palestra Magna - Plantas Alimentícias não Convencionais** - Dr. Valdely Ferreira Kinupp – IFAM-CMZL
10h00 às 12h - Apresentação e Consulta Pública do Plano Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e Extrativismo Sustentável de Mato Grosso do Sul - *Francimar Peres Matheus da Silva* - SEMAGRO

12h às 13h30 - Almoço
13h30 às 14h30 - Apresentação de trabalhos em pôster
14h30 às 17h30 - Oficinas e Minicursos

- **Roda de Conversa - Estratégias de Comercialização de Cooperativas da Agricultura Familiar de MS:** *Denise de Miranda* - Agraer Campo Grande, COOPERAI, COPLAF, COOPERAPOMS, APLEJOR
- **Impacto dos agrotóxicos na Agrobiodiversidade** - *Fernanda Savick Almeida* - FIOCRUZ
- **Cultura da Mandioca** - *Auro Otsubo* - Embrapa Agropecuária Oeste
- **Criação de abelhas sem ferrão** - *Jovelina Maria de Oliveira* - Agraer Campo Grande
- **Produção de inseticidas naturais e biofertilizantes** - APOMS
- **Irrigação com Garrafas Pet** - *Aberto Feiden* - Embrapa Pantanal/PPGDRS - Unioeste
- **Arte em couro - Guasqueria** - *Ricardo Moreira da Silva* - Konoha Country
- **Produção artesanal de Fitoterápico e Condimentares** - *Flávio de Oliveira Ferreira* - Agraer - Dourados
- **Produção de vinagres com frutos do cerrado** - *Viviane Mallmann* - UEMS
- **Aproveitamento Integral dos Alimentos** - *Inês Aparecida Monteiro Ortega* - AGRAER - Itaporã
- **Guavira produção e manejo** - *Ana Cristina Ajala* - Agraer Campo Grande
- **Construção de instrumentos musicais com materiais não convencionais** - *Sérgio Pereira* - Projeto Arceira Verde
- **Horticultura Orgânica** - *Alfeu Ohlweiler* - Agraer Bandeirantes
- **Monitoramento Ambiental da agricultura Biofertilizada** - *GPEB* - Grupo de Pesquisa e Extensão em Biofertilização - UFGD

14/07/2019

7h às 8h - Café com prosa
8h às 9h - Debate:
Resgate, Multiplicação, Armazenamento e Comercialização de Sementes Crioulas
Mediador: *Alberto Feiden* - Embrapa Pantanal/PPGDRS - Unioeste
Convidados: *André Jantara* - Coletivo Triunfo Paraná - ASPTA
Luiz Valter Hedel - Agricultor Familiar - São Gabriel do Oeste
Representante da CONAB - PAA Sementes

Representantes da Agricultura Familiar e Indígenas
9:00 h às 12h00 – Oficinas e Minicursos:

- **Roda de Conversa - Combate à violência & Empoderamento feminino** - *Maria Dahmer* - Agraer Ponta Porã, MMC, Associação Assentamento Itamarati Gerando Vidas
- **Educação Ambiental** - *Simone Ceccon* - UFGD
- **Arte Indígena** - *Arlido Cebalho* - Aldeia Lagoinha – TI Cachoeirinha – Miranda MS
- **Sistemas Agroflorestais Biodiversos: Segurança alimentar, geração contínua de renda e restauração ambiental** - *Milton Parron Padovan* - Embrapa Agropecuária Oeste
- **Hortas urbanas agroecológicas** - *Alejandro Lasso* - CCHS – UFMS
- **Manejo de Pragas em Hortaliças** - *Donato Montão Vargas* - SEDACRUZ.
- **Cultivo de flores tropicais** - *Liliane Kobayashi* - Agraer Dourados
- **Cultivo de orquídeas** - Orquidário Rainha – Mundo Novo
- **Manejo sustentável para recuperação de áreas degradadas** - *Gustavo H. I. Mota Piesanti* - UFGD
- **Composto Bokashi** - *Vanderlei Azambuja Fernandes* - ORGANOCOP
- **Plantas PANCs no dia a dia** - *Neuza Durens Domingo* - Nutricionista
- **Produção de Melancia** - *Olita Satali Stangarlim* - Agraer Campo Grande
- **Moringa: cultivo e usos** - *Camila Pellizzoni Balhazar* - Agraer Campo Grande
- **Autosuficiência alimentar** - *Sidney Kock* - Agraer Campo Grande

12h às 13h30 - Almoço
13h às 16h - Trocas de sementes
17h - Encerramento

Fonte: Cartaz de divulgação disponibilizado pela organização do evento.

No cartaz, observamos a rede que tem feito a feira acontecer, envolta ao tema das sementes, no compartilhar das mesmas, muitas vezes levadas para as feiras ou para as atividades de troca de sementes. Assim, a feira produz efeitos em diversos âmbitos, desde no conjunto dos assentamentos e acampamentos, como nas comunidades indígenas da região, bem como nas pessoas de diferentes espaços brasileiros, que atualmente buscam compartilhar discussões e trocas que vêm ocorrendo na feira.

O registro especial em relação à organização dessa edição, seguindo as demais, desde sua primeira edição, deve ser feito em relação ao protagonismo das mulheres na organização da feira, como apresentaremos no capítulo III. As mulheres estão em presença majoritária, reafirmando o peso simbólico da própria origem da agricultura e da domesticação das primeiras sementes cultivadas, que se fizeram no quintal das casas pelas mulheres.

Enfim, a feira é a reunião da diversidade de espécies por gosto e tradição e pelo caráter de preservação. Essa relação cultural da troca de sementes é sem dúvida o grande diferencial e poder organizativo da feira, que tem relação de autonomia e de parcerias diversas. Acontece entre os pequenos agricultores, associados com os mediadores sociais para, assim, se fortalecerem em busca da preservação cultural e da autonomia de seus saberes, aspectos que analisaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III: A FEIRA COMO ESPAÇO DA RESISTÊNCIA DE PEQUENOS PRODUTORES DE ALIMENTOS

Vimos no capítulo anterior que a feira, aqui analisada, ao longo de suas edições, passou por mudanças em seus encaminhamentos, motivadas pela rede que foi sendo tecida a cada edição, sobretudo, porque foram chegando novos sujeitos em sua organização, trazendo novas ideias.

Nesse capítulo, analisaremos as transformações que foram sendo incorporadas, evidenciando os elementos que a constituem, os quais apontam para a feira como um espaço em movimento, constituído de uma rede de parcerias que formam múltiplos sentidos, dentre eles: lugar do protagonismo das mulheres que nela atuam desde a primeira edição na organização da feira, espaço de resistência da pequena produção, lugar de sociabilidades e de trocas com o acesso às sementes crioulas, de resultados com a criação do banco de sementes crioulas e de novas parcerias com a entrada da universidade na organização da feira.

3.1 A feira e seus elos: o protagonismo das mulheres e as redes de apoio

Siliprandi (2015) demonstra as conexões existentes entre os movimentos de mulheres e os movimentos ecológicos ao longo da história e de como as mulheres têm se engajado e influenciado de forma efetiva o movimento agroecológico e as políticas de agroecologia, tornando-as suas principais protagonistas.

Na Feira de Juti, esse protagonismo não é diferente, representando as mulheres a maioria das pessoas que compõem a equipe organizadora do evento. É importante mencionar, como destacado no capítulo II, que a feira nasceu de um grupo de mulheres, a partir da atuação da irmã Lucinda, quando ela desenvolvia ações junto aos grupos de mulheres de assentamento de Juti e das comunidades indígenas daquele município. Dessas ações foram sendo tecidas as possibilidades de realização da feira, como aponta também a pesquisa de Severo (2016), ao citar a fala da Irmã Lucinda:

A atuação da irmã Lucinda foi decisória, mas, aos poucos, como ela própria narra, “depois começo, assim, elas foram quererem se organizar.” As mulheres foram tomando gosto por “aprender coisas novas”, e passaram a refletir sobre suas vidas, seus cotidianos nos assentamentos. Essa iniciativa proporcionou maior integração entre as pessoas dos assentamentos, bem

como com a comunidade da aldeia indígena, numa busca em produzir e comercializar produtos que tragam rendimentos satisfatórios e com tecnologias de baixo custo para as comunidades [...] Observamos que foi a soma desse desejo, nutrido pelo Grupo de Mulheres, partilhado pela CPT e com apoio da FAF, que nasceu a Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, realizada no município de Juti, atualmente, uma referência na região. (SEVERO, 2010, p. 107-8).

A partir daquele momento, ano de 2005, quando realizaram a primeira feira, as mulheres assentadas mantiveram-se na coordenação e na atuação das frentes que envolvem a preparação e a realização da feira até os dias do evento. Os trabalhos para a organização do evento iniciam muito antes dos dias do início da feira, como mostra Leila, assentada em Juti e organizadora do evento. Ao ser entrevistada no mês de dezembro de 2019, destacou que: “hoje já estamos catando guavira²² para guardar o suco, já pensando na feira que vem (ano de 2020). Então, basicamente a gente vai levando o ano todo envolvido com a feira”.

Esse preparo realizado com antecedência foi por nós comprovado no mês de maio de 2019, quando mantivemos contato com a professora Zefa Valdivina, no espaço da FCBA/UFGD. Naquele momento, a professora nos mostrou o armazenamento em *freezer* das polpas de frutas do cerrado, dentre elas goiabas, mantidas congeladas, reservadas para o futuro preparo de sucos nos dias de feira. Vimos também, naquele encontro, o trabalho das alunas (mulheres) daquela faculdade, envolvidas na separação e embalagem de sementes que haviam sido coletadas nas comunidades indígenas, destinadas à distribuição nos dias da feira. Era o mês de maio e naquele momento preparavam os materiais para a festa programada para o mês de julho de 2019.

O preparo antecipado dos materiais para a feira compõe também a jornada daquelas pessoas que pretendem comercializar ou trocar produtos no evento, como nos relata Rosângela Ávila, assentada de Juti:

Eu tô com mudas ali, preparando sementes e mudas para na próxima feira tá levando (para o ano de 2020). Eu vi bem pouco remédio nessa última e isso é uma coisa assim que eu acredito assim, que toda casa deveria ter, principalmente em casa que tem criança, né? Então, eu tô preparando ... Você passa o ano pensando no que eu vou poder contribuir o ano que vem? O que eu posso levar para trocar? Por que é justo né? É troca. Então, é isso sabe, ir lá, você troca e não é só muda. Não é só semente. Você troca conhecimento, você troca experiências. Muitas vezes a gente troca assim, relatos de desafios, alguns vencidos e outros não. É isso, troca abraços ... E cria um vínculo né? Que você passa, você consegue se corresponder com essas pessoas. Então, a feira é isso. (Entrevista com Rosângela Fátima

²² Fruta típica do Cerrado.

Correia Ávila, gravada em 29.10.19)

Na fala da assentada Rosângela Ávila, que fez parte da equipe de organização das primeiras edições da feira e atualmente participa dela movida pelas possibilidades que o evento oportuniza, é possível perceber as “trocas” como elemento central, fazendo daquele espaço o *locus* da partilha. Troca não só de produtos, mas de conhecimentos, de abraços que têm sentido de acolhida, de humanidade, bem querer, que fortalecem e dão sentido aos outros conhecimentos que na feira são apresentados e compartilhados.

O protagonismo das mulheres é destacado também pelos homens que participam da equipe de organização da feira, quando acentuam que elas atuam em diversas etapas da organização da feira, como destaca um de seus participantes.

A feira é tocada quase que de modo geral, quem pensa feira são só mulheres. Não posso deixar de dizer isso, uma vez que eu já pesquisei mulheres na minha graduação. Destacar a presença das mulheres como a Zefa, a Leila e de tantas outras aqui, que se for mencionar também não posso, porque vou errar e esquecer. Essas mulheres que doam sua vida por uma causa, nessa causa da Agricultura Familiar, da produção orgânica, da produção agroecológica, da emancipação da mulher. (Entrevista com Wagner José da Rosa, gravada em 24/09/19).

Esse pensamento é corroborado pela atual coordenadora do evento, quando destaca que:

São elas, se não fossem as mulheres, nossa! Ela (feira), foi idealizada por uma mulher e é tocada praticamente por mulheres. Em todas as feiras, às mulheres são as atrizes principais da organização, de todo processo aí da feira, inclusive de troca, de comercialização de produtos. A maioria é mulher, mas a maioria inclusive das expositoras são mulheres também. O protagonismo delas é muito grande na feira que se não fossem elas, acho que não teríamos a feira. Elas em todos os aspectos, tanto no trabalho, quanto nas sementes, quanto na comercialização dos produtos. (Entrevista com Zefa Valdivina Pereira, gravada em 17/12/2019)

É preciso destacar que o trabalho na organização da feira requer negociação com as parcerias que apoiam o evento, viabilizando materiais e recursos financeiros com instituições, como a Prefeitura de Juti, assim como com o comércio local que contribui com alimentos, como também na viabilização da criação de espaços para o alojamento dos participantes, no cozimento dos alimentos oferecidos nas refeições e, especialmente, com ideias, até mesmo para reduzirem os custos que são necessários para fazer o evento acontecer, como destaca a professora Zefa Valdivina:

A prefeitura assumiu mais a responsabilidade, mas ainda não dá (...) se largar para eles não sei se ficariam. A gente faz assim milagre, com alguma coisa (poucos recursos financeiros). A cozinha inventa. Se não fosse a Leila na cozinha, pensando comida para quase 1000 pessoas, se não fosse ela não saía (o preparo dos alimentos para todos os participantes). Tem o grupo da Lu que vai, a dona Maria, que na segunda feira já está fazendo os bolos, para ter o café. Se não fosse elas fazendo todo esse trabalho, nossa! (Entrevista com Zefa Valdivina Pereira, gravada em 17/12/2019).

Nas últimas edições, a feira tem reunido um número maior de pessoas, chegando, em 2019, a contar com mais de 1000 participantes. Dessa forma, como o evento oferece alimentação e alojamento para os visitantes em geral, o trabalho da equipe de organização da feira acaba sendo intenso, para assim atender a todas as caravanas que para Juti se dirigem.

Juti é uma cidade pequena, que conta com restrito número de hotéis. Por isso, as pessoas participantes da feira em sua maioria acessam a hospedagem em alojamentos que o evento oferece. Para isso, a equipe reserva locais organizados em alojamentos, parte deles improvisados em escolas e creches. A data do evento segue pelo calendário das férias escolares do município, período em que as escolas passam a serem utilizadas para abrigar os participantes da feira, contando com apoio da Prefeitura, facilitado especialmente nas gestões em que as prefeituras contavam com prefeitas. Mais uma vez observamos a presença das mulheres como elos a viabilizar meios para que a feira acontecesse, como aponta a professora Zefa:

[...] teve sorte também de pegar as duas prefeitas que se envolviam também com isso e sempre ajudaram. Ficou um pouco mais fácil, e a gente conseguiu apoio que era SEPAF antes. Aí começou a dar apoio e isso foi ficando mais fácil, mas a gente sempre tinha perrengue e tudo que dava errado, dava no dia da feira. A gente programava o calendário, com o que tinha que usar de alojamento em todas as escolas, a gente seguia o calendário da escola, e chegava no dia a creche não ia desocupar naquele dia. A gente se programava certinho e a creche tinha outras atividades, e não tinha onde o pessoal ficar. O pessoal chegava na quinta e não tinha lugar para ficar, tinha que ligar desesperada para prefeita e falar “pelo amor de deus faz alguma coisa”. Então, tudo que você imaginar dava, mas eu acho que essa perseverança que ela tinha ela transmitiu assim. Tem ano da gente falar assim (Professora Zefa e a assentada Leila): “vamos lá, a gente vai terminar essa feira e depois não vai ter”. Mas depois a gente vai passando aquela dor. (Entrevista com Zefa Valdivina Pereira, gravada em 17/12/2019).

Como vemos na fala da professora Zefa, são muitos os encaminhamentos que precisam ser realizados e por isso a necessidade de um esforço conjunto. A equipe de organização tem também a tarefa de providenciar materiais e salas para a realização dos

minicursos, montar estantes e mesas para a exposição dos produtos que os participantes trazem, sejam as sementes para trocas, bem como os produtos para comercializarem.

Dessa forma, são muitas as tarefas que antecedem o evento e muitas são também as que acontecem no dia do evento, as quais contam com a atuação e planejamento de diversas mulheres. Nessa esteira, emerge até mesmo o cansaço e o pensamento de parada, o que se mostra apenas como um breve pensamento, motivado pela exaustão do momento.

Em pesquisa realizada com as mulheres da COPERFAMILIAR, durante a 5ª edição da Feira, Severo (2016) constatou que:

Observamos a preocupação das mulheres em participarem de diferentes feiras e, nesse sentido, procuramos entender o espaço da feira como um meio de oportunidades para as mulheres, uma vez que viabiliza a comercialização de sua produção e, também, se apresenta como proposta para marcarem suas presenças no espaço da comercialização/administração. Isso imprime visibilidade para suas atuações, certificando-as como mulheres produtoras, administradoras de um grupo e da Cooperativa, na busca pela comercialização, garantindo melhores preços aos produtos, pois realizam uma venda direta, sem a presença de “atravessadores”. Nessa empreitada, contam com a participação dos homens, mesmo que em menor número, que são em sua maioria os próprios companheiros, atitude essencial para que sejam produzidas mudanças efetivas nas relações entre homens e mulheres. Nesse contexto, o preparo dos produtos para a feira não envolve apenas o trabalho da mulher, embora ela seja a principal responsável de todo o processo, mas também de outros membros da família, como dos companheiros e dos/as filhos/as. (SEVERO, 2016, p. 76).

A partir da constatação de Severo (2016), podemos concluir que a feira representa, para as mulheres, uma fonte geradora de renda, porque conseguem comercializar produtos, como vemos na imagem que segue e, também, vai além, como um espaço de socialização, de encontros, de união, de descontração, de conversas, de trocas, de aprendizado, de abraços como mencionou Rosângela Ávila, em fala anterior, considerando que esses aspectos fortalecem. Observemos o espaço da comercialização, que tem nas mulheres a maioria de participantes:

FIGURA 27 – BARRAQUINHAS DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS

Fonte: Prefeitura de Juti²³

Além do espaço da comercialização dos produtos, encontramos mulheres nas oficinas, ministrando conhecimentos teóricos e técnicos sobre temas diversos, participando como ouvinte, assim como proferindo palestras, em mesas de debates durante o evento, como também podemos observar nas imagens que seguem:

FIGURA 26 – SOLENIDADE DE ABERTURA DA 15ª EDIÇÃO, EM 2019

Fonte: Prefeitura de Juti²⁴

²³ Disponível em: <https://bit.ly/39QTO5w>, acesso em 03.02.2020

FIGURA 27 – MINICURSOS DE PRODUÇÃO DE DOCES, GELEIAS E LICORES

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Ponta Porã²⁵

FIGURA 28 – MINICURSOS NA FEIRA

Fonte: Prefeitura de Bodoquena²⁶

Temos também aquelas mulheres que estão na organização do evento, preparando o

²⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3aThuYe>, acesso em 28/02/2020

²⁵ Disponível em: <https://bit.ly/2xbQ3Kx>, acesso em 28/02/2020.

²⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2V65z2w>, acesso em 28/02/2020.

alimento que é oferecido para os participantes durante os dias da feira, um trabalho contínuo e de enorme volume, visto que anualmente tem aumentado o número de participantes. O fato de o evento oferecer alimentação e alojamento levam as mulheres a assumirem essa frente, pois são elas que tocam a feira e acabam com jornadas extensas e intensas.

Dorce et. al. (2017) destacam em estudo intitulado “O papel da mulher no resgate e multiplicação e Sementes Crioulas no Sul do Mato Grosso do Sul”, analisando a atuação das mulheres no município de Juti, que há um grupo organizado de 20 mulheres preocupadas com o resgate e a multiplicação das sementes crioulas, na região de Juti. Os autores concluem que:

A experiência das mulheres agroecológicas da região de Juti, demonstrou que estas são as principais protagonistas da conservação da diversidade genética destas sementes crioulas. Assumindo um papel de suma importância ao se responsabilizarem por plantarem estas sementes crioulas promovendo assim a multiplicação das mesmas contribuindo diretamente para seleção das melhores sementes ao praticarem a troca destas entre os diversos assentamentos da região. Além da conservação in situ/onfarm das sementes crioulas, estas guardiãs promovem a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar de suas famílias. (DORCE et. al, 2017, p. 5).

A feira evidencia o protagonismo e a autonomia das mulheres, visto que são elas que estão na linha de frente, junto aos demais membros da equipe, planejando a organização do evento que alcançou notoriedade na região e em outros estados brasileiros. As mulheres envolvidas nesse processo organizativo constituem-se como lideranças e colocam novas questões que combinam sua perspectiva sobre a problemática ambiental, com discursos (e ações práticas). Esses discursos reivindicam maior autonomia para as mulheres e para a sociedade em geral, mostrando, com sua ação, que é possível resistir, organizar-se, construindo-se como agentes políticos.

São as mulheres que atribuem maior ênfase às sementes para além da ideia de um produto intercambiado, mas como o elo com as memórias, as quais trazem lembranças de tempos remotos, de processos de produção outros e que, ao circularem, podem provocar mudanças no tempo presente. Por isso, a ideia do compartilhar, para, assim, fortalecer o esforço conjunto que moveu a criação da feira, pode ser traduzida na autonomia. Nesse sentido, a referência feita constantemente à Irmã Lucinda, a mulher que foi a mentora da feira, como podemos ver na fala da assentada Rosângela Ávila:

Sabe, feira é terra, é muda, é semente, é camponês, é problema, é desafio, é luta, é a feira, é Lucinda. Eu fico pensando aquele chinelinho havaiana dela,

subindo e descendo a Avenida de Juti, atrás de preparar, atrás dos últimos preparativos para feira. Então, feira de semente crioula é lembrança também. Sabe lembrança? É lembrança de uma mulher. Uma mulher que lutou. Uma mulher que não se cansou. Ela foi incansável até o último instante dela. Ela foi incansável em relação a isso. Então, eu acredito que feira de sementes crioulas de Juti também é memória. (Entrevista com Rosângela Fátima Correia Ávila, gravada em 29.10.19).

Nesse sentido, percebermos os traços da memória os quais perpassam pelas edições da feira, entrelaçadas com os significados que a constitui e que envolvem o tema central dessa reunião, assentado nas sementes e nas mulheres e homens que guardam e partilham sementes.

3.2 A feira como espaço de resistência e de autonomia

A compreensão da dimensão sócio simbólica da feira faz-se necessária, pois na feira acontece a troca de sementes e, também, a ressignificação do valor atribuído às sementes. Nesse sentido, entendemos a feira como evento capaz de mobilizar os participantes em torno de uma bandeira, visto que há uma disputa simbólica, envolvendo o pacote do mercado e da resistência de pequenos produtores. Nessa lógica, a feira tem como objetivo valorizar e imputar novas representações, visando a promover o uso das sementes produzidas pelos pequenos. Esse sentido é destacado por Mieceslau, agente da CPT e participante da feira.

Acho que um dos fatores importantes dessa feira para os assentados, para os agricultores familiares, camponeses é o fato da valorização deles enquanto seres, enquanto pessoas importantes no desenvolvimento do município. Valorização dos seus conhecimentos, dos seus saberes. Isso é importantíssimo para levantar inclusive e aumentar a autoestima dos pequenos produtores que ultimamente estão muito mais alijados das políticas públicas elaboradas pelo Estado. E essa é uma forma deles se sentirem valorizados também. (Mieceslau Kudlavicz, entrevista em setembro de 2019).

Considerando que a publicidade representa as sementes industriais como melhores e mais produtivas, mas que a produção desse tipo de sementes industrial depende do “pacote tecnológico” que deve ser adquirido junto com as sementes, a feira opera na desnaturalização desta ideia.

Podemos observar que a “semente crioula”, na Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti (MS), assume uma representação não apenas genética, mas também cultural e regional, vinculada à memória e às práticas experimentadas do trabalho

cotidiano dos agricultores com essas sementes, como destaca a pesquisadora e participante da feira Rosemeire Aparecida:

A feira tem essa característica de encontro de gente. Quando ela se torna um encontro de gente, ela ativa a vida Comunitária. O que é fundamental inclusive para a resistência política. Agora a questão da produção é importante obviamente, que você resgata sementes e potencializa a troca, que é fundamental para manter a carga genética. Porém, eu acho que essa é uma questão, que é uma consequência até, porque nós sabemos hoje que há um apelo produtivista em torno da semente e que nós temos aí no mercado tecnologias convencionais que produzem muito. Então, se a gente entrar nessa competição de que a agroecologia precisa produzir muito, a gente vai fazer o agronegócio agroecológico. Isso não é legal. Então, a importância da semente está ligada a autonomia do agricultor, na construção de uma outra relação com a natureza, que é essa de respeito ao tempo da natureza. (Rosemeire Aparecida de Almeida, entrevista em 29/10/2019).

Podemos concluir com a fala de Rosemeire que a feira tem papel importante para promover outra relação com a natureza, possibilitando a autonomia. A efetivação desse objetivo, podemos atribuir à capacidade de mobilização e desmobilização dos grupos, os quais, para Bourdieu (2007), fundamentam-se nos esquemas de classificação, pois esses se encontram no fundamento das representações. Assim, as representações que os agricultores possuem deles mesmos, enquanto parte de um processo de resistência, possibilita compartilhar com outros agricultores um mesmo sentido. Sobre esse processo escreve Bourdieu:

Na luta e por exigências da luta é que funcionam princípios de divisão [...] que ao produzirem conceitos, produzem grupos, os próprios grupos que os produzem e os grupos contra os quais eles são produzidos. O pretexto das lutas a propósito do sentido do mundo social é o poder sobre os esquemas e os sistemas de classificação que se encontram na origem das representações e, por conseguinte, da mobilização e desmobilização dos grupos: poder evocador da enunciação que faz ver de forma diferente (é o caso, por exemplo, quando uma simples palavra, tal como *paternalismo*, transforma toda a experiência de uma relação social) ou que, ao modificar os esquemas de percepção e apreciação, faz ver outra coisa, outras propriedades, até então despercebidas ou relegadas para segundo plano (tais como as interesses comuns, até então, dissimulados pelas diferenças de etnia ou nação). (BOURDIEU, 2007, p. 444).

Bourdieu atribui papel importante aos esquemas de classificação, pois esses são capazes também de produzir os grupos. Na feira, por exemplo, é possível ouvir dos participantes diversos termos ao se referirem às sementes crioulas, dentre eles: “sementes nativas”, “sementes sem veneno”, “sem agrotóxicos”, “sementes saudáveis”, “sementes

boas”, “sementes tradicionais”. Ouve-se, também, definições direcionadas à referência do lugar de onde vieram, como: “sementes da aldeia Tey Kue”, “Sementes do Assentamento guanabara”. Cada uma dessas denominações está vinculada a representações daqueles que as profere, pois cada termo traduz a uma realidade específica e carrega uma intencionalidade, assim como faz referência a um valor ou a uma regionalidade.

Nesse sentido, as sementes estão vinculadas aos mais diversos elementos que as constituem, dentre eles as pessoas que as produzem. Essas pessoas, por sua vez, fazem parte de determinados territórios, seja assentamentos, aldeias, sítios, dentre outros, agregando às sementes referenciais das histórias dos povos produtores, em contextos de produção e de resistências. Esses aspectos levam a considerar tempos de plantios, cuidados com o desenvolvimento, que são diversos, se considerados os diferentes lugares de onde provêm. Por isso, o ato de trocar sementes geralmente vem acompanhado das indicações daqueles que as produzem, relatando experiências com o manuseio das sementes, indicando como armazenar, como e quando plantar.

Dessa forma, as sementes fundem-se com quem as produz e vice-versa, sendo até mesmo nomeadas pelo nome das pessoas, suas produtoras ou distribuidoras, como no exemplo corriqueiro que se escuta em Juti: “as sementes da irmã Lucinda”. Nessa expressão, a semente deixa de ter variedade para ter o nome de quem às propaga.

É importante observar nessa nomeação a produção das representações, pelas quais esses indivíduos e grupos passam a dar sentido ao mundo. E, também, como essa nomeação transforma a representação da semente nomeada. Como, por exemplo, o termo “sementes crioulas” que se afirma a partir da contradição gerada entre as sementes industriais e as sementes crioulas. Se analisado sob os referenciais de Bourdieu (2007, p. 445), isso ocorre pelo fato de que:

Os grupos estão associados estreitamente as palavras que os designam: de fato, o poder de impor o reconhecimento depende da aptidão para se mobilizar em torno de uma palavra, "proletariado", "classe operaria", "quadros", portanto, para se apropriar de um nome comum e comungar em um nome próprio e, assim, mobilizar a força que faz a união, a que cria o poder unificador do nome, da palavra de ordem.

Neste trabalho, utilizamos o termo *sementes crioulas*, porque também é como a Feira se refere a elas. A escolha também se deve ao fato de o nome “crioula” apresentar o sentido de valor cultural, a partir da mistura, já que a palavra tem o poder de impor o reconhecimento.

Nesse sentido, como apontamos anteriormente, a semente não aparece sozinha, mas

identificada/ligada à pessoa que a produz. Para identificar sua variedade, é costumeiro usar a identidade de quem a produziu, sendo comum ouvir a expressão “a semente de feijão de Dona Maria”, numa relação intrínseca entre produtora e produto. Ambos se completam.

Isso ocorre também entre as trocas, como nos indicou Leila no capítulo anterior, ao dizer que a Irmã Lucinda sempre tinha saquinhos de sementes, promovendo intercâmbio entre diferentes pessoas. Nesse caso, a Irmã assumia o papel de sementeira, propagando as sementes produzidas/guardadas por outrem. As entrevistas apontam para essa relação estreita, quando nossos entrevistados dizem que, ao lembrarem da feira, lembram da troca das sementes e das mudas, ambas associadas com a memória da Irmã que as propagava.

É nesse sentido que a semente é parte da ação de quem a produz e, também, de quem a armazena, estabelece trocas e multiplica com novos plantios e novas trocas, envolvendo novas pessoas.

A reafirmação da memória e da tradição é um elemento importante para a ação política dos movimentos sociais do campo. Se observarmos o contexto dos movimentos sociais no Brasil, a partir da constituição das Ligas Camponesas até a atuação social e política da CTP, do MST e da Via Campesina na atualidade, compreenderemos que esta atuação configura-se num conjunto de “estratégias deliberadas e reflexivas de colocação pública de uma situação social sob a égide explícita da problemática identitária, em geral com vistas à constituição ou potenciação de dinâmicas de ação social” (COSTA, 2002, p. 27).

O conflito entre a ideia de dominação, representada pelo latifúndio, e a de autonomia que está relacionada ao argumento de reforma agrária, fica no campo da mesma oposição que vemos entre a proposta de promoção da agricultura moderna, quando é contestada pelo modelo de agricultura expressa a partir da valorização de um tipo ideal de pequeno produtor, com argumentos fundados na defesa da tradição, aspecto presente na fala do agente da CPT, Mieczslau Kudlavicz:

A feira contribui com a produção dos pequenos nos assentamentos principalmente pelo fato de eles de alguma forma estimular para que os próprios agricultores produzam suas sementes e não fique na dependência do mercado, das grandes empresas, das multinacionais para comprar as sementes. Sementes que só podem ser cultivadas uma vez e não podem ser multiplicadas. Isso garante uma certa autonomia para os Camponeses. Mas, além disso, a feira é um espaço também cultural de troca de saberes e conhecimentos. É onde os agricultores tem oportunidade de tocar conhecimento em relação ao cultivo de certas plantas, certas pragas que eles encontram, e uma forma inclusive, de fazer com que os próprios camponeses aprendam entre eles mesmos, trocando experiências. (Mieczslau Kudlavicz, entrevista em setembro de 2019).

De outro ângulo e complementarmente, é possível compreender esta tradição como produzida, à medida que é o caminho pelo qual esse pequeno produtor é composto a partir de uma identidade, que é designada e tematizada pela CPT, MST e pela Via Campesina. Esses movimentos rurais projetam sua liberdade para então implantar um modo de vida que estaria baseado em valores éticos e morais, sintetizado na luta pela preservação das “sementes crioulas”. Podemos retomar a citação de Bourdieu (2007, p. 444) quando nos diz que as pessoas “ao produzirem conceitos, produzem grupos, os próprios grupos que os produzem e os grupos contra os quais eles são produzidos”.

Para os organizadores da feira, o trabalho com as sementes representa um conjunto de princípios voltados a fortalecer em uma nova sociedade, a exemplo do trabalho coletivo, da agroecologia, da autonomia em relação aos mercados, da produção de alimentos saudáveis e da valorização de conhecimentos populares. Podemos observar esses aspectos na fala de Wagner da Rosa:

A feira é um espaço de resistência. Até mesmo dentre os próprios agricultores, porque nós sabemos que mesmo dentro da agricultura familiar tem muitos que ainda pensam com os agrotóxicos. Que ainda pensam como os fazendeiros envolvidos pelo grande capital e pela indústria midiática. Que vai negar a participação do pequeno. Que vai dizer que o agronegócio é bom e eu acho que isso é uma forma de resistência dos agricultores familiares, indígenas, dos Camponeses, nenhuma articulação feita a partir de e para os agricultores familiares sejam eles tradicionais, assentados, acampados, indígenas e quilombolas. Todos aqueles que participam, que formam um processo de resistência ... então a visibilidade que isso dá é importante para dizer que o a reforma agrária existe e é algo importante e precisamos fazer a sua manutenção. (Entrevista com Wagner José da Rosa, gravada em 24/09/19).

A visibilidade como resistência, da qual fala Wagner, é possível com a feira, por reunir diferentes segmentos sociais do município de Juti, de outros municípios de Mato Grosso do Sul e, também, de diversos estados brasileiros. Nela estão pequenos produtores de alimentos dos assentamentos e das comunidades indígenas de Juti, trocando e vendendo sementes e produtos diversos, numa demonstração de que produzem no contexto do município e que também nutrem experiências que podem ser compartilhadas. Nesse sentido, a feira se apresenta como um elo de resistência ao se configurar como espaço onde é evidenciada a produção e de quem a produz. Como destaca Rosemeire Aparecida:

Eu acho que é uma forma de resistência por que é autonomia. Semente é sempre autonomia, que a gente discutia, que eu tenho discutindo nos assentamentos aqui do bolsão, é que a questão não é quem produz mais, e se

é a híbrida ou se é a semente crioula. É dizer que semente sempre esteve ligada a essa possibilidade de uma agricultura de resistência ou cultura defensiva, e que só podemos falar em sustentabilidade se houver autonomia. Não adianta ele vender muito, etc e tal. O agricultor ele está dependente dos mercados, das empresas que vão comprar os insumos que são exógenos, que vem de fora. É fundamental falar, para pensar no caminho da sustentabilidade quando tem autonomia. O agricultor e essa semente, você ter a semente, você não perder a semente, é uma característica fundamental. É claro que existem muitas flexibilidades e as vezes é necessário também se fazer compra de mudas de semente, mais esse saber fazer tá ligado a essa possibilidade de uma agricultura, inclusive de defensivo de segurança. (Rosemeire Aparecida, entrevista em 29/10/2019).

Constatamos que a feira de sementes nativas e crioulas é importante para alimentar lutas sociais mais amplas, como também ao mesmo tempo em que valoriza, ainda mais, práticas de cultivo com sementes crioulas. Ao fazer parte deste grupo, pode-se alimentar as pautas que defendem, fortalecendo a rede de sujeitos em seu entorno. Como destacado por Vanilton:

A partir do momento que eu tenho agricultores de Corumbá e Mundo Novo conversando, eu tenho indígenas e agricultores se conversando, academia se comunicando com assentados e indígenas e pesquisadores, eu acredito que esse é um emaranhado bem interessante de se avaliar, de se entender. E até porque assim né, quando você vai na feira, eu não vou na feira só pela feira. Eu vou lá porque lá também é um espaço de militância e meio que onde a gente abastece as baterias. Eu fiquei lá umas quatro horas na feira [...] mas essas 4 horas foram suficientes para dar uma reanimada, ainda mais num momento bem complexo que a gente está vivendo. (Vanilton Camacho da Costa, entrevista realizada em 27/07/2019).

O pertencimento é afirmado pelos atos de participação: assumir funções, levar as bandeiras, vestir a camisa, falar a mesma linguagem dos outros participantes, vivenciar e compartilhar uma visão de mundo e construir sobre si mesmo, enquanto pequeno produtor de alimentos, uma representação de coerência através da qual se aproprie, reafirmando, seus saberes e experiências, como evidenciado pela fala da agricultora Rosângela Ávila:

A feira é uma riqueza muito grande para o pequeno produtor. A gente sabe, a gente sente na pele a nossa dificuldade de alimentação, que a gente tem. A burocracia muitas vezes que nós temos que enfrentar para atingir nosso objetivo, até mesmo para resistir na terra, parece que não é para continuarmos aqui na terra. Então, a feira ela nos ajuda muito, ela abre um leque de possibilidades e alternativas que contribui para nossa permanência e para o pequeno produtor permanecer na terra. Eu acredito que é uma ferramenta. Ela vem a ser uma ferramenta que muitos assentados infelizmente, eu digo assim infelizmente ainda, não tem noção né do que pode estar auxiliando-o. (Entrevista com Rosângela Fátima Correia Ávila,

gravada em 29.10.19).

A feira então se configura em um instrumento que proporciona a visibilidade de seus participantes. É possível identificar, a partir de notícias em jornais eletrônicos, a participação de delegações de todas as regiões do estado de Mato Grosso do Sul, na feira de Juti, como aquelas que destacamos: “Agricultores familiares da região pantaneira participam de Feira de Sementes e Mudas em Juti- MS”²⁷, “Agricultores de São Gabriel participaram da 9ª Feira de Sementes Nativa”²⁸, “Agricultores de Bodoquena participam de Feira em Juti”²⁹, “AS-PTA participa de feira de sementes crioulas no Mato Grosso do Sul”³⁰.

A participação das pessoas na feira, integrando parte de uma delegação, constrói o sentido do pertencimento, mas também a causa de defesa das sementes ao estar representando sua localidade, conforme aponta o agente da CPT, Mieceslau Kudlavicz:

Acho que um dos fatores importantes dessa da feira para os assentados, para os agricultores familiares, camponeses é o fato da valorização deles enquanto seres, enquanto pessoas importantes no desenvolvimento do município. Valorização dos seus conhecimentos, dos seus saberes. Isso é importantíssimo para levantar inclusive e aumentar a autoestima dos pequenos produtores, que ultimamente estão muito mais alijados das políticas públicas elaboradas pelo Estado. Essa é uma forma de eles se sentirem valorizados também. (Mieceslau Kudlavicz entrevista gravada em setembro de 2019).

A feira proporciona aos agricultores a exposição de seus produtos, neles assentadas suas atuações de produtores de alimentos. Ao redor da Escola Municipal Doraci de Freitas Fernandes em Juti, que tem sediado as últimas duas edições do evento, diversas barrquinhas foram montadas, como demonstra a Figura 30. Nelas, as delegações participantes da feira expõem seus produtos para serem comercializados, em grande parte são produtos artesanais, dentre eles: doces, licores, xaropes e alimentos provenientes da agricultura orgânica, como mel e açúcar.

²⁷ Disponível em: www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1918937/agricultores-familiares-da-regiao-pantaneira-participam-de-feira-de-sementes-e-mudas-em-juti--ms. Acesso em: 03/02/2020.

²⁸ Disponível em: www.midiamax.com.br/geral/2013/agricultores-de-sao-gabriel-participaram-da-9a-feira-de-sementes-nativa, acesso em 03/02/2020.

²⁹ Disponível em: www.bodoquena.ms.gov.br/noticias/agricultores-de-bodoquena-participam-de-feira-em-juti/348, acesso em 03/02/2020.

³⁰ Disponível em: www.leiafolha.com.br/as-pta-participa-de-feira-de-sementes-crioulas-no-mato-grosso-do-sul/, acesso em 03/02/2020.

FIGURA 29 – 14ª FEIRA DE SEMENTES CRIOULAS E PRODUTOS AGROECOLÓGICOS DE JUTI MS

Fonte: Registro nosso, captado durante o evento, na edição de 2018.

Durante a 15ª Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti MS observamos que nas rodas de conversas, nas oficinas, nas trocas de informação e de sementes, que se processaram na feira, ocorria a aproximação entre quem ofertava o produto e aquele que o buscava nas barracas, desenvolvendo-se conversas sobre os produtos e sobre como eles faziam parte da história dos agricultores que os comercializavam. De um modo geral, as pessoas pareciam muito interessadas em conhecer as experiências e saber a origem daquelas sementes e daqueles produtos. O ato da “compra”, quando se realizava, dava-se depois do ato da “troca” de informações. Ao analisarmos a relação que movia a troca ou a aquisição de determinado produto e/ou semente inferimos que, em primeiro lugar, estão as experiências relatadas pelas pessoas ofertantes de tais produtos, seguido então, pelo produto. Nesse sentido, há uma relação imbricada de que falamos anteriormente entre a semente, quem a produz e o contexto em que ocorre sua produção. São elementos interligados e não devem ser vistos em separado. As experiências consistem em elos que movimentam as trocas.

As oficinas e os minicursos na feira também possuem a via de transmissão dos conhecimentos, assentada em duas intenções: a primeira delas de criar um espaço para o debate sobre a questão da preservação das sementes e conservação dos produtos agroecológicos, como foi possível observar nas programações das diferentes edições da feira, que apresentamos no capítulo II. A segunda intenção está na valorização das práticas, visto que nas oficinas e nos minicursos, em seu desenrolar, suscitavam discussões e debates para

além do que os palestrantes traziam, abrindo para relatos das práticas, do fazer dos pequenos produtores de alimentos, valorizando suas experiências e reconhecendo suas atuações. Isso fomentava a atuação/formação política dos agricultores.

Assim, o que permeava os espaços das oficinas e minicursos envolvia não só apresentar e discutir os fundamentos e a viabilidade do modelo de agricultura proposto e expresso em suas práticas, mas apresentar a plataforma de luta pelo mesmo e constituir atores que se pensassem e se colocassem publicamente em defesa de seu modo de vida.

Atribuir significados às sementes faz parte de uma disputa, principalmente, pelo poder de reconhecer outras práticas, que não são homogêneas nem universais como o mercado intenta estabelecer, e a partir disso ressignificá-las. A feira é um espaço onde os significados são colocados em questão e se reconstróem num processo complexo permeado pela legitimidade dos agentes que o fazem. Nela podemos perceber os discursos que contestam e rejeitam as sementes transgênicas e o sistema agrícola que as utiliza, baseado no modelo da revolução verde, ao tempo que consagram e reconhecem as sementes crioulas a partir de várias propriedades e eventos, constituindo aspectos substanciais, simbólicos e de rituais próprios, no sentido de engendrar outras visões de mundo e formas de sociabilidades. Isto não significa que os agricultores frequentadores da feira usem somente sementes crioulas, mas que as valorizam.

A lógica está em fomentar o uso de sementes crioulas, valorizando saberes e fazeres dos pequenos na produção de alimentos, criando um cenário que poderá vir a resultar em mudanças, que poderá levar ao abandono e/ou diminuição no uso das sementes oferecidas pelo mercado. Esse fato fortalecerá outros aspectos, dentre eles a autoestima levando à autonomia.

Os sistemas simbólicos são reconhecidos frequentemente como instrumentos de dominação social. Bourdieu (2007b) afirma que estes servem interesses a particulares, mas tendem a se apresentarem como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. Valem-se da hierarquia e da integração da classe dominante para a desmobilização das classes dominadas, pela imposição a todos de visões particulares, aceitas como de interesse coletivo, ou seja, naturalizam a dominação.

No entanto, não são imutáveis e por isso podem subverter ou desnaturalizar uma dada ordem social, econômica e cultural. Os espaços da Feira de Juti, como destacado na fala dos entrevistados, proporciona essa desnaturalização, uma vez que lá ocorre a troca, não só de sementes, mas também de experiências, de saberes e de valores compartilhados entre os agricultores.

A feira de Juti recebe participantes de outros eventos vinculados às sementes crioulas, que para lá trazem contribuições, bem como a própria feira inspira a realização de outras feiras. Citamos como exemplo o caso da participação do coletivo triunfo³¹, que faz doações, participa de trocas e comercializa sementes durante a feira de Juti. Esse coletivo organiza a Feira Regional de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade, que acontece em São João do Triunfo, no Paraná.

Segundo Carmem et al. (2004), a realização desses eventos é correspondente em muitos locais, considerando que a época das primeiras feiras e de liberação oficial dos transgênicos coincide com o início dos anos 2000. A realização de feiras em outras localidades encontra nas práticas locais as condições objetivas para a sua realização. Os formatos de cada uma delas guardam relação com as posições culturais locais e intencionalidade dos sujeitos envolvidos.

3.3 As sementes fomentando sociabilidades e múltiplas trocas

O processo de preservação das sementes crioulas detém posição central na oposição entre a proposta de desenvolvimento da “Revolução Verde” e a proposta de revalorização dos conhecimentos tradicionais dos agricultores e, ainda, de garantia de um modelo de agricultura alternativo. É desta oposição de ideias que o pequeno produtor se constitui como “guardião de sementes”, sendo as práticas de troca de sementes assumidas e representadas como estratégias de preservação da biodiversidade, dos conhecimentos produzidos pelos agricultores e de sua identidade.

Na feira de Juti, durante os dias do evento, como ocorreu na 15ª Edição da Feira, em 2019, as sementes foram armazenadas em saquinhos plásticos, sendo identificadas cada variedade contida neles. Naquela edição,³² o Banco de Sementes Crioulas, que apresentaremos no próximo item, fez o elo na troca, entre a distribuição e o recebimento de sementes. Vejamos imagens daquele momento:

³¹ Disponível em: www.gazetadepalmeira.com.br/geral/as-pta-e-grupo-coletivo-triunfo-participam-da-13a-feira-de-sementes/, acesso em 03/02/2020.

³² Durante a 15ª edição, participei como monitor na feira, atuando e acompanhando os trabalhos desenvolvidos no banco de sementes.

FIGURA 30 – AS SEMENTES NO DIA DA FEIRA

Fonte: Fotografia registrada durante a 15ª Edição da Feira, em 2019.

FIGURA 31 – EXPOSIÇÃO DAS SEMENTES DISPONIBILIZADAS NA FEIRA

Fonte: Fotografia registrada durante a 15ª Edição, em 2019.

Nas imagens, vemos a formação de um grande mosaico, conforme mostra a figura 32, desenhado com cores diversas, devido à coloração, à quantidade e às variedades das sementes,

destinadas a serem distribuídas de forma gratuita aos participantes. Cada participante escolhia aquela que desejava, dependendo de sua necessidade, podendo escolher as sementes que perdera com o passar dos anos ou que desejava ter, ou simplesmente que gostaria de cultivar. Assim, ao longo do dia, o movimento era intenso no entorno da mesa que iniciava repleta de sementes, como nas imagens anteriores, e ao final da jornada se mostrava esvaziada. Desse modo, é perceptível a felicidade da pessoa que conseguia a semente tão desejada. Assim, as sementes seguiam caminhos diversos.

Fernandes et al. (2018) observam que, até a 12ª edição, a feira já havia resgatado 98 variedades de sementes crioulas, com destaque para as sementes de milho e feijão (FERNANDES, SACCOMANI, *et al.*, 2018). Em relato de experiência, durante a 13ª edição, Lobtchenko et al. (2017) destacam que:

Nessa edição da feira, observou-se que muitos agricultores acreditavam que necessitavam realizar um pagamento para receber as sementes (tal fato demonstra a inserção de novos agricultores a feira), e para muitos foi admirável poder levar gratuitamente as sementes para cultivar em sua propriedade, sendo notório a vontade de cultivar as sementes obtidas para trazer na próxima feira. Observou-se que os pequenos agricultores ao trazerem suas sementes sentem-se realizados por contribuir com o aumento da diversidade de sementes no banco. Também relataram suas formas de plantio e dificuldades, além de demonstrarem um grande interesse em obter sementes diferentes das que já possuem. Percebe-se que espontaneamente os agricultores assumem o papel de guardiões de sementes. Acredita-se que a Feira tornou-se um espaço de diálogo em favor da agricultura camponesa tradicional para trocas de sementes nativas e crioulas, e experiências em prol de sua conservação e reprodução, proporcionando novos conhecimentos que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. (LOBTCHENKO, *et al.*, 2017, p. 1).

Em relação à devolução de sementes, como mostraremos no próximo item ao analisarmos a atuação do Banco de Sementes, observamos que no banco foram instalados resfriadores para manterem as propriedades das sementes, garantindo condições favoráveis ao armazenamento. No entanto, mesmo diante da existência do banco em Juti, a feira ainda é o espaço e o momento onde ocorre significativa devolução de sementes durante os dias do evento, envolvendo pessoas que são oriundas de outros lugares do Mato Grosso do Sul, bem como de outros estados brasileiros e que para a feira se deslocam em caravanas.

Dessa forma, o sentido da feira emerge como *locus* da partilha de certa quantidade de sementes. Ou seja, o Banco de Sementes supre a necessidade local durante o ano todo por meio de trocas ocorridas sem dia marcado. Trata-se de uma troca não imediata e, também, não recíproca, pois não acontece na presença da pessoa que a doou, que parece indicar

compromisso de devolver. Muitas trocas na feira são realizadas como compromisso moral, de manutenção do elo no compartilhar, de receber e retribuir, mesmo que nesse ato não haja a preocupação com o equivalente (nem em quantidade nem em espécie).

As sementes devolvidas continham também a identificação dos agricultores ou das comunidades de onde vieram. Isso demonstra o aspecto cultural, isto é, demonstra que as sementes possuem histórias e trajetórias, como apontamos anteriormente, diferentes das sementes comercializadas pelas grandes empresas, as quais são identificadas apenas por códigos.

Ao assegurar junto à semente a sua procedência, ou seja, a história das sementes, identificamos a existência de uma relação de proximidade e de familiaridade com as sementes crioulas, pois cada semente possuía seu nome local e/ou familiar. Portanto, preservá-las remetia à preservação e manutenção da unidade da própria pessoa ou família produtora.

Assim, para entender a produção simbólica realizada na feira, há de considerarmos que ela se constrói em torno da celebração das sementes. Elas são utilizadas nos cartazes de divulgação do evento e, também, são ornamento dos diversos espaços da feira, aparecendo na arte dos cartazes e nas bancas de exposição das sementes destinadas à troca, convertidas desta forma em símbolos.

Além disso, as sementes representam o elo que possibilita a reunião de pessoas que nelas se reconhecem e em todos os sentidos a que remetem: grupo de pequenos produtores de alimentos, pessoas em busca de outro modelo de produção, reconhecimento da diversidade na produção, saberes cunhados no cotidiano vivido, no fortalecimento para a autonomia, dentre outros sentidos nutridos pelos participantes da feira. Isso ocorre, mesmo com as pessoas que participam da feira sem serem produtoras de alimentos, mas apoiadoras dos ideais da produção de alimentos ambientalmente saudáveis, revertidos para consumo da sociedade em geral.

As imagens de sementes crioulas, nos cartazes de divulgação das diversas edições da feira, como observamos no capítulo II, mostram a diversidade de formas e de cores, entre mãos humanas e cestos artesanais, além de explicitarem sentidos como o de resistência, de autonomia, de biodiversidade e de vida. Exemplo disso pode ser visto no cartaz da 15ª edição, elaborado a partir das sementes e vegetais disponíveis no banco de sementes.

A organização do espaço do evento procura colocar em destaque o elemento semente e, por isso, os objetos decorativos são compostos por sementes, transformadas em ornamentos e em variados produtos artesanais, os quais são usados na decoração e mesmo nos produtos comercializados no evento, vindos de diferentes lugares. Do mesmo modo, as sementes a

serem trocadas são dispostas de forma que suas cores e formatos fiquem em evidência. Podemos observar, na figura 33, o uso de sementes até mesmo na faixa de identificação do evento, disposta no portal que dá acesso à entrada do espaço da feira. A faixa foi confeccionada com sementes, bordando com elas cada uma das letras das palavras (ao invés de usar pincéis para escrevê-las, foram escritas com as sementes).

FIGURA 32 – ENTRADA DO EVENTO



Fonte: Fotografia registrada durante a 15ª Edição, em 2019.

A valorização das sementes passa pela explicitação de suas cores e formatos, sempre muito diversos. Contudo, como observa Risso (2007), todas as plantas e utensílios do trabalho rural são passíveis de serem convertidos em símbolos de luta e relação das pessoas entre si e com as sementes. Neste processo, mesmo sementes sem valor utilitário recebem destaque por seu valor estético, como na faixa com o nome da feira na entrada do evento.

Marcel Mauss (2005) é o autor mais conhecido sobre a teoria da dádiva e atualmente está sendo referenciado para interpretar os fundamentos da solidariedade e das alianças. Para Martins (2005), uma das contribuições centrais de Mauss para a Sociologia:

Foi demonstrar que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social. Ele chegou a esta compreensão a partir da análise das modalidades de trocas nas sociedades arcaicas e da verificação do fato de que essas modalidades não

são apenas coisas do passado. Isto é, Mauss entendeu que a lógica mercantil moderna não substitui as antigas formas de constituição dos vínculos e alianças entre os seres humanos e constatou que tais formas continuam presentes nas sociedades modernas. (MARTINS, 2005, p. 46).

Ao escrever sobre a troca, Mauss (2003) sustenta que ela não implica somente mercadorias úteis economicamente, envolvendo também prestígio e reconhecimento. No caso específico da Feira de Sementes de Juti, o que emerge no ato da troca é o reconhecimento de cada um em guardar determinado tipo de sementes e de compartilhar sua propagação, numa relação de confiança que se baseava na crença de que esses agricultores, assim, preservariam seu “modo de vida tradicional”.

Neste sentido, podemos olhar para o sistema de trocas de sementes na feira como uma troca de dádivas que tem seu sentido sustentado em uma relação de reciprocidade, ou como denomina o autor no “espírito da dádiva”, que fundamentaria essas relações de reciprocidade. Essa perspectiva fica evidente no relato de Wagner da Rosa:

A feira contribui com a produção dos pequenos nos assentamentos principalmente pelo fato de elas de alguma forma estimular para que os próprios agricultores produzam suas sementes e não fique na dependência do mercado das grandes empresas das multinacionais para comprar as sementes, sementes que só podem ser cultivadas uma vez e não podem ser multiplicadas. Isso garante uma certa autonomia para os Camponeses, mas além disso a feira é um espaço também cultural de troca de Saberes e conhecimentos. É onde os agricultores tem oportunidade de tocar conhecimento em relação ao cultivo de certas plantas pragas que eles encontram. É uma forma inclusive de fazer com que os próprios camponeses aprendendo entre eles mesmo trocando experiências. (Entrevista com Wagner José da Rosa, gravada em 24/09/19).

Ao analisar a feira de sementes, é importante que se olhe para a Dádiva no que diz respeito à sua influência na mística dos movimentos sociais do campo, principalmente, daqueles que tiveram a influência da CPT. É aqui que acrescentamos os ideários das sociedades utópicas como referentes mobilizados em defesa das sementes crioulas. A transformação da sociedade via instituições alternativas figura no Brasil, pelo menos nas organizações do campo, desde o início do movimento pela agricultura alternativa, como observado no capítulo I (MONTEIRO; LONDRES, 2017). A influência dos movimentos não pode ser esquecida quando se trata de compreender as bases que orientam as ações do movimento agroecológico e a própria realização da feira.

As sementes são tratadas como riqueza que haveria de ser preservada e compartilhada de forma solidária. Tais orientações levam à constituição da figura dos guardiões e guardiãs

de sementes, e que nos dias atuais tem se fortalecido com novas formas, como na instauração de bancos de sementes. Neste caso, a produção de sementes crioulas pelos guardiões contribui para estabelecer os mecanismos de produção e troca, e os bancos de sementes possibilitam a conservação dessas sementes. Por isso, compreendemos que o Banco de Sementes de Juti, instalado nos últimos anos, emergiu da força fomentada no âmbito da feira, como veremos no próximo item.

3.4. Banco de Semente

O Banco Comunitário de Sementes Crioulas Lucinda Moretti foi inaugurado no ano de 2015, em Juti, e recebeu o nome da irmã Lucinda Moretti, idealizadora da Feira de Sementes Nativas e Crioulas, como forma de homenagem pelo seu trabalho em defesa da agricultura familiar e da agroecologia.

Sua instalação ocorreu por meio da aprovação de um projeto intitulado “Bancos de sementes crioulas: uma estratégia para a conservação de agrobiodiversidade de comunidades rurais em Mato Grosso do Sul”, aprovado em edital público, pela Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CTAMAZÔNIA/ CNPq N° 48/2013 (PEREIRA, et al., 2009), numa parceria entre diversos Ministérios e com o CNPq, evidenciando o fomento do estado brasileiro naquele período, com políticas públicas que reconheçam o potencial dos pequenos produtores de alimentos, como destacamos no capítulo I.

A submissão da proposta ao recurso público, por meio de edital, foi encaminhada pela atual coordenadora da feira, Professora Zefa Valdivina, que pela via institucional da UFGD, criou meios para intensificar o esforço com a feira e a propagação das sementes. Naquele momento, avaliava com a equipe local a importância em constituir canais contínuos no partilhar e no receber sementes, para além da feira.

A proposta previa a instalação de três Bancos de Sementes em Mato Grosso do Sul, a saber: um banco no município de Juti, outro na aldeia Aldeia Te'yi Kue, no município de Caarapó (MS) e um terceiro banco de sementes no Assentamento Eldorado, no município de Sidrolândia (MS). Após a aprovação da proposta, os três bancos foram instalados³³. Isso demonstra a ampliação e a importância da rede de parcerias na organização da feira, como meio para propagar seu alcance. O banco de Juti funciona também em parceria com a

³³ O banco de Sidrolândia foi transferido para a comunidade indígena de Dourados, no ano de 2019.

prefeitura municipal, a qual cedeu o terreno para a construção do banco. Vejamos imagens do Banco de Sementes:

FIGURA 33 – BANCO DE SEMENTES DE JUTI



Fonte: Fotografia registrada durante visita ao Banco de Sementes, em 2019.

O armazenamento de sementes é uma prática que os agricultores e suas famílias desenvolvem há milênios, e por sua vez permitiu que cultivassem um grande número de diferentes variedades locais, que foram sendo adaptadas a diferentes condições ambientais e climáticas.

Os bancos de sementes comunitários apareceram pela primeira vez no final da década de 1980, estabelecidos com o apoio de organizações não governamentais internacionais e nacionais, sendo considerados como meios para propagar as sementes e, também, para melhor armazená-las. A conservação das sementes dá-se pela temperatura existente nas câmeras frias. Assim, evita-se a deterioração das sementes e asseguram-se maiores probabilidades para a germinação, quando de seu plantio.

No Brasil, em meados da primeira década do século XXI, período em que os movimentos sociais rurais pautavam para o Estado a necessidade de políticas de fomento para a pequena produção, voltadas ao reconhecimento de suas práticas, houve aumento nos incentivos das experiências com produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, como destacado no capítulo I. Nesse bojo, o Estado fomentou tais demandas (até 2015), com incentivos para a valorização das sementes crioulas, resultando no fomento para a instalação

de bancos de sementes.

O banco de sementes crioulas Lucinda Moretti nasceu como resultado da feira e das parcerias que a feira foi incorporando, dentre elas com a UFGD. Atualmente é um espaço que desempenha papel fundamental na região, visto que atende de forma contínua à distribuição de sementes, podendo qualquer pessoa ser atendida.

Bianchi (2018) nos mostra que os bancos de semente da comunidade podem desempenhar múltiplas funções, sendo normalmente projetados e implementados para conservar, restaurar, revitalizar, fortalecer e melhorar os sistemas locais de sementes. Suas funções variam de acordo com os objetivos estabelecidos pelos seus membros, os quais podem voltarem-se para o aumento da conscientização e da educação das pessoas.

O banco comunitário de sementes Lucinda Moretti fornece parte das sementes que serão trocadas na feira. Essas são acessadas de forma gratuita pelos os agricultores, os quais se comprometem, após o plantio, em devolver o dobro da quantidade que retiraram no banco. Assim, possibilita-se ampliar a quantidade de sementes armazenadas pelo Banco e, também, ampliar a propagação das sementes, atendendo a um maior número de interessados.

Durante viagem de campo para realização da pesquisa, visitando o espaço do Banco de Sementes de Juti, entrevistamos a guardiã de sementes Leila Cristini Dorce, que é assentada em Juti, produtora de sementes e atualmente responsável pelo atendimento no Banco. Ao ser perguntada sobre o funcionamento do banco de sementes, ela nos disse que:

O produtor vem aqui pega a semente, leva e devolve o dobro que ele pegou. Um litro ele vai lá planta, colhe e traz, mas se acontecer algum acidente e ele não conseguiu colher, se houver uma seca, ele pode me dar outra semente [...], mas geralmente eles vêm e me devolve mais do que eles pegaram. Ou se aconteceu alguma coisa, ele vem me traz outra semente, é bem flexível. A nossa região é de uma terra bem fraca, muitas coisas que se planta não sai muito bem. Então a gente vai mudando algumas coisas e trazer umas leguminosas para eles ir. Devagarzinho a gente vai indo, brigando com os transgênicos, mas tem ido [...] Agora com o banco de semente e esse espaço aqui, a vantagem é que eu consigo conservar também aquelas coisas que não são só sementes: batata do doce, mandioca e inhame, que eu não consigo guardar ela de um ano para o outro sem ser na câmara fria. Esse espaço também ajudou nisso, a conservar aquelas variedades. Isso também ajudou bastante (Leila Dorce, Entrevista gravada em 20/02/2019).

O Banco representou grande importância para os agricultores, à medida que possibilitou o armazenamento e a conservação de sementes para serem ofertadas durante todo o ano. Além das sementes, produtos outros que quando conservados sob condições adequadas mantêm as propriedades para posterior cultivo, assegurando possibilidades melhores de

germinação, como a batata doce e a mandioca. A instalação do banco mudou a finalidade principal das pessoas da região em relação aos dias de feira, conforme relato de Leila, responsável pelo atendimento no Banco:

O fato da gente estar construindo o banco nesse intervalo de tempo não ficou só a época da Feira, troca da semente né... Então o banco tá aqui... Então eles precisam, eles vem... Então eles vem para feira, o pessoal daqui da região... eles vem mais para conhecer coisa diferente... para aprender coisas novas... porque essa troca de sementes eles fazem aqui, o ano todo. Tempo todo, qualquer dia eles vêm aqui e troca, pega, leva e depois devolve. Então, nos primeiros anos antes de ter o banco, tinha mais essa coisa deles vim para pegar semente mesmo (na feira). Claro que as pessoas vêm e trazem coisas diferente, então se você quer ver coisa diferente... ou alguma coisa que você tinha que você já não tem mais... Então, mas para os produtores rurais é muito importante (Leila Dorce, Entrevista gravada em 20/02/2019).

No relato de Leila, vemos mudança com o Banco no que se refere aos pequenos produtores locais que, anteriormente, participavam da feira buscando a troca de sementes e hoje dela participam movidos pelos conhecimentos que lá são partilhados. No entanto, isso não significa que não ocorra mais as trocas, essas ainda movimentam a feira, especialmente pelos participantes externos, que chegam à feira com a finalidade de nela compartilharem sementes, auxiliando com as doações, até mesmo favorecendo o estoque armazenado pelo Banco de Sementes, que se reverte à comunidade local em outros períodos do ano.

Associada às sementes advindas da feira, ou de colaboradores locais, o banco mantém volume significativo de sementes procedentes de assentamentos e aldeias da região. Após o recebimento das sementes no Banco, elas são armazenadas em potes de plástico transparentes com tampa, em sua maioria em garrafas pets reaproveitadas ou também em sacos plásticos. Após a realização da etapa do acondicionamento, os potes recebem a identificação e a procedência das sementes, além de serem fotografadas e classificadas com os nomes populares fornecidos pelos agricultores. Após esses procedimentos, são acomodadas/estocadas em câmara fria, como demonstrado na figura 35.

FIGURA 34 – CÂMARA DE ARMAZENAMENTO DE SEMENTES



Fonte: Fotografia registrada durante visita ao banco de sementes, em 2019.

Os bancos de sementes da comunidade são um passo em direção à catalogação e conservação de importantes variedades tradicionais, como também servem para orientar a comunidade agrícola em relação às técnicas de conservação e de cultivo das culturas e das variedades tradicionais, bem como de sua importância em seus potenciais nutricionais. Além disso, auxilia a promoção do manejo de pragas de forma orgânica (NAVDANYA, 2018)

Vernooy (2015) aponta que há diversos bancos de sementes espalhados por vários países. Alguns desses estão altamente focados na conservação da biodiversidade agrícola, incluindo a revitalização das variedades locais perdidas. Outros bancos dão prioridade à conservação, ao acesso e à disponibilidade de diversos tipos de sementes e materiais de plantio adequados para vários domínios agroecológicos, principalmente, para agricultores locais.

Além dessas duas funções principais, outras emergem, como promover a propagação das sementes, visando à soberania alimentar, outro elemento central de alguns bancos comunitários de sementes (VERNOOY et al, 2015, p. 20).

O Banco de Sementes comunitário de Juti foi criado no mesmo período de outros dois bancos que foram instalados em Mato Grosso do Sul, visto que, como apontamos, o projeto aprovado junto ao CNPq previa a instalação de três bancos, sendo eles: o banco de sementes de Juti, o banco comunitário da aldeia Aldeia Te'yi Kue, no município de Caarapó (MS) e o

banco de sementes no Assentamento Eldorado, no município de Sidrolândia (MS).

Segundo Pereira, et al. (2019, p.1), esses bancos “atualmente contam com aproximadamente 150 variedades de sementes, destacando-se 60 variedades de feijão, 30 variedades de milho crioulo, e variedades de amendoim, soja e de plantas adubadoras do solo.” Além disso, “contam com 300 associados e prezam fundamentalmente pelo papel do agricultor na conservação das sementes crioulas e da Agrobiodiversidade” (PEREIRA, et al. 20).

Vernooy et al (2015, p. 21) apontam que na prática, exceto em alguns casos, os bancos comunitários de sementes armazenam sementes apenas por uma temporada e regeneram sementes a cada ano através de vários outros mecanismos (VERNOOY et al, 2015, p. 21).

Para Santilli (2015, p. 238), o desenvolvimento de bancos comunitários de sementes constitui uma forma dos pequenos agricultores superarem a insegurança em relação ao acesso às sementes, de aumentarem a autonomia dos seus sistemas de produção e, assim, promoverem meios de subsistência. Esse sentido é corroborado por Olacio Komori, responsável pela APOMS, que em entrevista manifestou-se assim:

A semente é um símbolo da independência, porque a questão das grandes empresas produtoras de sementes de está se empoderando de todo esse material com alguma vantagem. Estão promovendo aí as suas modificações e registrando tudo com patentes. Quer dizer: um bem que era de bem comum da humanidade para produzir, agora tem se reduzido muito as variedades. Há poucas variedades com a questão do registro. Assim, se alguém quiser usar vai ter que pagar aí algum tipo de benefício para essas empresas que estão se empoderando. Se defender a semente crioula é uma forma de resistência. Eu acho que a feira tem esse papel aí também, de trazer essa independência do agricultor em relação a semente, ao seu sistema produtivo. Eu acho bastante importante (Olácio Mamoru Komori, entrevista gravada em 19.10.2019).

Uma das principais funções desses bancos é assegurar o acesso às variedades locais em quantidades suficientes e no momento certo para plantio, devolvendo aos reservatórios dos bancos uma porcentagem no momento da colheita. Esse aspecto vem sendo assegurado com o banco de sementes de Juti, o qual depende do esforço conjunto de diversos segmentos sociais, como a parceria com a UFGD, o CNPQ, a Prefeitura de Juti e, especialmente, com os pequenos produtores de alimentos, que no banco buscam e levam sementes.

3.5. O papel da universidade na Feira

No formato para a organização da Feira de Juti é possível observarmos que, a partir das redes de parcerias estabelecidas ao longo do evento, outras iniciativas foram sendo desenvolvidas conjuntamente pelos atores e atrizes na região, as quais decorrem de experiências acumuladas ao longo dos anos, nas diversas edições da feira, como também de outros motivos, como, por exemplo, o falecimento de sua mentora. Houve a ampliação da rede envolvida com o evento, incorporando diferentes sujeitos e isso imprimiu mudanças em sua organização, sem que essas implicassem no abandono do tema central da feira, que são as sementes.

Sua criação deriva da própria tradição da Igreja Católica, que em Juti, na figura da Irmã Lucinda, integrante da CPT, cultivava dias festivos e simbólicos em comunidades rurais e, conseqüentemente, a disposição à mobilização dos agricultores em torno destes formatos.

Com a finalidade do encontro e da partilha, que se remetem aos referenciais da Bíblia e da Igreja Católica, foi criada a Feira de Juti, que no decurso de suas edições passou por mudanças na sua estrutura, motivadas por diferentes situações, como aponta uma de suas organizadoras, Leila Dorce:

Quando a irmã Lucinda estava viva ela que fazia essa ata... fazia as reuniões... a gente participava não com tanta influência digamos assim né? Mas quando ela morreu, eu e a Zefa, que a Zefa já vinha trabalhando já a umas três ou quatro feiras antes do falecimento dela (Irmã Lucinda), mas aí nós pensamos: “agora, vamos ter que fazer” ... Ela (feira) vai ter que tomar um outro rumo, porque era muito mais pelo lado da CPT, mais pelo lado das Irmãs São José ... uma coisa mais com a cara delas ... Eu vejo que ela (feira) passou a ter uma outra carinha assim ... Aí veio a faculdade com mais força, mais cursos, minicursos, mais assim com profissional da EMBRAPA, tanto da faculdade, de outros órgãos e não tanto da CPT. Porque antes vinha mais experiência de produtor uma coisa mais assim. Aí nós passamos a ser mais técnica, eu acho... Que aí passou a vim mais profissionais com coisas novas, com coisas diferentes. Ela teve outro foco, mas assim, continuou mantendo a semente. A doação de semente, o orgânico... continuou com a mesma.... Ela não perdeu a essência entendeu. (Leila Cristini Dorce, entrevista gravada em 20/12/2009)

A assentada Leila faz um balanço das mudanças que se processaram com a feira de Juti, indicando que, ao longo das edições, houve mudanças, passando da etapa das experiências dos produtores, nas primeiras edições, para o viés técnico das parcerias que foram chegando nas edições que se sucederam.

Houve mudanças no formato e na metodologia do evento, incorporando oficinas, minicursos, palestras, apresentação de trabalhos, aumentando o número de dias, de participantes vindos de diferentes estados brasileiros, bem como de pesquisadores do tema, de

representantes institucionais, dentre outros que na feira passaram a se fazer presentes. No entanto, mesmo diante desse novo modelo de organização do evento, a essência foi mantida, como indica Leila, ou seja, as sementes são o fio condutor do evento, assim como tudo que as envolve: a partilha da semente, a produção orgânica –, os elos que movimentam a feira. Essa transformação também foi observada por Olácio Komori, representante da APOMS.

[...] isso tudo foi coordenado e realizado pela CPT, Comissão Pastoral da Terra, que realmente foi a base para o início da feira de Juti e hoje devido as diversas dificuldades que a CPT tem passado, de diminuição de recursos, de pessoas mobilizadoras, tem diminuído um pouco, acredita, sua capacidade de mobilização. E aí a feira tem se fortalecido mais com apoio da universidade, de outros parceiros, a base. A CPT trabalha bastante, mas parece que ela tem uma participação menor como realizadora. Outro ponto, a APOMS, ela tem como uma entidade parceira. A gente nem tem conseguido acompanhar de perto todas as discussões da organização da feira, mas a nossa base são os agricultores. A nossa base é agroecologia e a gente se sente, assim, bastante privilegiado em poder aparecer como uma organização que também participa da feira. Eu particularmente, o nosso grupo tem feito um trabalho de fazer uma doação para ajudar a alimentação da feira, porque a alimentação vem da doação dos agricultores, porque a gente vai conversando com eles durante o ano (Olácio Mamoru Komori, entrevista gravada em 19.10.2019).

É preciso destacar que o falecimento de Irmã Lucinda que fazia o elo local culminou com mudanças ocorridas no interior da CPT, a qual não mais recebia apoios da Igreja Católica em termos de fomento e de diretrizes de atuação. Por isso, as ações das equipes que constituíam a CPT ficaram enfraquecidas, se comparadas com aquelas da década de 1980, quando havia uma diretriz do Vaticano que subsidiava e incentivava essa atuação. Esse aspecto aparece nas entrevistas realizadas por nós durante a pesquisa, como aponta Vanilton Camacho, representante da CPT:

A CPT, por conta de vários fatores, realmente financeiros, que foi acabando os projetos e a CPT reduziu totalmente. Quem ainda está, está voluntário [...] Internamente a gente tem refletido o seguinte: “a gente pariu o filho, mas o filho foi pro mundo, agora tomou uma outra dimensão” [...] hoje a CPT, por conta de pernas mesmo, a gente não consegue, em que preze, está lá na realização a CPT (da feira), mas pecamos porque nós não temos recursos as vezes para ir na reunião. Então quem acaba indo nas reuniões quando está por aqui é o padre Adriano. Eu não consigo até por conta do meu trabalho e que não dá para a gente conciliar tudo. (Vanilton Camacho da Costa, entrevista realizada em 27/07/2019).

Pelos relatos anteriores, é possível perceber a redução dos membros da CPT atuantes junto à comissão organizadora da feira, principalmente, pela redução de pessoal ligado aos

seus quadros e, também, pela falta de recursos financeiros. Nesse formato, podemos considerar a Feira de Juti como singular, pois ela passou a ser coordenada pela universidade, que possui uma solenidade mais formal em relação ao modelo de eventos.

O diferencial da Feira de Juti, se consideradas as mudanças em relação às primeiras edições, é a presença de mais instituições do Estado. O evento caracteriza-se como um espaço que passou a congregar também especialistas, os quais se juntam na valorização das sementes crioulas, de forma que a feira constitui-se num espaço dentro do Estado, onde o tema sementes crioulas ganhou prestígio e credibilidade.

A atuação da Universidade Federal da Grande Dourados na organização do evento, como aponta a assentada Leila, vinha ocorrendo em conjunto com a Irmã Lucinda. Quando de seu falecimento e diante das fragilidades da CPT, bem como das dificuldades enfrentadas pelos assentados em assumirem a organização do evento, a Universidade assumiu a coordenação, juntamente com as demais lideranças de assentados para que, assim, a feira continuasse, como apresenta a professora Zefa Valdivina:

Eu comecei com a feira, mais ou menos em 2009, quando eu fui convidada. Eles me convidaram para dar uma palestra na feira. Quem me apresentou para a irmã Lucinda foi a Liliane da AGRAER, que me levou para Juti. Me levou para conhecer, porque tinha uma área lá para recuperar. Era outro contexto. Aí ela me chamou para dar uma palestra na feira, para dar um minicurso na feira, e foi aí que eu conheci. Então, no primeiro ano eu fui dar uma palestra só. Ai depois eu comecei a participar com eles, a gente iniciou um trabalho de recuperação lá no córrego Santa Luzia, junto com a irmã Lucinda. E aí que eu comecei a participar de toda a feira com ela, a dar ideia. Aí, num ano a gente já envolveu os alunos para participarem. Ai que eu comecei devagar, era ajudando-a e depois quando ela acabou falecendo a gente acabou assumindo completamente a feira. (Entrevista com Zefa Valdivina Pereira, gravada em 17/12/2019).

A fala da professora Zefa mostra as parcerias que permeiam a feira e a comunidade na realização do evento, pois extrapolam o contexto dos dias do evento. Ela chegou naquele local para ações com a comunidade, direcionadas à recuperação ambiental. São as teias de temas, problemas e necessidades que compõem o evento.

No entanto, é inegável a mudança no formato do evento em termos de programação, especialmente nos formalismos das mesas de debates, os quais compõem os contextos acadêmicos e que foram sendo incorporados na programação, assim como a modalidade de apresentação de trabalhos, também elementos acadêmicos. Por outro lado, ocorreu a ampliação de sujeitos participando desse momento, no multiplicar do alunado da universidade, que por meio da feira passou a conhecer o universo da pequena produção de

alimento, num movimento que pode resultar na multiplicação de sujeitos em defesa de outro modelo de produção. Segundo a professora Zefa, são os:

[...] alunos que ajudam, que todos, principalmente a Biologia e a Gestão Ambiental (cursos oferecidos pela UFGD), porque estão mais perto, fazem parte da FCBA (Faculdade da UFGD), de modo geral os alunos que começam a participar, vão todos os anos. Eles não abandonam. Aquele que vai no primeiro (ano de curso), ele vai até terminar a graduação e alguns até no mestrado continuam indo, e mesmo depois. Eles se identificam com a ideia da feira, com a troca e acabam participando. Sempre tem gente nova participando também ... A gente teve época de ter uns 80 e poucos alunos trabalhando na organização. (Entrevista com Zefa Valdivina Pereira, gravada em 17/12/2019).

A atuação da Universidade está no sentido do fortalecimento para a própria manutenção da Feira de Juti, envolvendo alunos, pesquisadores, propagando as ideias da feira, aspectos que podem se constituir como elementos que mantêm sua realização, mesmo com mudanças em seu formato. É a soma das parcerias e dos saberes e nelas devendo nos atentar para que não emergjam hierarquias, as quais possam acabar por neutralizar uma das partes, como expressado por Rosemeire Aparecida de Almeida:

Eu destacaria essa conexão entre esse saber popular e o saber científico. Eu acho que isso é muito importante. É preciso manter esse espírito da feira, que ela nasce como uma iniciativa da CPT. E aí tem a Universidade, também vai junto com a EMBRAPA, se aproximando para dar também esse apoio que é fundamental, sem que aja uma sobreposição, porque não pode ser uma feira da universidade para os camponeses. Continua sendo essa que Boaventura vai chamar de Ecologia de saberes essa rede. A feira como uma rede mesmo, que permite entrelaçar os saberes, afastando qualquer tipo de sobreposição ou hierarquia. Acho que isso tem dado certo e tem dado periodicidade e longevidade (para a feira de Juti). Porque também é preciso recurso neste cenário que nós estamos. Quanto mais às instituições se achegarem, quanto mais elas se fortalecerem nessa teia, mais condições para permanência terá. (Rosemeire Aparecida de Almeida, entrevista em 29/10/2019).

A soma de parcerias é um processo de constante avaliação que requer analisar todos os aspectos que constituem os ideais de seus partícipes e, assim, combinar saberes essenciais para os tempos atuais, como aponta a assentada Rosângela Ávila:

[...] ali na feira a gente tem as trocas de mudas, trocas de semente. Nós temos trocas de conhecimentos também teóricos, com as oficinas. Troca de conhecimento assim de relatos entre os produtores. Isso a gente vê o tempo todo durante o tempo em que a feira acontece. Então, isso é muito importante né? Então, eu acredito que a feira ela vai além daquele espaço e tempo. (Entrevista com Rosângela Fátima Correia Ávila, gravada em 29.10.19).

A fala de Wagner corrobora com esse aspecto, indicando as parcerias como essenciais não somente para a periodicidade e longevidade da feira, mas também para fomentar mudanças nos próprios parceiros que constituem a organização da feira.

A importância da parceria com Universidade, a importância de professores dedicados a extensão, que querem ver a sociedade diferente não somente na produção acadêmica, não ficar cerrado dentro da universidade produzindo academicamente, mas que vai até as pessoas, até as comunidades. Eu acho que isso para mim é uma das coisas mais importantes que a gente fala de universidade. A universidade também se desloca e mostra para a sociedade, dá o seu retorno. Isso é muito bonito. Nós temos colegas que foram parceiros, que entraram na graduação, na feira de Juti participando, e que já terminaram o doutorado e que continuam. Estiveram participando e tem alguma relação ainda com a feira, até os dias de hoje. (Entrevista com Wagner José da Rosa, gravada em 24/09/19).

Interessante observarmos que no processo de realização das entrevistas para a pesquisa, as pessoas entrevistadas demonstraram entusiasmo e reflexão ao falarem das parcerias, fazendo do momento das entrevistas a oportunidade de um balanço sobre as atuações de cada parceiro e de suas próprias atuações, como podemos observar no pensamento de nossos entrevistados:

Eu sempre defendi a ideia de que a gente deveria ter um projeto mais abrangente sobre esse tema. Envolvendo os diversos projetos, envolvendo os diversos bancos de sementes, com ações programadas durante o ano, e que uma vez por ano esses bancos de sementes pudessem se encontrar para fazer uma avaliação, para fazer uma reflexão e planejar o próximo período, inclusive fazer trocas né, de sementes e de experiências. Então eu consideraria fundamental a feira, se o momento de um encontro uma vez por ano, dessas iniciativas que aconteceram nas comunidades, aí centralizados nos bancos de sementes, evidentemente que a feira não precisaria, não deveria ser só com esses bancos de sementes, poderia abranger produtores que estão ligados aos bancos sementes, outras organizações que participam de todo esse movimento né, que tem a questão da agroecologia, a questão da universidade participando destas iniciativas, mas que a feira fosse o encontro anual dessas iniciativas espalhadas pelo estado e que trabalha com o tema da sementes crioulas, adubação verde e agroecologia. Um evento anual de certa forma já é isso mesmo. Os agricultores uma vez por ano eles fazem questão de voltar para Juti, mas durante o ano eles estão bastante desligados né... Eles estão isolados das iniciativas. Acharia interessante organizar as bases, organizar os bancos de sementes, criar uma metodologia de reuniões mensais ou atividades mais localizadas e uma vez por ano fazer esse grande encontro em Juti, para que a gente possa se fortalecer. Pela pergunta eu consideraria isso fundamental para longevidade da feira e a promoção desse intercâmbio, o que fortaleceria o tema das sementes crioulas aqui no estado do Mato Grosso do Sul. (Olácio Mamoru Komori, entrevista gravada em 19.10.2019).

Emergiram, então, falas apontando para ideias e novas propostas para as próximas edições, por exemplo, a de como poderão fortalecer a equipe de organização e o próprio evento. A atual conjuntura de controle orçamentário, pela qual o Governo Federal objetiva a privatização das atividades universitárias, colocando-as sobre o controle do mercado, tem diminuído as ações de extensão universitária e, conseqüentemente, os editais de fomentos para essas ações. Nesse sentido, percebemos que a feira vem passando por um novo momento de reconfiguração, expressa pelas falas destacadas.

E aí a nossa ideia ano que vem, se conseguir, é fazer transmissões ao vivo [...] e aí a gente consegue disponibilizar para as pessoas os minicursos e as palestras. A gente tem pensado muito nisso, talvez não todos os minicursos. [...] ter uma sala de depoimentos. É interessante, imagina a gente conseguir uma transmissão ao vivo e as pessoas ir fazer esse depoimento, que legal que seria [...]. Com esse modelo novo que nós estamos de gestão, a gente vai ter que arrumar estratégias para se virar, para não morrer. Não vai vir recursos. Não vai abrir editais no CNPQ. A gente não vai mais ter dinheiro. Se a gente quiser (organizar a feira), a gente vai ter que se manter de alguma forma (Entrevista com Zefa Valdivina Pereira, gravada em 17/12/2019).

A manutenção deste formato, mediado pela universidade, mostra-se efetivo à medida que o envolvimento de representantes da universidade, do poder municipal e estadual obriga-os a se posicionarem publicamente em apoio à luta em prol das sementes crioulas. No entanto, isso não é uma certeza para sua continuidade.

A feira, portanto, tem feito um movimento que direciona os representantes da administração pública a legitimar o trabalho local em prol das sementes crioulas. Como a feira de Juti alcançou notoriedade e hoje integra a agenda de eventos do estado de Mato Grosso do Sul e do município de Juti, as autoridades governamentais se veem obrigadas a valorizar essa experiência, fato que poderá reverter em maior fomento para essa ação.

Organismos de Estado voltados à pesquisa e ao ensino são mobilizados, ou seja, a ciência é chamada a compor com os guardiões de sementes. A presença de pesquisadores e professores das universidades, UFGD, UNIGRAN, UEMS, ANHANGUERA e dos órgãos de pesquisa, EMBRAPA, AGRAER, cada vez mais destacados na feira, revela sua força de mobilização.

Ao mesmo tempo, confere-se ênfase ao papel estruturante das políticas públicas, buscando-se orientar a mobilização para sua efetivação. As organizações e redes, que se situam nesta arena, disputam, sobretudo, os capitais culturais, representados pela ciência, pelos serviços de extensão rural, pelos partidos e pelas organizações populares. Cabe, no entanto, atentarem para que o mercado não se aproprie desse cenário e, assim, que os

pequenos possam assegurar a propriedade de seus saberes. Por isso, a importância no apoio das parcerias que corroboram desse ideário, fortalecendo a rede de apoio e dando longevidade e periodicidade à feira. Se ela angariar forças, só o tempo dirá, a depender das parcerias e da mobilização política das pessoas que fazem e participam do espaço da feira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o papel desempenhado pela Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti (MS), no âmbito da pequena produção de alimentos, analisando a rede de sociabilidades e de intercâmbio de saberes que vem produzindo por meio do resgate e da propagação de práticas tradicionais de produção, com ênfase na troca de sementes crioulas.

Buscamos compreender em que sentido são construídos encaminhamentos com a feira e se ela configura autonomia no saber-fazer dos pequenos produtores que dela participam, parte significativa de pessoas dos assentamentos rurais e das comunidades indígenas de Juti.

A feira de Juti transcorre numa dinâmica territorial/regional marcada pelo latifúndio e de produção exportadora. Lá são realizados eventos anuais, reunindo em seu contexto um público e um conjunto de experiências heterogêneas, numa rede de sujeitos com o objetivo de resgate, promoção e propagação das sementes crioulas, tradicionalmente utilizadas na pequena produção.

Os participantes das feiras agroecológicas são um grupo heterogêneo de homens e mulheres que se reúnem em torno do termo “agroecologia” e de saberes tradicionais, agregando elementos próprios a uma disputa que é comum a todos, de autonomia em relação às empresas e à modernização agrícola. Tal perspectiva permite que percebamos a feira como um espaço com capacidade de reunir as pessoas que dela participam, para buscar relevância política e dar visibilidade às suas pautas, ampliando assim estratégias de resistência e preservação das sementes crioulas. Além disso, reduzem o uso das sementes geneticamente modificadas ou híbridas, praticando o cultivo com prioridade de sementes crioulas, lançando mão de conhecimentos e valores obtidos de seus antepassados, da observação do ambiente e de seus ciclos naturais, da seleção de espécies mais fortes, do manejo de adubação natural, entre outras.

Há a preocupação com o bem-estar coletivo, e pretende-se romper com a lógica da competição e maximização de interesses individuais. Esse elemento esteve presente no processo de criação da Feira de Juti, principalmente, quando analisamos as mensagens que foram os fios condutores de cada edição da feira, manifestas nos cartazes de divulgação.

Na feira de Juti, os participantes conseguem trocar sementes, sem a necessidade de pagar por elas, pois pelo intercâmbio oferecem aquelas que produzem e recebem outras em troca, aquelas que gostariam de cultivar. Esse movimento facilita a obtenção de sementes saudáveis, porque as sementes crioulas não contêm adição de insumos e/ou carga de mudança

genética, aspecto que não possuem as oferecidas pelo mercado. Essas características, além de promoverem autonomia em relação ao mercado, no quesito da obtenção das sementes, contribuem sobretudo para a produção de alimentos saudáveis, com base orgânica e agroecológica, nutrida pela memória e pelas experiências dos guardiões de sementes.

Outro aspecto importante da feira está na sociabilidade que nutre participantes de diferentes regiões de Mato Grosso do Sul e de fora dele. Eles compartilham conhecimentos na dinâmica da organização da feira, seja nas oficinas, seja nos minicursos e nas palestras direcionadas a apresentarem práticas com cultivos de produtos, bem como nas conversas e relatos de experiências entre participantes.

Cabe ressaltar que o tema das feiras de sementes crioulas é de importância nos dias atuais, mesmo que as feiras tenham sido eventos presentes na história das sociedades, especialmente no meio urbano, mas ainda hoje são importantes segmentos de comércio e de trocas de produtos diversos, como sementes, saberes e experiências. Isso se contrapõe ao que havia até as décadas de 1980 e 1990, quando parecia ter sido superada a ideia do guardar sementes, especialmente, porque foi um período de intensificação na modificação das espécies, em busca de mudança genética que resultasse em variedades modificadas, as quais trouxessem maior produtividade. Isso ocorreu e o mercado passou a controlar a circulação de sementes.

No entanto, nas primeiras décadas do século XXI, temos um movimento contrário ao domínio do mercado, com o retorno das feiras que reúnem produtos com base orgânica e agroecológica, alcançando força social, movida pela necessidade que se mostra para a produção de alimentos saudáveis. Nesse movimento, as sementes figuram como o primeiro passo, pois associada a elas está a importância das experiências e atuação de quem as produz. Dessa forma, é dada a importância para a recuperação do saber popular, considerando a experiência acumulada e associando-a ao saber científico, aspectos presentes na feira de Juti. O valor atribuído à feira é manifestado pelos grupos que dela participam, com destaque aos assentados e às comunidades indígenas, que em suas práticas para a produzirem fazem uso das sementes crioulas.

Os resultados da pesquisa mostraram-nos que a Feira de Juti nasceu de uma rede de sujeitos, principalmente, da CPT, em conjunto com as pessoas de assentamentos rurais do município, tendo nas mulheres suas principais protagonistas, e que ao longo de suas edições anuais foi sendo reestruturada. Houve a incorporação a essa rede de novos sujeitos, dentre eles representantes institucionais, como os da universidade e das agências de pesquisas.

É fato que a ampliação promoveu mudanças, porque, ao mesmo tempo em que fortaleceu as teias da rede, propiciando meios para longevidade e mantendo a periodicidade do evento, imprimiu novas metodologias no formato dos espaços da feira. A quantidade de dias do evento aumentou, passando de um para três dias; os espaços também aumentaram, incluindo oficinas, palestras, apresentação de trabalhos acadêmicos sobre o tema da feira. Ademais, outros espaços de debates foram oferecidos, o que evidencia o “fazer da universidade”, mas ainda vem associado ao fazer dos pequenos produtores, reforçando o tema central que motivou a criação da feira, assentado nas sementes crioulas.

A finalidade da criação da feira está assegurada, que se trata de propagar meios para a manutenção das sementes crioulas numa prática de resistência e de visibilidade da pequena produção de alimentos, demarcando autonomia sobre seus saberes e experiências, que na feira são compartilhadas e fortalecidas nos diversos espaços que constituem o evento, seja nas oficinas, seja nas trocas de sementes, nas palestras, nos relatos de experiências, bem como nas conversas informais entre participantes, que têm na sociabilidade e na partilha seu eixo central.

Enfim, o estudo aponta para o fato de a feira representar o local de fortalecimento e de troca dos saberes, de quem produz sementes e também de quem as compartilha nos dias da feira, para que voltem a se tornarem alimentos. Com os encaminhamentos da feira, compreendemos que nas muitas partilhas ocorridas nos dias do evento, seus participantes se fortalecem, produzem resistências, combustíveis que os revigoram para continuarem na pequena produção, conforme suas próprias lógicas, garantindo seguridade para seus saberes e autonomia. Se esses elos serão possíveis de serem mantidos, só o tempo dirá, a depender da intensidade da rede e da força social a fortalecer o processo.

A força social poderá constranger o próprio Estado e levá-lo a reconhecer e a fomentar ações envoltas aos projetos dos pequenos produtores. Essas ações não são as mesmas dos grandes. Além disso, no cenário atual mostram-se no sentido oposto, demandando intensificar a luta para que seja traduzida em força social. Entendemos a feira como o espaço que combina as duas – luta e força social, mesmo havendo contradições.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ABREU, S. “Região da Grande Dourados (MS)”: Planejamento e (Des)Construção de uma Região. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2005.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 1º. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997. p. 33-55.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ANDRADES, O.; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora MG, v. 21, p. 43-56, 2007.
- APOMS. **Agroecologia um mundo melhor para todos**. Glória de dourados MS: Edições APOMS, 2015.
- ASSIS, L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.
- BIANCHI, G.. **Banco de sementes como materialização do princípio da precaução frente ao processo de mercantilização da semente**. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2018.
- BORGES, M. C.; KUDLAVICZ, M. História de vida da CPT em Mato Grosso do Sul: Contribuição na luta pela terra e para nela permanecer. In: ALMEIDA, A. (org.) **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: Uma visão multidisciplinar**. Campo Grande MS: Ed. UFMS, 2008. p. 347.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis RJ: Vozes, 1993.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk. 2007.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.
- BRASIL. LEI Nº 10.711, DE 5 DE AGOSTO DE 2003. **Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências.**, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.711.htm>. Acesso em: 12 out. 2019.
- BRASIL. LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER**, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm>. Acesso em: 12 out. 2019.
- _____. Decreto Lei no 7794/2012. **PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**, Brasília DF: Câmara dos Deputados, 20 ago 2012.

_____. Brasil Agroecológico. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: 2013-2015**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2013.

_____. Brasil Agroecológico. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Relatório de balanço 2013-2015**, Brasília: MDA, 2016.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil - Panorama dos últimos 50 anos. **IPEA - Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 621, 1999.

CAPORAL, F.; DAMBRÓS, O. Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites. **Redes**, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n.2, maio-agosto 2017.

CARVALHO, H. M. **Sementes Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista outubro**, n. Edição 5, 2001.

COSTA, F. D. Identidades culturais urbanas em época de Globalização. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 15-30, Fev 2002.

DELGADO, G. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1995.

_____. A questão agrária no Brasil 1950-2003. In: JACCOUD, (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

ELSTE, F. D. R. **Os Guardiões de Semente no Passo do Lourenço, Canguçu-RS: a semente crioula e o habitus do camponês**. Dissertação (Mestrado), UFPel - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Pelotas. 2017.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia**, Brasília, 2006.

FERNANDES, A. et al. Relato de Experiência da 14ª Feira de Sementes Nativas e Crioulas e de Produtos Agroecológicos 7º Seminário Sobre Uso e Conservação do Cerrado do Sul de Mato Grosso do Sul. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13 n.2, n. Anais do AGROECOL 2018, Campo Grande/MS, Dez 2018.

FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, ; QUEDA, O. (ORGS). **Vida rural e mudança social - Leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 131-50.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GODOY, W. L.; ANJOS, F. S. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n.1, fev 2007.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às novas biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

- LOBTCHENKO, J. et al. Experiências e saberes no resgate sementes nativas e crioulas em Juti, Mato Grosso do Sul (MS). **Anais 11º ENEPE UFGD/ 8º EPEX UEMS**, Dourados MS, 2017.
- MALLMANN, M.. **Os ganhos da década perdida**. RS: Edipuc, 2008.
- MARTINS, H. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, p. 45-66, Dezembro 2005.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis RJ: Vozes, 1981.
- _____. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 1-25, 1994 (editado em jun. 1995).
- MARTINS, J. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 6(1-2), p. 1-25, 1994.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MAYET, M.; GREENBERG, S. As três megafusões do agronegócio: os carrascos da soberania das agricultoras e agricultores. In: NUTRIÇÃO, O. D. D. À. A. E. À. **Vencer a crise alimentar mundial**. 978-3-943202-40-3. ed. [S.l.]: [s.n.], 2017. p. 74 - 83.
- MENEGAT, A. S. **No coração do Pantanal**: Assentados na lama e na areia: As contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no Assentamento Taquaral – MS. Dourados: UEMS/UFGD, 2009.
- MILLS, W. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R. , et al. (Orgs.) **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta. Brasília: IPEA, 2017.
- MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez 2004.
- MOURA, I. F. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H., et al. (Org.) **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.
- NASCIMENTO, A. et al. A ocupação do espaço territorial de Juti/Amambai: da Matte aos assentamentos. In: OLIVEIRA, B. C. D. **Histórias que (re) contam história**: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD, 2013. p. 142 p.
- NORDER, L. A. et al. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 19, Nº 3, p. 1-20, jul./set 2016.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas SP: Papirus, 1991.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PADOVAN, S. S. et al. Transição agroecológica na agricultura familiar em Mato Grosso do Sul: alguns avanços e desafios. **Cadernos de Agroecologia**, v. Vol 9, No. 4, Nov. 2014. ISSN 2236-7934.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, Dec 1989.

PEREIRA, ; LOBTCHENKO, C. P.; VILELA,. Conservação in situ/on farm das Sementes Crioulas Através do Banco Comunitário no Sul de Mato Grosso do Sul. **Anais da 15ª Feira de Sementes Nativas e Crioulas e de Produtos Agroecológicos de Juti e 8º Seminário Sobre o uso e conservação do cerrado do sul de Mato Grosso do Sul**, Juti, MS, 2019.

REIS, P. et al. Relato de experiência da 10ª feira de sementes nativas e crioulas e de produtos agroecológicos 3º seminário sobre uso e conservação do cerrado do sul de Mato Grosso do Sul. **Anais 8º ENEPE UFGD/ 5º EPEX UEMS**, Dourados MS, 2017.

RISSO, M. A. **A estética das sementes e a recuperação das sementes crioulas nas áreas da reforma agrária no Brasil e no México**. Dissertação Mestrado - UNESP. São Paulo. 2017.

SAMBUICHI, R. H. et al. **Análise da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA - Texto para Discussão 2305, 2017b.

SAMBUICHI, R. H. et al. (Org.) **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília. Brasília - DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr 2006.

SEVERO, M. J. T. S. **Mulheres assentadas e cooperadas (re)construindo caminhos: trajetórias de vida e experiências de empoderamento**. 2010. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados. 2010.

_____. Mulheres assentadas: novas práticas em busca de transformações sociais. In: MENEGAT, A. S. (org.) **Leituras sobre mulheres: o fazer e o refazer de caminhos**. Dourados MS: Editora UFGD, 2016. p. 149.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente SP, v. ano 8, n.7, p. 1-21, 2005.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, G. D. **FOME ZERO A experiência brasileira.** Brasília: MDA, 2010.

SILVA, W. G. **O Processo de Integração Produtiva da Região de Dourados à Economia Nacional.** Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 204. 2011.

_____. A estratégia de integração do sul do estado de mato grosso ao território nacional durante o governo vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de dourados em 1943. **Revista do Departamento de Geografia - USP**, São Paulo, v. V. 31, p. 26-42, 2016.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SPRANDEL, M. A. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais.** (Dissertação de Mestrado). Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro. 1992.

TROVATTO, C. M. M. et al. A Construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro plano nacional de agroecologia e produção orgânica. In: SAMBUICHI, R. H. R., et al. (org.). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil.** Brasília: IPEA, 2017.

VEIGA, J.. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica.** São Paulo: Edusp - Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar realidades e perspectivas.** Passo Fundo: UPF Editora, 2001. p. 21-55.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 42-61, out. 2003.

WILKINSON, J.; CASTELLI, P. G. **A Transnacionalização da indústria de sementes no Brasil – biotecnologias, patentes e biodiversidade.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2000.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS

1. Qual sua relação com as sementes crioulas?
2. Qual o ano de início da Feira? Quem teve a ideia de organizar a primeira Feira?
3. Quais as pessoas que dela participaram para a organização no princípio?
5. O que pretendiam com a feira?
6. Como era a participação das pessoas do assentamento na organização e como visitante?
7. Qual tua avaliação do alcance da feira ao longo dos anos?
8. Quais fatores você considera que foram mais influentes para sua longevidade e periodicidade da feira?
9. Quais outros integrantes foram chegando na organização da feira e estabeleceram uma rede de diálogos e ações, fortalecendo o evento e/ou imprimindo mudanças?
10. Como você considera o grau de importância da feira para a pequena produção?
11. Você considera a Feira uma forma resistência camponesa? Por quê?
12. Quais outros assuntos que gostaria de destacar?